

REGENERAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO LOCAL DE ÁREAS CENTRAIS

Economia Cultural e Intervenção Institucional

DOROTEIA SOFIA SAMPAIO RIBEIRO

Dissertação submetida para satisfação parcial dos requisitos do grau de

MESTRE EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO

Orientadora: Professora Doutora Isabel Maria Fernandes Ribeiro Breda
Lacerda Vázquez

JUNHO DE 2016

MESTRADO EM PLANEAMENTO E PROJETO URBANO 2015/2016

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

Tel. +351-22-508 1901

Fax +351-22-508 1446

✉ miec@fe.up.pt

Editado por

FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Rua Dr. Roberto Frias

4200-465 PORTO

Portugal

Tel. +351-22-508 1400

Fax +351-22-508 1440

✉ feup@fe.up.pt

🌐 <http://www.fe.up.pt>

Reproduções parciais deste documento serão autorizadas na condição que seja mencionado o Autor e feita referência a *Mestrado em Planeamento e Projeto Urbano - 2015/2016 - Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto, Portugal, 2016*.

As opiniões e informações incluídas neste documento representam unicamente o ponto de vista do respetivo Autor, não podendo o Editor aceitar qualquer responsabilidade legal ou outra em relação a erros ou omissões que possam existir.

Este documento foi produzido a partir de versão eletrónica fornecida pelo respetivo Autor.

Aos meus Pais

“Recomeça... se puderes, sem angústia e sem pressa e os passos que deres, nesse caminho duro do futuro, dá-os em liberdade, enquanto não alcances não descanses, de nenhum fruto queiras só metade”.

Miguel Torga

AGRADECIMENTOS

Não posso deixar de enaltecer e agradecer àqueles que contribuíram, nos mais variados níveis, para o desenvolvimento de todo este trabalho.

À Professora Doutora Isabel Breda Vázquez, pela orientação, exigência, estímulo e disponibilidade demonstradas no decorrer de todo este processo.

À Porto Vivo, SRU, em particular ao Arquiteto Paulo Valença, por comigo ter partilhado o seu conhecimento.

Às empresas e instituições, que amavelmente disponibilizaram um pouco do seu tempo e se prontificaram a ajudar.

Aos meus pais, por serem sempre o meu porto seguro. Obrigada!

À Liliana Correia, pelo apoio e ajuda incondicional.

Por fim, àquelas que comigo dividiram o mesmo teto e tornaram a minha jornada académica fenomenal, quero agradecer pela amizade e cumplicidade que sempre reinou no A2.

RESUMO

Na cidade contemporânea, marcada pelo definhamento do centro tradicional, a criatividade, o turismo e a cultura como meios para a dinamização de áreas centrais têm-se revelado prementes no atual debate associado às estratégias de regeneração urbana. Por esta razão, a economia cultural é considerada cada vez mais importante na revitalização do território, estando este processo, muitas vezes, associado a um esforço conjunto de parcerias constituídas pelo sector público e privado.

Neste sentido, o objetivo da presente dissertação visa analisar a relação entre a economia cultural e o modo de intervenção institucional.

Para a concretização de tal meta, inicialmente apresenta-se o debate acerca das estratégias de regeneração urbana, expondo o seu carácter abrangente, assim como a influência do contexto na formulação de soluções. Posteriormente, a atenção foca-se nas intervenções nos centros urbanos e nas áreas centrais e explora-se a discussão em torno dos mecanismos de operacionalização das estratégias.

A seguir, de modo a dar resposta ao objetivo deste trabalho, procede-se à análise de um caso de estudo, o qual terá a função de contribuir para a compreensão do modo como a economia cultural é empregue nas estratégias de regeneração urbana. Para concretização de tais intenções, verifica-se o papel da Porto Vivo, SRU – entidade promotora da reabilitação urbana no centro da cidade do Porto, estudando também, como caso exemplificativo, a área pertencente ao Eixo Mouzinho/Flores.

Deste modo, a metodologia de investigação começa por analisar as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU para, posteriormente, delimitar o objeto de observação, onde além do levantamento funcional das atividades, – que tem como referência o quadro da UNESCO, por a sua classificação de economia cultural ser particularmente bem adequada a conjunturas de cidades Património Mundial –, se realizam entrevistas a fim compreender a perceção dos atores, direta ou indiretamente, envolvidos no processo de regeneração.

Uma vez apurados, os resultados revelam que a economia cultural é parte integrante do pensamento estratégico da Porto Vivo, SRU e que efetivamente, de acordo com as fontes documentais, têm acontecido mudanças significativas no território. No entanto, as dinâmicas na área de estudo – o Eixo Mouzinho/Flores, indicam que o perfil funcional é caracterizado pela homogeneidade, marcada pelo interesse em servir o turista estrangeiro, não se dirigindo, portanto, ao usufruto de todos. Ademais, as entrevistas apontam para uma fraca cooperação entre os agentes.

Conclui-se, nestes termos, que o processo de regeneração urbana, apesar de usufruir das especificidades existentes no território, carece de equilíbrio entre os interesses dos agentes envolvidos, uma vez que é importante uma visão holística, que além do foco nas vantagens económicas, olhe às consequências sociais e ambientais das suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Regeneração Urbana, Dinamização Local, Economia Cultural, Porto Vivo SRU.

ABSTRACT

In the contemporary city, marked by the withering away of the traditional center, creativity, tourism and culture as ways of promoting core areas have proved to be mandatory in the current debate devoted to urban regeneration strategies. For this reason, cultural economy is considered increasingly important for the revitalization of the territory, being this process often associated with a joint effort from partnerships of the public and private sectors.

In this sense, the aim of this dissertation is to analyze the relationship between cultural economy and institutional intervention mode.

To achieve such a goal, initially is presented the state of the art regarding urban regeneration strategies, highlighting its broad nature, as well as the influence of context in formulating solutions. Later, attention is focused on interventions in urban centers and in the central areas. It is also explored the discussion on the implementation mechanisms of the strategies.

Next, in order to meet the objective of this work, the thesis proceeds towards the analysis of a case study, which will serve to contribute to the understanding of how cultural economy is employed in urban regeneration strategies. To achieve these intentions, it appears the role of Porto Vivo, SRU – promoter of urban regeneration in the city center of Porto, also studying, as exemplary case, the area belonging to the Mouzinho/Flores Axis.

Thus, the research methodology begins by reviewing the operational strategies of Porto Vivo, SRU to subsequently outline the object for observation. In addition to the functional survey of activities – which has reference to the UNESCO framework, since its cultural economy rating system is particularly well suited to situations involving world heritage cities, interviews were conducted in order to understand the perception of the actors directly or indirectly involved in the regeneration process.

Once established, the results reveal that cultural economy is an integral part of the strategic thinking of Porto Vivo, SRU and effectively, according to the documentary sources, significant changes have happened in the territory. However, the dynamics in the study area – Mouzinho/Flores Axis, indicate that the functional profile is characterized by homogeneity, marked by interest in serving foreign tourists, not addressing the enjoyment of all. Furthermore, the interviews show a weak co-operation between agents.

Although the results refer only to the specific situation in the territory analyzed, it is possible to conclude that the process of urban regeneration lacks balance between the interests of the different stakeholders involved. Having this in mind, a holistic view of the needs is important, in order to, not only focus on economic benefits, but also look to the social and environmental consequences of their actions.

KEYWORDS: Urban Regeneration, Local Development, Cultural Economics, Porto Vivo SRU.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	v

1. INTRODUÇÃO

1

2. ESTRATÉGIAS DE REGENERAÇÃO URBANA

3

2.1. INTRODUÇÃO	3
2.2. REGENERAÇÃO URBANA: ENQUADRAMENTO	4
2.3. REGENERAÇÃO URBANA NA EUROPA: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO	7
2.4. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NOS CENTROS URBANOS	14
2.4.1. PRINCIPAIS TIPOS DE INTERVENÇÃO	14
2.4.2. OPERACIONALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS: O PAPEL DOS AGENTES.....	19
2.4.3. DINAMIZAÇÃO LOCAL DE ÁREAS CENTRAIS.....	24
2.5. CONCLUSÕES	42

3. A ECONOMIA CULTURAL NAS ESTRATÉGIAS DE REGENERAÇÃO URBANA: O PAPEL DA PORTO VIVO, SRU

45

3.1. INTRODUÇÃO	45
3.2. PORTO VIVO, SRU: ENQUADRAMENTO LEGAL.....	46
3.3. ESTUDOS ESTRATÉGICOS DIRIGIDOS PARA O CENTRO DA CIDADE DO PORTO: ANÁLISE DOCUMENTAL	48
3.3.1. ESTUDO ESTRATÉGICO PARA O ENQUADRAMENTO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA NA BAIXA DO PORTO.....	48
3.3.2. MASTERPLAN PARA A REVITALIZAÇÃO URBANA E SOCIAL DA BAIXA DO PORTO.....	55
3.3.3. ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA A UNIDADE DE GESTÃO DA ÁREA URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO	62
3.3.4. PLANO DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL	64
3.3.5. PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA DO MORRO DA SÉ	71
3.3.6. PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO EIXO MOUZINHO/FLORES	73

3.3.7. SÍNTESE GERAL.....	75
3.4. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: PRINCIPAIS RESULTADOS NO CENTRO HISTÓRICO.....	78
3.4.1. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL	78
3.4.2. MORRO DA SÉ: UM PASSADO PARA O FUTURO	82
3.4.3. MOUZINHO/FLORES – UM EIXO DE MUDANÇA PARA O CENTRO HISTÓRICO	82
3.4.4. SÍNTESE	83
3.5. A ECONOMIA CULTURAL NO EIXO MOUZINHO/FLORES	85
3.5.1. PERFIL DAS ATIVIDADES	86
3.5.2. PERCEÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS	91
3.5.3. SÍNTESE	101
3.6. ANÁLISE CRÍTICA DO CASO DE ESTUDO	102
 4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	 105
4.1. CONCLUSÕES	105
4.2. RECOMENDAÇÕES	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
 ANEXO 1	 117
ANEXO 2	123
ANEXO 3	131

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 – Conceito de Regeneração Urbana.....	6
Fig. 2 – Etapas do processo de regeneração	7
Fig. 3 – Docklands de Londres.....	10
Fig. 4 – Parque Emscher.....	11
Fig. 5 – Grand Ensembles.....	12
Fig. 6 – Ciclo vicioso	15
Fig. 7 – Conceptualização do desenvolvimento sustentável	17
Fig. 8 – Dimensões e indicadores de qualidade de vida	18
Fig. 9 – Estratégias na regeneração urbana.....	18
Fig. 10 – Modelo dos 5C's.....	26
Fig. 11 – Classificação das indústrias culturais: modelo dos círculos concêntricos	34
Fig. 12 – Classificação do sector cultural e criativo por Wiesand e Soendermann	36
Fig. 13 – Classificação das indústrias criativas pela NESTA.....	38
Fig. 14 – Classificação das indústrias criativas pela UNCTAD.....	39
Fig. 15 – Área de atuação da Porto Vivo, SRU.....	47
Fig. 16 – Delimitação da Zona de Intervenção Prioritária.....	49
Fig. 17 – Cidade criativa.....	50
Fig. 18 – Cidade de comércio e serviços	51
Fig. 19 – Cidade turismo	52
Fig. 20 – Cidade de interação	53
Fig. 21 – Delimitação Espacial das ADRU e do EDRU	54
Fig. 22 – Limites de intervenção	56
Fig. 23 – Tipologias das habitações e público-alvo proposto	57
Fig. 24 – Proposta de comércio temático.....	58
Fig. 25 – Área geral de interesse turístico e temáticas específicas a reforçar e a desenvolver	59
Fig. 26 – Proposta de reforço da hotelaria e serviços de qualidade.....	60
Fig. 27 – Espaço Público: propostas temáticas de intervenção	61
Fig. 28 – UGAU do Centro Histórico do Porto	62
Fig. 29 – Delimitação das 10 operações do Centro Histórico	65
Fig. 30 – Edifícios de valor patrimonial ou museológico	66
Fig. 31 – Turismo.....	67

Fig. 32 – Oportunidades estratégicas.....	68
Fig. 33 – Proposta de intervenção no Morro da Sé.....	72
Fig. 34 – Área de intervenção do Eixo Mouzinho/Flores.....	74
Fig. 35 – Indústrias criativas no Centro Histórico em 2012.....	80
Fig. 36 – Eixo Mouzinho/Flores: novas atividades (antes e após o ano de 2009).....	83
Fig. 37 – Delimitação do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores...	85
Fig. 38 – Distribuição espacial das atividades relacionadas com a economia cultural.....	90

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução da Regeneração Urbana	5
Quadro 2 – Classificação das indústrias criativas pelo DCMS	33
Quadro 3 – Classificação das atividades criativas por Howkins	34
Quadro 4 – Classificação das indústrias culturais: modelo dos textos simbólicos	35
Quadro 5 – Classificação das indústrias criativas: modelo de direitos autorais	35
Quadro 6 – Classificação das indústrias criativas pela Americans for the Arts	35
Quadro 7 – Classificação do sector cultural e criativo pela KEA European Affairs	37
Quadro 8 – Classificação da economia cultural pela UNESCO	40
Quadro 9 – Classificação das atividades culturais e funções pela ESSnet-Culture	41
Quadro 10 – Relação dos projetos com as áreas temáticas	64
Quadro 11 – Eixo estratégico do Património	69
Quadro 12 – Eixo estratégico do Turismo	70
Quadro 13 – Eixo estratégico das Indústrias Criativas	70
Quadro 14 – Estado de conservação das parcelas (Nº)	79
Quadro 15 – Turismo (Nº)	79
Quadro 16 – Indústrias criativas e culturais (Nº)	80
Quadro 17 – Desenvolvimento do <i>cluster</i> criativo (Nº)	81
Quadro 18 – Ensino criativo (Nº)	81
Quadro 19 – Síntese dos resultados das estratégias de atuação baseadas na economia cultural	84
Quadro 20 – Estrutura dos inquéritos por entrevista	91

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Perfil das atividades relacionadas com a economia cultural (Nº)	87
Gráfico 2 – Grupo etário (%)	94
Gráfico 3 – Nível de escolaridade (%)	94
Gráfico 4 – Função (%)	95
Gráfico 5 – Ano de instalação da atividade (%)	95
Gráfico 6 – Público-alvo (%).....	95
Gráfico 7 – Principais contribuintes para o volume de negócios (%).....	96
Gráfico 8 – Instalação da atividade (%)	96
Gráfico 9 – Principais vantagens de localização na área (%).....	97
Gráfico 10 – Principais problemas que permanecem (%)	97
Gráfico 11 – Grau de conhecimento acerca das iniciativas de reabilitação urbana na Baixa Portuense (%).....	98
Gráfico 12 – Principais ações que contribuíram para a revitalização do lugar (%)	98
Gráfico 13 – Grau de importância do papel da Porto Vivo, SRU no apoio (direto ou indireto) à atividade (%)	99
Gráfico 14 – Principais condicionantes da continuidade da atividade (%)	99
Gráfico 15 – Principais ações benéficas para o crescimento da atividade (%)	100

SÍMBOLOS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

ACCRU – Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística

ADRU – Áreas de Dinamização da Reabilitação Urbana

AIP – Área de Intervenção Prioritária

BID – *Business Improvement Districts*

CMP – Câmara Municipal do Porto

EDRU – Eixos de Dinamização da Reabilitação Urbana

ERU – Empresas de Regeneração Urbana

FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

GAU – Gestão da Área Urbana

IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P

NDC – *New Deal for Communities*

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PPP – Parceria Público-Privada

PRU – Parcerias para a Regeneração Urbana

SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana

TCM – *Town Centre Management*

UE – União Europeia

UGAU – Unidade de Gestão da Área Urbana

UNCTAD – *United Nations Conference on Trade and Development*

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

WIPO – *World Intellectual Property Organization*

ZIP – Zona de Intervenção Prioritária

1.

INTRODUÇÃO

A progressiva deterioração dos centros urbanos associada ao despovoamento, ao envelhecimento populacional, ao aumento da pobreza e da exclusão social, à precariedade do parque habitacional e ao definhamento das atividades económicas, fez emergir a necessidade de intervenções multisectoriais passíveis de contrariar o declínio urbano.

Neste contexto, a regeneração urbana assume-se de extrema importância para responder à diversidade de desafios nos mais variados domínios, sejam eles de nível físico, económico, social ou ambiental.

Para tal, as instituições públicas e privadas têm-se coordenado, de modo a poderem, em conjunto, contrariar a complexidade dos problemas urbanos.

Particularmente nas áreas centrais, a tendência está associada ao aproveitamento das especificidades locais para impulsionar a revitalização do território. Deste modo, a afirmação da cidade e a procura de crescimento económico através da promoção da economia cultural caracterizam as estratégias direcionadas para a dinamização local.

Assim, revela-se pertinente investigar a forma como as cidades fazem uso dos recursos que possuem e produzem. Deste modo, no âmbito da regeneração urbana, mais particularmente no que diz respeito à dinamização local, o objetivo da presente dissertação visa analisar a relação entre a economia cultural e o modo de intervenção institucional.

Para que melhor se compreenda a análise que se segue, propõe-se desde já apresentar a organização da exposição adotada. Assim, no Capítulo 2, referente à revisão da literatura, contextualiza-se o tema e expõe-se o debate acerca das estratégias de regeneração urbana, apresentando o seu carácter abrangente. Seguidamente, centrar-se-á a temática nas intervenções nos centros urbanos e nas áreas centrais, apresentando também a discussão em torno dos mecanismos de operacionalização das estratégias.

Por sua vez, o Capítulo 3 diz respeito ao caso de estudo, o qual terá a função de contribuir para a análise do modo como a economia cultural é empregue nas estratégias de regeneração urbana. Assim, inicialmente descrever-se-á a metodologia adotada para que posteriormente, com base no trabalho desenvolvido por uma instituição, se apresente a investigação realizada.

Por fim, o Capítulo 4 debruçar-se-á sobre as conclusões finais, comparando o debate na literatura com os resultados da investigação, e apresentará as recomendações no que diz respeito ao planeamento e a possíveis investigações futuras.

2.

ESTRATÉGIAS DE REGENERAÇÃO URBANA

2.1. INTRODUÇÃO

A regeneração urbana assume um papel de destaque na resposta à diversidade de complexos desafios nos mais variados domínios, sejam eles de nível físico, económico, social ou ambiental.

Por isso, o presente capítulo pretende esclarecer a evolução da regeneração urbana até aos dias de hoje, destacando, simultaneamente, o carácter abrangente das suas orientações.

Seguidamente, destacar-se-ão diferentes abordagens de atuação em alguns países da Europa, a fim de demonstrar a influência do contexto na formulação das soluções para resolver os problemas no território.

Porém, dada a abrangência do tema, urge a necessidade de particularizar, dirigindo-o para os centros urbanos. Neste âmbito, explanar-se-ão os principais domínios de intervenção, dando ainda ênfase à discussão em torno da cooperação entre atores públicos e privados – enquanto mecanismo de operacionalização das estratégias, de modo a compreender se o papel dos agentes envolvidos constituiu uma questão-chave no processo de regeneração.

Este encadeamento levará a que o foco recaia sobre as políticas debatidas com mais frequência nos dias de hoje, nomeadamente aquelas que se baseiam no aproveitamento do património existente e na demonstração de capacidades para desenvolver novas dinâmicas.

Desta forma, destacar-se-ão as estratégias que fazem uso da criatividade, do turismo e da cultura como meio de dinamização local, apurando, através do debate apresentado, o modo como estas podem contribuir para o abrandamento da deterioração nas áreas centrais.

Contudo, atendendo ao facto de existir uma variedade considerável de abordagens para a definição do sector cultural e criativo, dado que, nas últimas décadas, a literatura registou uma relevante intensificação de estudos de referência, sintetizar-se-ão os principais quadros que classificam e esclarecem os conceitos.

No final, face às conclusões apresentadas, formular-se-ão as intenções que se pretendem concretizar no capítulo seguinte.

2.2. REGENERAÇÃO URBANA: ENQUADRAMENTO

A regeneração urbana é uma questão-chave no âmbito do planeamento. Todavia, trata-se de um conceito muito complexo, uma vez que os múltiplos acontecimentos nas últimas décadas resultaram na atribuição de diferentes sentidos ao termo (Brunetta e Caldarice 2014).

Neste sentido, na última metade do século XX, a evolução das políticas urbanas resultou das alterações dos modelos de organização económica e social, assim como das ideologias da época, pelo que as estratégias definidas em prol da resolução dos problemas urbanos se encontravam em constante mudança.

No Quadro 1, Roberts e Sykes (2000) apresentam a síntese dos fatores que caracterizam a progressão da regeneração urbana até à viragem para o século XXI. Estes autores referem que, depois da Segunda Guerra Mundial, as cidades apresentavam grandes transformações e que, por esse motivo, a prioridade relacionava-se com a reconstrução, a substituição e a erradicação dos problemas físicos.

Neste contexto, os anos 50 foram marcados por preocupações relativas à degradação física das cidades. O Estado deu início a intervenções estruturais para melhorar as condições do edificado, introduzindo, simultaneamente, infraestruturas para suportar a expansão urbana e promover a qualidade de vida da população.

Nos anos 60, as políticas continuaram a orientar-se pelas medidas tomadas na década anterior, mas a reabilitação tornou-se o processo dominante de regeneração no espaço urbano.

Por sua vez, a contenção do crescimento urbano, a reconversão do uso do solo e a renovação urbana ‘in situ’ estiveram em destaque nos anos 70. Nesta fase, o papel do sector privado cresceu e estendeu-se a renovação às áreas mais antigas da cidade.

Já nos anos 80, as perspetivas assentes no re-desenvolvimento incidiram sobre a importância dos projetos âncora associados à revalorização de áreas obsoletas. As iniciativas privadas ganharam ainda mais força, em virtude das dificuldades económicas do Estado, e as intervenções basearam-se na maximização dos benefícios financeiros e na valorização do mercado imobiliário. Nesta altura, surgiram também as preocupações ambientais.

Nos anos 90, os problemas de degradação física estavam, em parte, solucionados. Assim, surgiu uma maior consciencialização relacionada com as questões sociais que haviam sido até então descuradas. Foi precisamente a partir daí que se assumiu a necessidade de intervenções mais integradas. Adicionalmente, continuando o Estado com fraco poder financeiro, as parcerias compostas pelos sectores público, privado e comunitário ou voluntário adensaram-se e foi introduzida a ideia de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, face à diversidade de desafios existentes, surgiram as políticas e as estratégias destinadas a lidar com o declínio urbano, a deterioração e a transformação, designadamente a regeneração urbana (Lang 2005), assumindo uma carácter mais sustentável e abrangente, apelando a ações com uma abordagem holística (Brunetta e Caldarice 2014).

Até hoje, poder-se-á afirmar que a definição mais amplamente referenciada e aceite pela comunidade científica relaciona-se com Roberts e Sykes (2000, 17), segundo a qual a regeneração urbana *“é uma visão abrangente e integrada que leva à resolução dos problemas urbanos e que visa trazer uma melhoria duradoura nas condições económica, física, social e ambiental de uma área que tem sido sujeita a alteração”*.

Quadro 1 – Evolução da Regeneração Urbana

Período	Anos 50	Anos 60	Anos 70	Anos 80	Anos 90
Tipo de políticas	Reconstrução	Revitalização	Renovação	Redesenvolvimento	Regeneração
Estratégia principal e orientação	Reconstrução e extensão de antigas áreas e cidades, frequentemente baseadas num plano diretor. Crescimento dos subúrbios.	Continuação das linhas orientadoras dos anos 50. Crescimento suburbano e periférico. Primeiras tentativas de reabilitação.	Enfoque nas ações de renovação <i>in situ</i> e planos de bairro. Continuação do desenvolvimento periférico.	Grandes projetos de desenvolvimento e redesenvolvimento. Projetos <i>flaship development</i> . Projetos fora da cidade.	Abordagens mais abrangentes e integradas das políticas e das práticas de intervenção.
Atores-chave e intervenientes	Governo central e local. Promotores e empreiteiros privados.	Atuação no âmbito de um maior equilíbrio entre o sector público e privado.	Papel crescente do sector privado e descentralização no governo local.	Ênfase no sector privado e agências especializadas. Crescimento as parcerias público-privadas.	As parcerias como abordagem dominante.
Escala espacial de atração	Ênfase a nível local e a nível do lugar/sítio/local.	Aparecimento da escala regional de atividade.	Inicialmente a nível regional e local; mais tarde, dando enfoque maior a nível local.	No início dos anos 80, enfoque à escala do lugar/sítio; mais tarde, a nível local.	Reintrodução da perspectiva-estratégica. Crescimento da atividade regional.
Foco económico	Investimento do sector público com algum envolvimento do sector privado.	Continuação do que sucedia nos anos 50, mas com uma crescente participação do investimento privado.	Recuo de recursos no sector público compensado com o crescimento do investimento privado.	Sector privado domina com fundos públicos seletivos.	Maior equilíbrio entre financiamento público, privado e voluntário.
Conteúdo social	Melhoria a nível da habitação, das condições de habitabilidade, bem como de qualidade de vida em geral.	Melhorias sociais e de bem-estar.	Ação das comunidades locais e maior <i>empowerment</i> .	Autoajuda da comunidade, com apoios altamente seletivos por parte do Estado.	Ênfase no papel da comunidade numa perspectiva neoliberal.
Ênfase física	Restituição de centros históricos e alargamento das periferias.	Continuação do que aconteceu nos anos 50 com uma reabilitação paralela de áreas degradadas existentes.	Maior extensão da renovação de antigas áreas urbanas.	Grandes projetos de reestruturação e de redesenvolvimento. Projetos <i>flaship development</i> .	Mais modesto do que nos anos 80; património e conservação.
Abordagem ambiental	Gestão paisagística e algum cuidado ecológico.	Melhorias seletivas.	Melhorias ambientais com algumas inovações.	Crescimento das preocupações ambientais.	Introdução de uma ideia mais generalizada de sustentabilidade ambiental.

Fonte: Roberts e Sykes (2000, 14)

Logo daqui resulta que, na última década, a literatura reforça largamente o carácter multidimensional que o processo de regeneração urbana pode possuir (Couch et al. 2011; Parés et al. 2011; Brunetta e Caldarice 2014).

Parés et al. (2011) referem que este processo é muito importante no auxílio à resolução dos problemas urbanos e no alcance da melhoria das condições na área de intervenção. Por sua vez, Couch et al. (2011) ressaltam que a regeneração está associada à capacidade de reverter o cenário atual, atraindo investimento, criando emprego, potenciando o consumo e melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida dentro da área urbana.

Por seu turno, Brunetta e Caldarice (2014) reforçam também o carácter abrangente deste conceito, mencionando que a regeneração urbana tem como objetivo promover a competitividade da economia, reduzir as desigualdades sociais e proteger o ambiente.

Portanto, este processo resulta na transformação de um lugar que apresenta um ou mais problemas de diferente ordem, sejam de nível físico, económico, social ou ambiental, oferecendo-lhe uma nova vida e vitalidade a longo prazo (Evans e Shaw 2004).

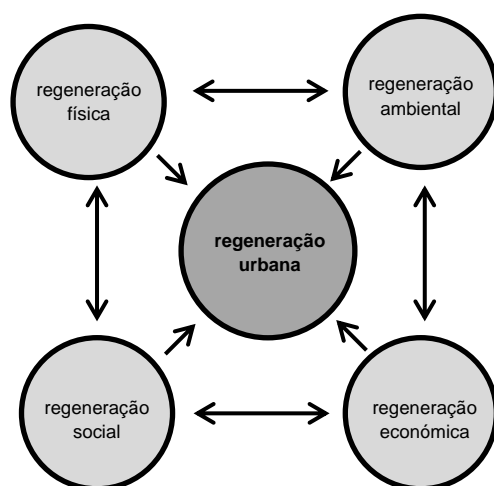


Fig. 1 – Conceito de Regeneração Urbana

Fonte: Lang (2005, 8)

Na Figura 1 apresentam-se os vários campos de intervenção da regeneração urbana. Sobre este aspeto, Lang (2005, 8) explica que esta se move além da “*renovação urbana (um processo de mudança essencialmente físico), do desenvolvimento urbano (missão geral) e da revitalização urbana (sem método preciso de abordagem)*”.

Neste sentido, é consensual que a regeneração urbana pode possuir uma visão abrangente e integrada, caracterizada pela multidimensionalidade, destinada a melhorar a qualidade do tecido urbano, a reconstruir a economia local e o ambiente natural (Schenkel 2015).

Desta forma, verifica-se que a integração é uma característica central da regeneração urbana e é precisamente esse aspeto que a diferencia das anteriores tentativas de gerir os problemas urbanos, ainda que idealizar uma solução integrada e abrangente seja uma tarefa difícil (Roberts e Sykes 2000).

Assim, segundo Deakin (2009), o processo de regeneração urbana deve respeitar determinadas etapas para que possua maior probabilidade de ser bem-sucedido, nomeadamente a identificação da extensão do problema através do *Diagnóstico*, o envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento de uma *Visão* do futuro, a elaboração da conspeção prospetiva com base na *Programação*, a colocação em prática do programa, a *Implementação*, e avaliação do sucesso do projeto através da *Monitorização*.

Estes passos podem, em alguns casos, executar-se em paralelo, sobrepondo-se ou desenvolvendo-se de uma forma mais interativa do que é ilustrado na Figura 2.

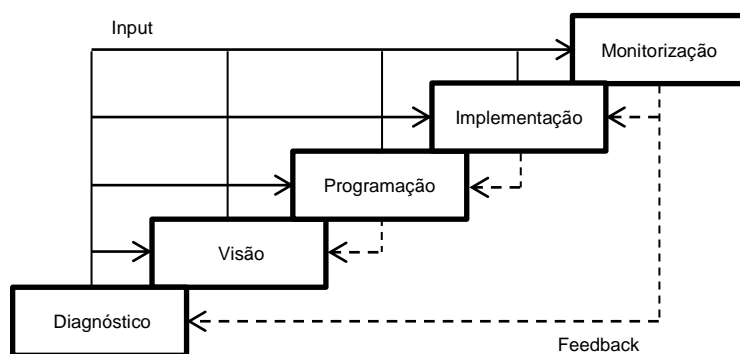


Fig. 2 – Etapas do processo de regeneração

Fonte: Deakin (2009, 101)

Daqui se retira que qualquer abordagem para a resolução dos problemas urbanos deve ser construída a longo prazo, de forma estratégica e com o objetivo em mente (Roberts e Sykes 2000).

Face ao exposto, poder-se-á concluir que, se inicialmente o conceito de regeneração urbana apresentava uma visão centrada essencialmente nos aspetos físicos, atualmente as preocupações estenderam-se, fazendo com que este processo adote, quando necessário, um carácter multidimensional, suscetível de atender aos mais variados problemas urbanos.

2.3. REGENERAÇÃO URBANA NA EUROPA: A INFLUÊNCIA DO CONTEXTO

Hodiernamente, a Europa atravessa um período de transformação. A crise tem condicionado o progresso económico e social, o mundo está a evoluir rapidamente e os desafios decorrentes da globalização, da pressão sobre os recursos e do envelhecimento da população, tornaram-se persistentes (Comissão Europeia 2010).

Sobre a temática, Lang (2005, 4) refere que vários autores salientam que “*as tendências demográficas e sociais negativas e o papel causal de fatores económicos em particular*” fazem-se sobressair como efeitos da reestruturação industrial, da globalização e dos problemas associados às restrições para as atividades económicas. Neste sentido, o desenvolvimento urbano na Europa tem sido muito discutido nos últimos anos (Couch et al. 2011; García et al. 2016).

Nas cidades europeias, apesar de cada vez mais afetadas pelas políticas supranacionais (García et al. 2016), o ordenamento do território não é ainda uma competência da esfera da União Europeia (UE) (Ferrão 2011). Ainda assim, a crescente europeização dos processos de decisão acarreta um significativo impacto nas estruturas nacionais, uma vez que induz indiretamente a transformações do modelo político-institucional (Ferrão 2011).

Importa, por isso, destacar algumas das iniciativas de nível europeu com discursos que vão de encontro aos objetivos da regeneração urbana, normalmente debatidas nas reuniões ministeriais, onde se pretende uniformizar os princípios e as estratégias europeias de desenvolvimento urbano (Couch et al. 2011).

A título ilustrativo veja-se, em 2007, a Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis que ressaltou a necessidade de uma abordagem integrada como condição necessária para que as estratégias possam reforçar a competitividade das cidades, designadamente a criação e manutenção de espaços públicos, a melhoria das infraestruturas, o aumento da eficiência energética e o incremento de políticas

direcionadas para a inovação e educação. Ademais, centrando-se a atenção nos bairros desfavorecidos no contexto de cidade, afirmou-se que as estratégias devem assentar numa política de desenvolvimento urbano integrado, incidindo sobre a melhoria do ambiente físico, o fortalecimento da economia local e do mercado de trabalho, a aposta na educação e formação e a promoção de transportes urbanos eficientes e a preços acessíveis para a população mais carenciada (Comissão Europeia 2007).

Em 2010, estes princípios foram aprofundados com a Declaração de Toledo, tendo-se ainda associado os objetivos da estratégia Europa 2020, apoiados na visão para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (Couch et al. 2011).

Com efeito, a Declaração de Toledo realça vincadamente o papel da regeneração urbana integrada e o seu potencial estratégico para um desenvolvimento urbano mais inteligente, sustentável e socialmente inclusivo na Europa, do ponto de vista económico, social, ambiental e de governancia (Presidencia Española 2010). Nesta reunião, entendeu-se que a regeneração urbana integrada se refere ao *“processo planeado que deve transcender os âmbitos e abordagens parciais até agora habituais para tratar a cidade como um todo funcional e as suas partes como componentes do organismo urbano, com o objetivo de desenvolver plenamente e equilibrar a complexidade e diversidade das estruturas sociais, económicas e urbanas, impulsionando, ao mesmo tempo, uma maior eco-eficiência ambiental”* (Presidencia Española 2010, 7).

Acresce que também a Agenda Territorial 2020 utiliza abordagens integradas de desenvolvimento nas cidades e destaca o papel de economias locais fortes para assegurar uma competitividade global (Comissão Europeia 2011).

Por sua vez, a Política de Coesão 2014-2020 considera 11 objetivos, enfatizando-se a *preservação e proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos* que incide no património natural e cultural, pretendendo melhorar o ambiente urbano e revitalizar as cidades; e a *promoção da inclusão social, combate à pobreza e a qualquer tipo de discriminação*, no âmbito da qual se procuram reforçar a igualdade de oportunidades e o acesso a serviços, sobressaindo ainda a importância de ser atribuído apoio à regeneração física, económica e social da população desfavorecida em áreas urbanas e rurais, bem como às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (Comissão Europeia 2013).

Desta narrativa resulta que, segundo a Comissão Europeia (2011), as cidades europeias de amanhã devem considerar todas as dimensões do desenvolvimento urbano sustentável:

- progresso social avançado
- democracia, diálogo cultural e diversidade
- regeneração «verde», ecológica e ambiental
- atratividade como alavanca do crescimento económico

A este respeito, o debate na literatura refere que há muito que as políticas nacionais têm tentado contrariar os problemas nas cidades. Neste sentido, há uma variedade extensa de casos de estudo, ainda que excessivamente relacionados com os países anglo-saxónicos, Reino Unido e EUA (Blanco et al. 2011), que expõem as distintas abordagens de atuação em diferentes países.

Focando a atenção no contexto europeu, importa destacar o trabalho de Couch et al. (2011), onde se reflete sobre as últimas décadas de regeneração urbana, oferecendo a perspetiva do caso inglês, alemão e francês e contextualizando as ações que, ao longo dos anos, se destinaram a promovê-la.

De facto, a importância de demonstrar várias abordagens prende-se com o facto de ser possível evidenciar a influência do contexto nas respostas aos problemas existentes nos diferentes territórios (Couch et al. 2011).

Assim, no caso do Reino Unido, após a eleição do Partido Trabalhista em 1997, as políticas de regeneração urbana adquiriram um carácter holístico, em virtude de terem sido aumentados os recursos disponíveis para alcançar os objetivos definidos (Couch et al. 2011).

Dinham (2005) refere que o governo britânico reconheceu os erros do passado e, por isso, propôs novas estratégias, evitando a ênfase na regeneração física e reforçando a importância do envolvimento da comunidade na conceção do processo de regeneração.

Neste sentido foi criado o *New Deal for Communities* (NDC), um programa cujo objetivo era financiar projetos que pretendiam combater carências múltiplas em áreas desfavorecidas (Dargan 2009), ajudando a transformar os bairros mais pobres (Lawless et al. 2010).

As intenções relacionavam-se com a redução da criminalidade, a criação de postos de trabalho, a melhoria das qualificações da população, o aumento do acesso à saúde, o aumento da qualidade habitacional e do ambiente físico (Lawless et al. 2010; Couch et al. 2011).

Além disso, o novo governo determinou que os processos de regeneração deveriam ser geridos em parceria, incluindo os residentes (Dargan 2009). Os planos, os programas e as iniciativas passaram a apresentar preocupações com a recuperação económica, social e ambiental e a adotar novas formas de governancia, destacando-se as parcerias estratégicas realizadas para aumentar a taxa de sucesso do processo de regeneração (Shaw e Robinson 2010).

No entanto, Dargan (2009) alude que, sobretudo nos primeiros anos, a hostilidade entre os moradores, as autoridades e os órgãos do sector público foram um problema, dado que as ações da comunidade estavam longe de ser homogêneas e o conflito não havia sido previsto.

Neste âmbito, Shaw e Robinson (2010) referem que vários autores consideram que o envolvimento da comunidade foi um mero recurso retórico. Não concordando, o autor afirma que se realizaram sérios esforços para promover o envolvimento da comunidade, embora posteriormente se tenha considerado que a participação dos cidadãos condicionou o sucesso do NDC (Dargan 2009).

Ainda assim, Couch et al. (2011) mencionam que uma avaliação recente concluiu que o NDC tem sido bem-sucedido na melhoria da satisfação com a área e na redução da criminalidade, ainda que os problemas relacionados com o desemprego, a educação e a saúde persistam.

Por outro lado, o controlo da expansão urbana residencial e o redirecionamento do investimento para as áreas urbanas existentes, sobretudo no centro das cidades, tem sido bem-sucedido, assim como a resolução dos problemas de abandono urbano (Couch et al. 2011).

Note-se que muitas áreas têm sido reconstruídas, como é o caso das *Docklands* de Londres apresentadas na Figura 3, que tiveram início durante o governo conservador de Margaret Thatcher na década de 80 (Couch, et al. 2011). Porém, segundo Butler (2007), o que foi concebido como um exercício de regeneração urbana está a potenciar divisões sociais, ao que designa de gentrificação pelo capital, referindo que as *Docklands* são essencialmente um dormitório urbano com carência de sociabilidade.

Portanto, no caso inglês verifica-se que o contexto de governancia teve enorme influência no rumo da regeneração urbana, uma vez que diferentes órgãos de decisão possuem distintas abordagens e prioridades, destacando-se o período após 1997, em que o governo trabalhista introduziu uma visão holística nas suas orientações, desenvolvendo uma nova agenda urbana.



Shadwell Basin, 1995



Shadwell Basin, 1998



Western Dock, Wapping, 1981



Western Dock, Wapping, 1998

Fig. 3 – Docklands de Londres

Fonte: LCCD (2009)

Por outro lado, nas cidades alemãs encontram-se outras dinâmicas. Atualmente, as regiões ocidentais estão entre as mais competitivas da Europa, oferecendo padrões de vida de elevada qualidade, pese embora persistam grandes contrastes territoriais. A Alemanha oriental apresenta problemas associados no desempenho económico, que resultam em debilidades sociais e ambientais e que, consequentemente, conduzem à saída da população (Couch et al. 2011).

Tais problemas estão sobretudo associados à queda do muro de Berlim, o qual provocou mudanças significativas relacionadas com a estrutura demográfica, socioeconómica e urbanística em muitas cidades orientais (Liebmann e Kuder 2012).

Em termos sucintos, o núcleo dos problemas relaciona-se com o processo de desindustrialização, na medida em que o leste ficou mais exposto à concorrência (Couch et al. 2011), conduzindo ao encerramento e à redução drástica da produção industrial (Liebmann e Kuder 2012), que naturalmente teve consequências ao nível do desemprego e migração (Couch et al. 2011).

Porém, a crise fomentou a capacidade de gerar novas ideias relacionadas com o aproveitamento de potencialidades específicas não valorizadas do ponto de vista do desenvolvimento urbano (Liebmann e Kuder 2012).

Assim, Jessen (2008) refere que na Alemanha se podem identificar três tipos de regeneração urbana, designadamente, nos terrenos industriais, nas ferrovias e nas instalações militares antigas.

Couch et al. (2011) salientam que as marcas deixadas pela industrialização foram impressionantes. Aproveitando o facto de os edifícios contarem a história dos lugares, várias construções foram

reutilizadas, dando vida a esses espaços obsoletos, como aconteceu com o Parque *Emschee* apresentado na Figura 4, onde se definiram novos conceitos de modernização associados às antigas áreas industriais (Jessen 2008; Liebmann e Kuder 2012). De facto, estas cidades seguiram estratégias baseadas na redescoberta e redensolvimento das economias pré-industriais, as quais durante várias décadas foram ignoradas (Liebmann e Kuder 2012).

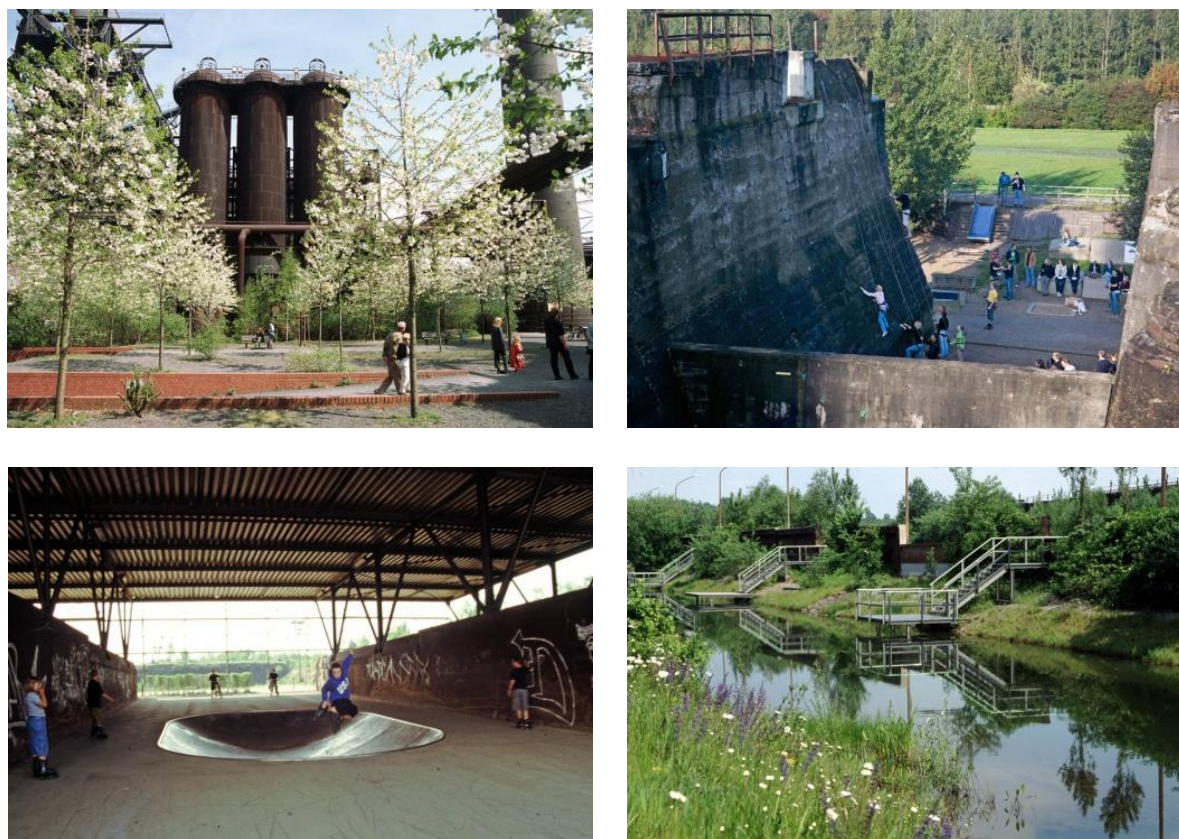


Fig. 4 – Parque Emscher
Fonte: Landezine (2011)

Além disso, as antigas instalações militares, depois da reunificação alemã, tornaram-se áreas abandonadas, disponíveis para serem convertidas e integradas no tecido urbano existente. Por seu turno, as ferrovias, afetadas pelas grandes mudanças na acessibilidade, também deram lugar a planos ambiciosos (Jessen 2008).

Brocaneli (2012) destaca o exemplo da *HafenCity*, que é uma área de um antigo porto de Hamburgo. Trata-se também de um projeto de regeneração urbana que pretende preservar as características arquitetônicas do lugar e dar vida às enormes estruturas portuárias através da criação de espaços públicos, serviços e comércio. O projeto está em construção desde 2000 e quando terminado prevê-se o alojamento de 12 000 habitantes e a criação de 40 000 postos de trabalho (Brocaneli 2012).

Em termos gerais, embora a regeneração urbana na Alemanha esteja preocupada com vários domínios, o problema do desequilíbrio territorial é central na definição das políticas (Couch et al. 2011). Tal situação tem sido colmatada através da recuperação do património obsoleto existente, denotando-se, portanto, um importante aproveitamento do anterior contexto económico do país.

Por sua vez, em França, na década de 1950 e 1960, construíram-se grandes conjuntos habitacionais suburbanos, os *Grand Ensembles*, visíveis na Figura 5, de modo a acorrer à procura da habitação resultante da migração das áreas rurais para as urbanas após a Segunda Guerra Mundial (Couch et al. 2011).



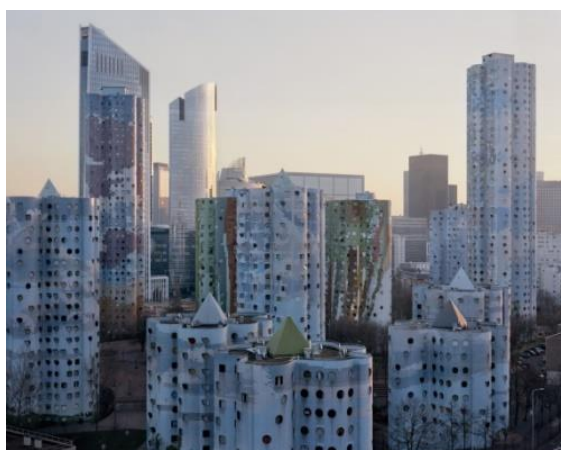
Le Pavé Neuf, Noisy-le-Grand, 2015



Les Espaces d'Abraxas, Noisy-le-Grand, 2014



Les Damiers, Courbevoie, 2012



Les Tours Aillaud, Cité Pablo Picasso, Nanterre, 2014

Fig. 5 – Grand Ensembles
Fonte: Laurent Kronental (2015)

Nesta medida, na década de 1970, o maior desafio relacionava-se com a resolução dos problemas sociais associados a estas construções, pois ao longo dos anos, a deterioração dos edifícios levou à saída da população com maiores capacidades financeiras, potenciando, deste modo, a concentração de vulnerabilidades (Couch et al. 2011).

Esta situação facultou o surgimento de tumultos entre jovens descontentes, a maioria dos quais eram desempregados e de origem imigrante. Porém, como resposta surgiu a *Politique de la Ville*, “que lidava principalmente com as questões sociais, económicas e físicas das áreas mais desfavorecidas” (Couch et al. 2011, 20).

Posteriormente, em meados da década de 1990 foi lançado o *Pacte de Relance pour la Ville* com o objetivo de “promover a atividade económica e aumentar o emprego através de incentivos fiscais e

subvenções públicas em áreas designadas”, definindo-se, desse modo, as áreas urbanas sensíveis. Ademais, o foco ao nível de bairro continuou e, assim, surgiu o *Grand Projet de Ville*, a fim de resolver as causas socioeconómicas da marginalização das áreas desfavorecidas a partir da transformação da imagem do bairro (Couch et al. 2011, 24).

No século XXI, “*com um novo governo de centro-direita, houve um retorno a um foco mais físico do que social na regeneração*”. Ainda assim, em 2008, “*uma nova estratégia para os subúrbios foi lançada, intitulado-se Espoirs Banlieues*”, a fim de mobilizar meios para resolver os variados problemas (Couch et al. 2011, 21).

É, portanto, notório que o foco da regeneração urbana em França incide amplamente na periferia das áreas urbanas, caracterizadas pela presença de problemas associadas à concentração de vários tipos de vulnerabilidades. De notar que o contexto demográfico decorrente da migração teve influências territoriais relevantes, uma vez que os *Grand Ensembles* marcam a regeneração do país até aos dias de hoje.

Couch et al. (2011) referem que muitos autores têm analisado as políticas adotadas em diferentes países, de modo a verificar até que ponto a mesma estratégia consegue responder a problemas semelhantes noutros contextos. Todavia, sempre se diga que, apesar dos objetivos que orientam as cidades serem comuns, cada país apresenta determinadas condições, resultantes do contexto socioeconómico, demográfico e de governancia, que exercem forte influência na abordagem e conduzem a soluções distintas (Roberts e Sykes 2000; Blanco et al. 2011; Couch et al. 2011; Parés et al. 2011).

Muitas vezes são precisamente os eventos do passado que estão na origem da adoção de certas iniciativas (Couch et al. 2011). Contudo, determinadas práticas são transferidas, em virtude os órgãos de decisão se esquecerem “*que o desenvolvimento urbano é um fenómeno profundamente histórico e específico do local*” (Degen e García 2012, 1023).

Deste modo, não há um caminho definido para o sucesso da regeneração urbana, porquanto a singularidade do lugar leva a que o modo de ação se tenha de adaptar às características do território (Lang 2005; García et al. 2016).

Acresce que não há uma causa única para todos os problemas urbanos (Lang 2005), porque muitos deles têm origem multicausal, provocada por influências do interior e do exterior da cidade (Roberts e Sykes 2000) e, como tal, a forma como as cidades são afetadas pelas mudanças é muito variável (Lang 2005).

Há, portanto, um debate em curso sobre a natureza e os propósitos de regeneração urbana a nível europeu. Contudo, cabe a cada país a definição de estratégias adequadas que obstaculizem as fragilidades e promovam um desenvolvimento próspero.

Abreviando, a influência contínua das especificidades de cada cidade, tendo estas um papel fulcral na formulação de políticas, revela que não existe um modelo único que determine o sucesso das políticas de regeneração urbana, uma vez que as dinâmicas desiguais em diferentes cidades patenteiam diversas formas de intervenção, demonstrando que não há um padrão de atuação.

2.4. ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO NOS CENTROS URBANOS

O centro urbano, entendido como um espaço com forte concentração populacional e de edificado, caracteriza-se pela densa rede de serviços e equipamentos de suporte à população. Contudo, a degradação do parque habitacional antigo tem conduzido ao seu declínio, registando-se cada vez mais problemas de conforto e habitabilidade que potenciam a perda demográfica, sobretudo da população mais jovem. Tais dificuldades acarretam vulnerabilidades sociais e funcionais do lugar, traduzidas inevitavelmente no envelhecimento da população e na fragilidade das atividades económicas locais.

Deste modo, a acumulação destas contrariedades torna premente a necessidade de intervenções que solucionem ou, pelo menos, atenuem as suas consequências, razão pela qual atualmente imperam preocupações em planear pensando além do edificado (Mendes 2013).

Assim, o desafio passa por reverter as várias problemáticas através da regeneração urbana que, pelo seu carácter multidimensional, se apresenta como o meio mais adequado para responder aos complexos problemas urbanos.

Por isso, atentando na necessidade de intervir em vários domínios, as estratégias de regeneração urbana resultam numa diversidade alargada de programas, versados sobre intervenção física e as vertentes social, económica e ambiental (Couch et al. 2003).

No entanto, definir uma estratégia é mais do que estabelecer objetivos. Antes, é importante identificar os recursos e instrumentos disponíveis e prever os entraves (Portas et al. 2003) porque a complexidade dos problemas urbanos requer a adoção de uma abordagem estratégica com uma visão abrangente que estabeleça as metas e avalie a compatibilidade dos meios com os recursos existentes (Testoni e Boeri 2015).

Nesta medida, gerir a estratégia de regeneração urbana impõe que se clarifique os resultados pretendidos, se defina o plano e projetos específicos, bem como a manutenção do contacto com os atores envolvidos, a identificação das responsabilidades de cada um dos intervenientes e o estabelecimento de um propósito comum baseado na cooperação (Roberts e Sykes 2000).

2.4.1. PRINCIPAIS TIPOS DE INTERVENÇÃO

Ambicionando elencar os problemas recorrentes dos centros urbanos, Shenkel (2015) alerta para as questões estruturais do edificado que, além de estar mal construído, apresenta falta de infraestruturas de apoio, como é o caso do saneamento ou do aquecimento. Os problemas espaciais associados à densidade de construção, visíveis na falta de estacionamento, e a poluição sonora provocada pelo trânsito também são flagelos comuns. Identifica-se ainda que a indisponibilidade económica da população associada a situações de desemprego causa dificuldades no pagamento das rendas e resultam, muitas vezes, na concentração espacial das famílias mais pobres.

Por sua vez, Stojanovic et al. (2012) também resumem alguns dos principais problemas que provocam mudanças e desencadeiam a necessidade de intervenção:

- *economia*: falta de investimento, desemprego, etc.
- *sociedade*: declínio e envelhecimento populacional, pobreza e exclusão social, etc.
- *espaço*: áreas ineficientes, uso incoerente do território, abandono e deterioração do edificado, etc.
- *ambiente*: poluição do ar, aumento de ruído, deterioração da qualidade ambiental, etc.
- *cultura*: falta de eventos culturais, perturbação do património cultural, etc.

- *transportes*: longa distâncias entre a residência, os serviços e o local de trabalho, congestionamento do tráfego, etc.
- *instituições*: gestão urbana antiquada, etc.

Com efeito, Shenkel (2015) refere que a prioridade é quebrar o ciclo vicioso, apresentado na Figura 6, e torná-lo virtuoso, mencionando que as intervenções nas infraestruturas físicas, nos recursos humanos e na imagem e governancia são fundamentais.

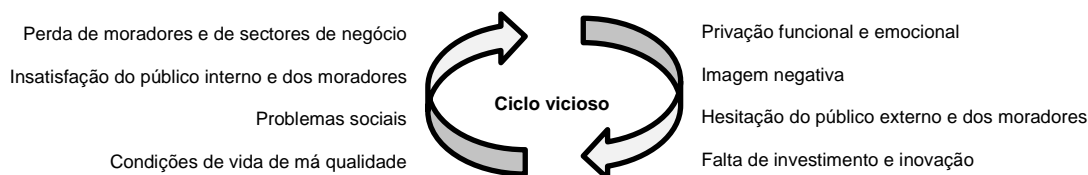


Fig. 6 – Ciclo vicioso
Fonte: Schenkel (2015, 76)

Neste sentido, uma das vertentes progressivamente debatida na literatura relaciona-se com as estratégias destinadas a promover a coesão social urbana através de intervenções que procurem mitigar a concentração da pobreza e contrariar as desigualdades sociais, dado que se tratam de fatores que conduzem fortemente ao declínio urbano.

Deste modo, nos últimos anos, a regeneração física surge, muitas vezes, associada à resolução de problemas sociais, sobretudo nos bairros mais pobres. Ainda assim, a discussão é alargada quanto às consequências sociais que determinadas deliberações podem acarretar.

Argumenta-se com frequência que a intervenção física não é suficiente porque, na verdade, os problemas são sociais e não físicos (Winston 2009). Por outro lado, há quem defenda que as estratégias físicas podem também atingir objetivos sociais e económicos (Schenkel 2015). Sobre este aspeto, Raco (2003) afirma que muitos autores associam a intervenção à exclusão dos grupos, referindo ser necessário deslocar os residentes que possam ameaçar a qualidade do espaço urbano.

Genericamente, a literatura debruça-se amplamente sobre a discussão acerca das soluções encontradas para resolver os problemas e sobre as correspondentes consequências que, muitas vezes, resultam no processo de exclusão. Nestes termos, as questões relacionadas com a segregação e a interação social são largamente escrutinadas (Atkinson e Blandy 2005; Lees 2008; Lupton e Tunstall 2008; Cheshire 2009; Colomb 2011).

De acordo com os escritos de Arbaci e Tapada-Berteli (2012, 289), “*em muitas cidades ocidentais, o alívio da pobreza urbana tem sido considerado como uma das principais prioridades para a regeneração*”, dando lugar a programas relacionados com a mistura e desconcentração social, ao mesmo tempo que se discute os efeitos negativos da gentrificação.

Contesta-se, assim, as externalidades negativas que determinadas estratégias podem ter sobre a restante cidade, quando há transferência territorial dos problemas, associada à incompatibilidade com os rendimentos dos residentes (Winston 2009).

De facto, a busca pela igualdade no acesso à cidade é realmente recorrente no debate atual. Nesta matéria, Testoni (2015) tem uma abordagem distinta e reflete acerca das mudanças aceleradas nas cidades em termos sociodemográficos e económicos e, bem assim, a influência da imigração, referindo

que, se por um lado há grande diversidade cultural, por outro, os que organismos públicos têm dificuldades na gestão das políticas eficazes de integração.

Parés et al. (2011, 239) afirmam que as mudanças profundas e aceleradas nas políticas de regeneração urbana realizadas nos bairros problemáticos regem-se por “*pontos de vista cada vez mais inovadores, incluindo a sustentabilidade ambiental, o multiculturalismo e a inclusão social*”.

Por sua vez, Lang (2005) refere que as estratégias de regeneração socioeconómicas são bastante amplas, pois incluem tentativas que, direta e indiretamente, contribuem para alcançar objetivos sociais relacionados com a integração, qualificação e introdução dos indivíduos no mercado de trabalho.

Já Couch et al. (2003) explicam que a preocupação com o recrescimento da atividade económica, a restauração da função social, a inclusão social e a restauração da qualidade ambiental são os principais domínios de intervenção. Seguindo esta ideia, Raco et al. (2008, 188) afirmam que várias vezes argumentam que a regeneração urbana “*deve estar preocupada com a inclusão social, a responsabilidade democrática e a sensibilidade ambiental*”. Por sua vez, Smith (2002) alerta para o facto da transformação das condições físicas e económicas poderem causar o despejo massivo da população mais pobre.

Ademais, as estratégias direcionadas para a promoção da competitividade também estão progressivamente no topo das agendas das políticas urbanas. Assiste-se a um amplo debate acerca da valorização das capacidades competitivas dos centros urbanos, fazendo uso dos recursos endógenos e apostando na pró-atividade para fazer face aos problemas económicos (Gonzalez 2011; Kana 2012). Entende-se que a competição interurbana se assume importante para atrair fluxos de capital e regenerar as áreas que se encontram em processo de deterioração (Parés et al. 2011).

Porém, se há cidades que aproveitam a história, outras criam estratégias baseadas em novas ideias, muitas vezes, relacionadas com a utilização de potencialidades específicas não valorizadas do ponto de vista do desenvolvimento urbano (Liebmann e Kuder 2012).

Ainda assim, Van Melik e Lawton (2011) referem que a tendência é tirar partido dos recursos existentes, em vez de criar de raiz, processo ao qual o autor designa de capacidade de ‘autocura’.

Segundo Kana (2012), alargar os horizontes da regeneração urbana através da utilização da arte pode contribuir para a revitalização do espaço urbano e, desse modo, fortalecer também a imagem da cidade. Por isso, é importante que as políticas culturais não se produzam separadamente do planeamento urbano (Kana 2012).

Adicionalmente surge na literatura a tendência crescente de interligar o conceito de sustentabilidade ao processo de regeneração urbana.

Sobre este ponto, Lombardi et al. (2011) referem que a regeneração urbana tem grande influência no alcance uma sociedade mais sustentável, dado que a sua intervenção pode incidir nos três pilares da sustentabilidade, nomeadamente na economia, na sociedade e no ambiente.

Esta conceção tripartida é geralmente aceite na literatura, mas o debate é alargado, em virtude desta visão holística tornar o termo muito elástico e as interdependências entre fenómenos económicos, sociais e ambientais serem complexas (Turcu 2012).

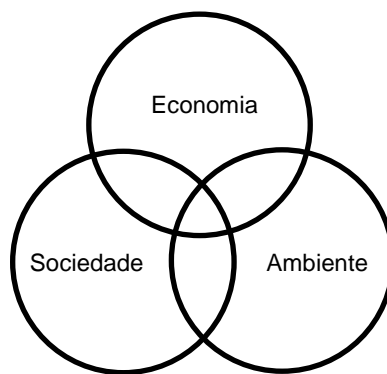


Fig. 7 – Conceptualização do desenvolvimento sustentável

Fonte: Lombardi et al. (2011, 276)

A Figura 7 apresenta um diagrama amplamente divulgado, no qual é possível verificar que a sustentabilidade é alcançada quando há sobreposição das três dimensões. Aqui se compreende que cada pilar é independente, priorizando-se uma parte sobre o todo (Lombardi et al. 2011).

Desta forma, Couch et al. (2003, 207) argumentam que a sustentabilidade é a nova agenda da regeneração urbana e dão ênfase ao conceito de regeneração sustentável, associando-o à “sustentabilidade ambiental, eficiência económica e satisfação de necessidades sociais”.

Sucedem, porém, que da consciencialização da sua importância, na prática, no desenvolvimento urbano, não tem havido coordenação entre os três pilares, em virtude da tendência em priorizar a recuperação económica, em detrimento da regeneração social e ambiental (Couch e Dennemann 2000; Evans e Jones 2008; Winston 2009). Lombardi et al. (2011) corroboram esta ideia, afirmando que as políticas urbanas adotam, cada vez mais, o termo sustentabilidade, mas a abordagem não é holística.

Além disso, tem-se igualmente discutido que o alcance do desenvolvimento sustentável depende da criação de cidades compactas (Couch e Dennemann 2000; Turcu 2012) baseadas numa estrutura urbana policêntrica, através da compatibilidade física (configuração espacial) e funcional (densidade e a mistura de funções) (Couch e Dennemann 2000).

Ora, esta estratégia é extremamente dependente do sistema de transportes, que normalmente têm “um impacto significativo sobre a qualidade do ambiente, a estética e as condições de vida nas áreas urbanas”, uma vez que este apoia outros projetos de regeneração, em virtude de, muitas vezes, ser combinado com diversas intervenções (Kepaptsoglou et al. 2015, 478).

De uma forma geral, entende-se que a ideia de abrangência e integração assente numa estratégia multidimensional é o desafio comum (Schenkel 2015; Testoni e Boeri 2015). Por isso, Deakin (2009) refere a importância de uma regeneração urbana sustentável, passível de alcançar as várias dimensões da qualidade de vida, as quais são apresentadas na Figura 8.

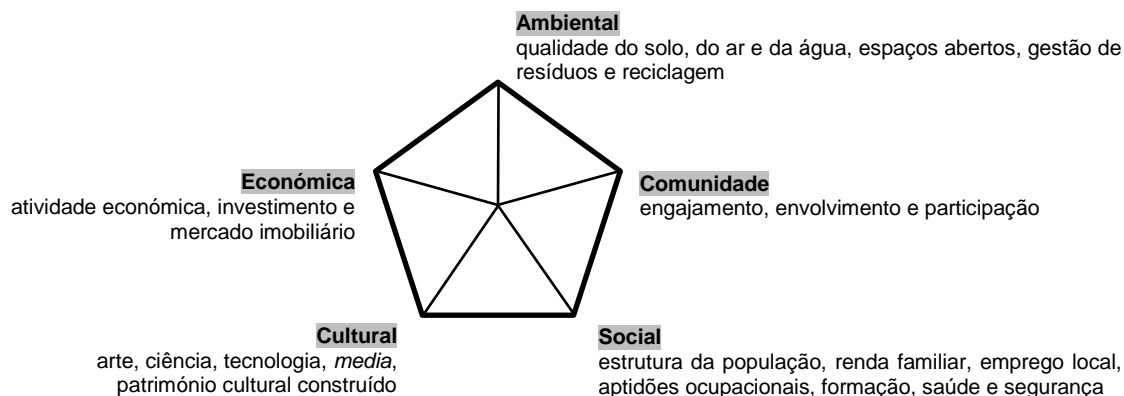


Fig. 8 – Dimensões e indicadores de qualidade de vida

Fonte: Deakin (2009, 99)

Em síntese, Schenkel (2015) refere que o processo de regeneração urbana detém três objetivos prioritários:

- melhoria das condições de habitabilidade através da renovação do parque habitacional, da intervenção na estrutura física urbana e do aumento da acessibilidade;
- reforço da vitalidade e das funções económicas, renovando a estrutura social e aumentando a oferta educacional e de emprego;
- melhoria da governancia urbana e da imagem dentro e fora das áreas em declínio, com base na cultura, inovação, participação e ambiente.

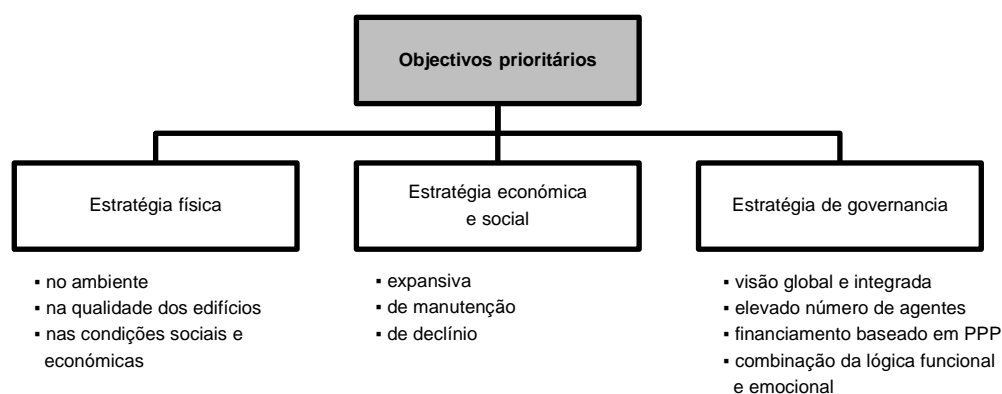


Fig. 9 – Estratégias na regeneração urbana

Fonte: Adaptado de Schenkel (2015)

Nesta senda, Schenkel (2015) menciona as três estratégias, apresentadas na Figura 9, que concretizam tais objetivos.

A *estratégia física* baseia-se na melhoria do espaço público, na conservação do património histórico, na renovação do parque habitacional e na criação de oportunidades direcionadas para a população mais pobre.

Por outro lado, a *estratégia económica e social* relaciona-se com a criação de oportunidades e acomodações e também com a preservação da área, mantendo-a atrativa. No fundo, procura-se aproveitar a situação de declínio para dar um novo rumo às infraestruturas e ao parque habitacional da cidade.

O autor refere ainda a *estratégia de governancia*, destacando a importância dos agentes locais para construir ideias inovadoras, do financiamento baseado em parcerias público-privadas e ainda da combinação entre o crescimento económico e a mudança física com o sentido de pertença.

De uma forma geral, apesar da diversidade de estratégias de regeneração urbana, considera-se que estas podem adotar uma forma de atuação sectorial ou multidimensional. Por um lado, deteta-se a existência de intervenções essencialmente dirigidas à resolução de problemas críticos, normalmente associados a fenómenos de vulnerabilidade, como é o caso da pobreza e da exclusão, tendo em vista a promoção da coesão social. Por outro, registam-se intervenções que visam o aproveitamento das especificidades existentes para fomentar a competitividade da cidade. Além disso, afigura-se cada vez mais importante que a regeneração urbana e o desenvolvimento sustentável imperem como dimensões fundantes da política urbana.

2.4.2. OPERACIONALIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS: O PAPEL DOS AGENTES

2.4.2.1. Os Atores Públicos

A literatura sugere que os novos modelos de governancia afastaram as formas tradicionais de governo e desenvolveram outras ferramentas de política urbana (Breda-Vázquez et al. 2009). Parés et al. (2011) referem que esta foi a solução definida para dar resposta a desafios complexos e que, por isso, as alterações no modelo tradicional foram inevitáveis, dada a consciência crescente de que os instrumentos urbanísticos anteriores eram incapazes de responder aos atuais problemas das áreas urbanas.

Atualmente, as redes de governancia caracterizam-se pela coordenação intergovernamental, transversalidade administrativa, cooperação público-privada e participação do cidadão, contrariamente ao verificado anteriormente em que prevalecia a subordinação e rígida divisão poderes e o monopólio (Blanco et al. 2011). Parés et al. (2011) afirmam que esta é cada vez mais a base das políticas de regeneração urbana.

Neste contexto, as instituições, as organizações públicas e as autoridades locais envolvem-se recorrentemente na resolução dos problemas, repartindo as correspondentes responsabilidades (Hemphill et al. 2006). Por isso, a regeneração urbana tem vindo evoluir no sentido da criação de estratégias mais integradoras, envolvendo entidades públicas e atores privados (Blanco et al. 2011), que conjuntamente podem contribuir para o alcance de melhores resultados (Trillo 2014).

Deste modo, as parcerias tornaram-se um instrumento político muito utilizado (Kort e Klijn 2013), sendo atualmente vistas como uma importante ferramenta para ultrapassar a crise financeira do Estado, na medida em que contribuem para a redução da despesa pública através da transferência de responsabilidades (Codecasa e Ponzini 2011).

Assim, a rede de governancia é hoje constituída por vários atores que se caracterizam pela interdependência de recursos, sendo a laboração realizada em conjunto com o objetivo de alcançar resultados favoráveis para ambas as partes (Ysa 2007).

Neste sentido, as parcerias têm sido uma tendência emergente na literatura, debatendo-se o papel dos agentes públicos e privados, a diversidade dos modelos de parceria e a sua influência nas estratégias de regeneração em diferentes cidades (Breda-Vázquez et al. 2009).

De uma forma geral, a literatura é concordante relativamente ao progressivo aumento de agendas e atores nas políticas urbanas, caracterizadas cada vez mais pela intensa experimentação (Breda-Vázquez et al. 2010).

Aliado a isto, o conceito de parceria tem sido consideravelmente debatido, sendo avançadas várias designações como, por exemplo, “ ‘as parcerias público-privadas’, ‘construção de coalizões’, ‘redes de atores’ ou ‘capacidade colaborativa’ ” (Breda-Vázquez et al. 2009, 2216).

Daqui se conclui que o modelo de governancia, face à crescente complexidade dos problemas urbanos, tem emancipado a necessidade de interligar as instituições públicas com os interesses dos privados.

2.4.2.2. Os Atores Privados

a) O Sector Empresarial

Os centros urbanos com a sua localização e paisagem edificada apresentam um grande potencial atrativo para os investidores privados. Desta forma, a governancia urbana evolui hoje para formas mais cooperativas de política urbana, reforçando o peso do sector privado na tomada de decisão pública (Parés et al. 2014).

Hemphill et al. (2006) esclarecem que uma Parceria Público-Privada (PPP) é uma colaboração voluntária entre duas ou mais organizações públicas e privadas para desenvolver projetos em conjunto. Caracteriza-se pela partilha de encargos, benefícios e riscos (Hemphill et al. 2006; Kort e Klijn 2013). O argumento que justifica este tipo de cooperação é de que, juntas, os agentes podem produzir mais do que conseguiriam separadamente (Hemphill et al. 2006).

Tendo este ponto de partida, Koppenjan e Enserink (2009) justificam o estímulo desta prática com o aproveitamento dos recursos das entidades privadas por forma a contrariar a falta de fundos públicos e a ineficácia na prestação de serviços. Além disso, as PPP têm a mais-valia de combinar os benefícios do sector privado, nomeadamente a inovação, o financiamento, o conhecimento de tecnologias e a eficiência de gestão, com a responsabilidade social, consciência ambiental e conhecimento local para a resolução dos problemas urbanos.

O debate em torno das PPP salienta também o seu carácter multifacetado, porquanto podem fazer parte de iniciativas distintas e ter naturezas diversas decorrentes da influência do contexto em que surgem. Por tal facto, a literatura tem concentrado a atenção na categorização dos géneros de parceria, com a finalidade de descrever os tipos de agente, objetivos e métodos, tendo sido ainda realizados vários estudos comparativos para provar a sua importância nas estratégias de regeneração urbana (Breda-Vázquez et al. 2009).

De uma forma geral, os órgãos de decisão e responsáveis pelas políticas assumem que as parcerias são uma forma de operacionalização que enriquece o conteúdo dos projetos e origina resultados mais eficientes (Codecasa e Ponzini 2011, Kort e Klijn 2013).

Nesta linha de pensamento, Codecasa e Ponzini (2011) mencionam que as PPP são uma oportunidade de conseguir valor acrescentado. Contudo é necessário tirar proveito de cada ator (Kort e Klijn 2013),

baseando-se as suas relações na corresponsabilidade, no diálogo, na cooperação e na participação (Ysa 2007).

Ainda assim, considera-se que a utilização deste modo de operacionalização aumenta a possibilidade de ocorrer gentrificação, dado que as oportunidades criadas para os promotores imobiliários privados podem conduzir à expulsão da população mais pobre dos centros das cidades, sobretudo quando o envolvimento da comunidade não é considerado (Parés et al. 2014). Além disso, segundo Koppenjan e Enserink (2009), as PPP podem originar, por exemplo, endividamento a longo prazo dos municípios e dificuldades de acesso aos serviços devido ao aumento das tarifas ou ao adiamento de investimentos menos rentáveis.

Exemplificativamente atente-se que o desenvolvimento e a gestão do espaço público normalmente exercido pelos municípios tem vindo a crescer com a cooperação dos privados. No entanto, é de salientar que estes atores centram a sua atuação nos seus próprios interesses. O investimento da melhoria do espaço público é muitas vezes realizado tendo em vista o aumento do valor das propriedades circundantes. Ademais, muitos deles estão interessados em aumentar os lucros e, por esse motivo, mantêm a propriedade para receber rendas maiores por parte dos seus ocupantes (Van Melik e Lawton 2011).

Na verdade, o facto de cada parceiro ter o seu próprio quadro de referência, pode conduzir a divergências acerca das prioridades na resolução dos problemas e nas soluções e inclusão ou exclusão de determinadas práticas no processo de regeneração (Kokx 2011). No entanto, os atores envolvidos, apesar de possuírem objetivos distintos, vão modificando gradualmente as suas linhas de orientação e entrando em sintonia (Hemphill et al. 2006).

Acresce que a multiplicidade de propostas também levanta críticas pela dificuldade de integrar diferentes iniciativas com distintos objetivos (Breda-Vázquez et al. 2010).

Codecasa e Ponzini (2011) referem que a literatura tem vindo a questionar a eficácia e viabilidade das parcerias, em virtude da ação pública voltada para a cooperação empresarial privada requerer competências avançadas não facilmente desenvolvidas.

Neste sentido, Koppenjan e Enserink (2009) refere que a participação de diversos atores não significa necessariamente o alcance do sucesso porque, antes de mais, tal fim está dependente da qualidade dos mecanismos de governancia, que devem ser aptos a influenciar as decisões do sector privado.

Cumprido, portanto, ao governo equilibrar a balança no que se refere às oportunidades atrativas de investimento para os privados e à salvaguarda dos interesses públicos, uma vez que o foco nas vantagens financeiras sem atender às consequências sociais e ambientais pode revelar-se problemático (Koppenjan e Enserink 2009).

Em face disto, o modelo de governancia afigura-se essencial para alcançar o sucesso da regeneração urbana, uma vez este tem um papel decisivo no desempenho das parcerias (Ysa 2007; Couch et al. 2011). Adicionalmente, o êxito das PPP depende de uma liderança direcionada para a pluralidade e não para o individualismo, sendo essencial o empenho de todos os constituintes (Hemphill et al. 2006).

Neste contexto, uma das parcerias frequentemente abordada na literatura são as Empresas de Regeneração Urbana (ERU) (Ysa 2007; Neto 2010; Kort e Klijn 2013). Trata-se de parcerias locais, criadas por atores públicos e privados que pretendem reconstruir e investir nas áreas urbanas em declínio. Estas organizações são criadas em vários países com o objetivo de estimular, orientar e implementar os processos de regeneração urbana através da partilha de conhecimento e responsabilidades (Kort e Klijn 2013).

Ambiciona-se que as empresas públicas ou parcerias público-privadas que se dedicam exclusivamente a questões de regeneração urbana sejam mais eficientes do que as administrações tradicionais na promoção de suas estratégias, gerando uma perspetiva singular que interpreta o território e simplifica o processo de revitalização urbana (Neto 2010).

De uma forma geral, são amplamente exaltados os benefícios das ERU, na medida em que estas tomam decisões complexas que envolvem vários atores. Além de criarem valor acrescentado, associado à aceleração do processo de regeneração e à concretização dos objetivos a custos reduzidos, também se aliam da perspicácia e interesses dos vários agentes (Kort e Klijn 2013).

Porém, apesar das semelhanças que apresentam em diferentes países, as ERU detêm diferenças na forma de organização da parceria (Kort e Klijn 2013). A título ilustrativo, vários autores mencionam os *Business Improvement Districts* (BID) (Ward 2007; Ysa 2007; Cook 2009; Peyroux et al. 2012).

Os BID são parcerias público-privadas financiadas pelos proprietários de uma determinada área através do pagamento de um imposto obrigatório, a fim de contribuir para a manutenção, desenvolvimento e promoção do lugar (Ward 2007). Peyroux et al. (2012) referem que o trabalho dos BID contribui sobretudo para o aumento do valor imobiliário e para o crescimento do volume de negócios das atividades económicas da área.

Além disso, é também salientado o *Town Centre Management* (TCM) (Coca-Stefaniak et al. 2009; McAteer e Stephens 2011), que também surgiu como resposta à complexidade dos problemas urbanos, pretendendo contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o envolvimento dos grupos socioeconómicos desfavorecidos (Coca-Stefaniak et al. 2009). O TCM recebe pagamentos voluntários do sector privado (Cook 2009). Trata-se de “*uma oportunidade de manter, melhorar e regenerar a vitalidade dos centros das cidades*” através de contribuições estratégicas para a regeneração e para desenvolvimento económico (McAteer e Stephens 2011, 265).

O TCM na Europa tem diferentes interpretações, mas possui o modo de operacionalização como ponto comum, uma vez que é constituído por atores públicos e privados que pretendem alcançar benefícios para ambos (Stefaniak et al. 2009).

Ysa (2007) refere que estes modelos incluem visões integradores e abrangentes para resolver os problemas urbanos através de intervenções nos aspetos económico, físico, social e ambiental, uma vez que pretendem contrariar as debilidades dos centros das cidades e evitar a concorrência de áreas mais atraentes na periferia, colmatando a diferença entre o investimento público nos centros urbanos e as necessidades reais (Ysa 2007).

Henderson (2014) alerta, contudo, que as ERU podem ser interpretadas como uma crítica às ações das autoridades locais, na medida em acabam por se revelar um mecanismo que transfere o poder de decisão para além das ‘paredes’ do governo local.

Ademais, sempre se diga que a regeneração urbana pretende também generalizar o direito à cidade, sendo que, nestes casos, os programas se caracterizam pelo envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão (Parés et al. 2014).

b) A Comunidade

No debate atual acerca das parcerias é atribuída uma considerável atenção ao papel da participação da comunidade no processo de regeneração urbana.

A evolução das políticas de regeneração urbana na Europa evidencia que a participação dos cidadãos se tem tornado fundamental na conceção e implementação das políticas urbanas à escala de bairro (Parés et al. 2011).

Atualmente, as comunidades tornam-se agentes cada vez mais envolvidas na conceção dos programas (Auerbach 2013), tendo-se evoluído de um planeamento essencialmente urbano, centrado na habitação e espaço públicos, para uma visão abrangente que inclui atores sociais (Parés et al. 2011).

Aqui se discute a influência da participação no resultado final. Normalmente, quando há maior participação, as linhas de orientação são mais abrangentes, uma vez que tendem a dirigir-se também para o desenvolvimento social e comunitário. Pelo contrário, quando a participação é residual, o foco incide nos aspetos físicos e económicos da regeneração, centrados essencialmente nos centros urbanos (Parés et al. 2011).

Nienhuis et al. (2011) referenciam que vários autores realçam o impacto positivo da participação dos moradores pela legitimidade que conferem às medidas e pela maior facilidade de ajuste das políticas às necessidades do bairro. Argumenta-se também que ouvir as preocupações e ideias dos residentes, melhora a eficiência e eficácia dos planos (Kaza 2006; Winston 2010).

Esta discussão é frequentemente construída em torno da importância que é atribuída à visão holística dos cidadãos, uma vez que estes, por conhecerem bem a área e pela pressão que podem exercer, poderão ambicionar contrariar ações que conduzam à gentrificação do lugar (Parés et al. 2011).

Trueman et al. (2013) defendem que a participação da população local pode melhorar a sustentabilidade das iniciativas de regeneração, porque as pessoas são mais propensas a proteger o espaço a longo prazo. O mesmo autor menciona que o sentido de pertença é vital para a criação do lugar que será projetado, por forma à manutenção da sua familiaridade. Note-se que a mudança física repentina pode trazer sentimentos de exclusão, quando os cidadãos locais não estão envolvidos ativamente no processo de regeneração (Trueman et al. 2013).

Pela mesma razão, Nienhuis et al. (2011) corroboram esta ideia, afirmando que o envolvimento ativo dos residentes resulta num sentido mais forte de pertença. Criar responsabilidade aos moradores para a promoção da qualidade de vida e para a manutenção de uma boa conduta é um procedimento eficaz.

Trueman et al. (2013) apontam que os conceitos de bem-estar e de participação estão interligados, podendo o processo de participação melhorar o bem-estar individual. Contudo, quando a participação é pouco considerada, a resiliência das comunidades conduz à criação de redes informais, impulsionada pelos membros mais ativos e preocupados com os problemas da área.

As comunidades envolvidas podem ser organizadas, através das associações de moradores e dos movimentos sociais, ou formalmente não organizadas, como é o caso dos residentes em nome próprio. É ainda possível a existência de organizações lideradas por moradores do bairro ou organizações que atuam na área, mesmo que não estejam exclusivamente ligadas a ela, tais como as Organizações Não Governamentais (ONG) (Parés et al. 2011).

Por oposição, a literatura cuidou igualmente de abordar os problemas decorrentes da intervenção das comunidades nos processos de regeneração urbana.

Neste sentido, Dargan (2009) expõe que os diferentes entendimentos entre os moradores e os órgãos de decisão criam, muitas vezes, conflitos graves. Por sua vez, Kaza (2006) argumenta que a unanimidade apenas alcança acordos gerais, colocando as questões mais controversas em segundo plano. Deste modo, a estratégia deve incidir na persuasão de uma posição e não no consenso como objetivo final do processo participativo (Kaza 2006).

Além disso, parte-se do princípio que aqueles que partilham um espaço têm objetivos comuns e têm uma abordagem centrada numa visão benéfica para toda a comunidade. No entanto, Dargan (2009) critica o conceito de comunidade, alegando que se trata de um fenómeno muito mais complexo do que a visão idealista defendida nos programas de regeneração, dado que os cidadãos entendem a participação de maneiras distintas.

Neste sentido, Dargan (2009) afirma que os participantes têm diferentes objetivos a alcançar, porque tendem a tentar pensar em nome próprio e a formular opiniões divergentes que conduzem à falta de unidade.

Adicionalmente, Nienhuis et al. (2011) mencionam que a maioria dos residentes não quer ser ouvida e que, portanto, parece mais sensato procurar outras estratégias que aproveitem o conhecimento local no processo de regeneração dos bairros, baseando-se em temas de interesse direto do indivíduo.

Mesmo assim, tem sido crescente o reconhecimento da necessidade de criar mecanismos que permitam aos cidadãos participar no diagnóstico, no projeto, no acompanhamento e na execução dos programas de regeneração, ainda que o incentivo à participação não seja atualmente uma prioridade nos processos de regeneração (Parés et al. 2011).

Por seu turno, Parés et al. (2011) referem precisamente que é a abordagem global da regeneração que fomenta a participação e não o contrário. Se a política é mais global, a participação é um instrumento fundamental para alcançar as metas, no entanto, se a política é pouco abrangente e a participação é intensa, pode haver descoordenação (Parés et al. 2011).

Do exposto se conclui que as estratégias de regeneração demonstram que se tem vindo a promover a formação de parcerias público-privadas e que o envolvimento das comunidades é cada vez mais considerado nas políticas de regeneração urbana.

2.4.3. DINAMIZAÇÃO LOCAL DE ÁREAS CENTRAIS

Poder-se-á afirmar que área central da cidade representa para *“os cidadãos, a memória da cidade, o coração da urbe. O visitante procura-a para descobrir o passado, conhecer as características arquitetónicas, o ambiente social e cultural e os espaços comerciais que ali se concentram”* (Barreto 2010, 34).

Acontece que atualmente, na cidade contemporânea, parte da população não a reconhece como tal, dada a emergência de novas centralidades onde o consumo de bens e serviços está aliado a espaços modernos e de fácil acesso que satisfazem as necessidades do quotidiano e reduzem as deslocações ao centro (Barreto 2010).

Acresce que a situação de crise económica vivida nos últimos anos tem potenciado a utilização de meios alternativos para a criação de valor económico. Por isso, em resposta a tal situação, as estratégias de dinamização local surgem como forma de contrariar a deterioração da vida urbana e promover a sua competitividade.

Neste sentido, os órgãos de decisão têm apostado em reinventar as cidades de modo a solucionar os problemas existentes (Bontje e Musterd 2009) através de um investimento significativo nas infraestruturas culturais e na promoção das economias criativas (Comunian 2010).

Por este motivo, a literatura indica que a evolução de políticas baseadas no aproveitamento das especificidades existentes e na demonstração de capacidades para desenvolver novas dinâmicas são disposições crescentes (Florida 2003; Peck 2005; Scott 2006; Bontje e Musterd 2009; Pratt 2010).

Neste contexto, o debate foca-se, por um lado, em ações com origem na criatividade individual e, por outro lado, nas estratégias destinadas a promover a identidade das cidades, nomeadamente através do desenvolvimento e aproveitamento de equipamentos culturais, tendo ambas um enorme efeito influenciador no turismo.

Por esta razão, importa explorar a discussão em torno desta temática, de modo a compreender os diferentes argumentos apresentados por vários autores.

2.4.3.1. Criatividade

O reconhecimento da criatividade como estratégia de desenvolvimento urbano tornou-se comum em muitas cidades (Breda-Vázquez 2012), discutindo vários autores a influência das indústrias criativas nas políticas urbanas (Florida 2003; Scott 2006; Musterd et al. 2007).

Howkins (2001) referencia que há dois tipos de criatividade. Uma relacionada com a realização das pessoas enquanto indivíduos, sendo esta uma característica universal da humanidade, e a outra associada às sociedades industriais, que idolatram a novidade, a ciência, a inovação tecnológica e os direitos de propriedade intelectual.

Por sua vez, Pratt (2011, 129) indica que a “*criatividade é relativa e situacional, não universal ou independente*”, porque o que é criativo numa situação pode não ser noutra contexto. Neste sentido, a transferência de políticas deve ser cautelosa, uma vez que as mesmas ações produzem diferentes efeitos em contextos distintos e, portanto, copiar modelos de atuação pode conduzir ao fracasso (Pratt 2010).

Foord (2009) salienta o carácter ilimitado e central da criatividade para estratégias económicas e refere que, nos últimos anos, a multiplicação de lugares criativos é a evidência de que a criatividade pode transformar a economia.

Outros autores, Sepe e Trapani (2010), alertam que, enquanto os recursos físicos estão sujeitos à degradação, como é o caso dos museus e monumentos, os recursos criativos estão em constante renovação, tendo a vantagem de ser móveis, dada a possibilidade de serem produzidos em qualquer lugar.

Por seu turno, Scott (2006) menciona a importância de aproveitar as tradições e competências para gerar produtos locais exclusivos. Na economia cultural, estes produtos estão, por vezes, associados às características das cidades como é o caso, por exemplo, da moda em Paris ou do teatro em Londres, e representam autenticidade, têm simbolismo e possuem valor económico (Scott 2006).

Contudo, Howkins (2001) refere que a criatividade não é monopólio dos artistas, estando também presente nos cientistas, empresários, economistas e outros, visto que todos têm a capacidade de criar algo novo, original, significativo e real.

Neste contexto, Landry (2012) identifica sete fatores necessários para a implementação do conceito de criatividade:

- qualidades pessoais
- vontade e liderança
- diversidade humana e variedade de talentos
- cultura organizacional
- identidade local
- espaços e edifícios urbanos
- networking

As cidades podem ser criativas com alguns destes fatores, mas é ideal a presença de todos (Landry 2012).

A *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) refere, contudo, que não há uma definição simples de criatividade, esclarecendo que, seja qual for a forma como se interpreta este conceito, tratar-se-á sempre de um elemento crucial nas indústrias criativas e na economia criativa (UNCTAD 2008).

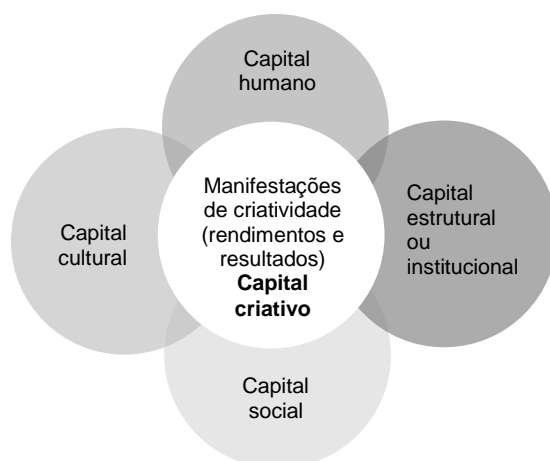


Fig. 10 – Modelo dos 5C's

Fonte: UNCTAD (2008, 10)

Na Figura 10, a UNCTAD apresenta o modelo dos 5C's, onde indica que o ciclo da atividade criativa se relaciona com o capital humano, social, cultural e estrutural ou institucional, sendo estes os aspetos determinantes para a constituição das manifestações de criatividade (UNCTAD 2008).

Ainda neste âmbito, surge a muito discutida teoria de Florida acerca das classes criativas, que tem apresentado grande influência nas políticas urbanas dos últimos anos (Peck 2005; Scott 2006; Evans 2009; Lawton et al. 2013).

Florida defende que o desenvolvimento económico está diretamente ligado à capacidade de atrair e fixar os criativos (Florida 2003). A sua tese gira em torno dos 3T's, – tecnologia, talento e tolerância, aludindo que os resultados económicos da criatividade estão dependentes destes fatores (Florida 2003).

A tolerância diz respeito à capacidade de abertura e inclusão de diferentes etnias, raças e estilos de vida. O talento relaciona-se com as qualificações académicas dos indivíduos. E a tecnologia está associada à inovação e alta tecnologia do lugar (Florida 2003).

Florida (2003) chama a atenção para o facto das áreas tolerantes atraírem pessoas talentosas, o que por sua vez convida as empresas de alta tecnologia a fixarem-se e consequentemente contribui para o crescimento económico.

Sopesa ainda ter em conta que uma extensa literatura dirige críticas às ideias de Florida, arguindo que estas possuem falta de consideração por aqueles que não pertencem às classes criativas e que o autor pretende contrariar o declínio urbano através da gentrificação. Peck (2005) refere que a visão de criatividade de Florida pode aumentar as desigualdades sociais, uma vez que promove a polarização por contribuir para que o investimento seja essencialmente realizado em pessoas com qualificações superiores e que, portanto, as cidades passariam a ser construídas para a população com elevada capacidade financeira. Wilson e Keil (2008) corroboram esta ideia, mencionando que os pobres são negligenciados na tese de Florida.

Por outro lado, Pratt (2010) rejeita que as atividades criativas e culturais sejam uma forma de atrair a elite e fomentar a diferenciação espacial.

Já Scott (2006, 15), em crítica a Florida, afirma que a criatividade não pode simplesmente ser importada para a cidade, *“mas deve ser organicamente desenvolvida através do complexo entrelaçamento das relações da produção, trabalho e vida social em contextos urbanos específicos”*. O autor acrescenta também que a presença de pessoas criativas não é suficiente para sustentar a criatividade a longo prazo.

Da mesma forma, Bontje e Musterd (2009), pese embora considerem que as ideias de Florida possam ser interessantes para os decisores políticos, académicos e criativos, defendem que estas não devem ser vistas como a solução para salvar as cidades, uma vez que o desenvolvimento criativo está intimamente relacionado com tensões sociais e polarização social.

Sobre a mesma temática, Lawton et al. (2010) afirmam que os criativos podem ser atraídos pelas comodidades descritas por Florida, mas o sucesso depende de outros fatores, nomeadamente do apoio à indústria criativa em termos de promoção e de empregabilidade.

Significa isto que o novo desafio está na articulação da criatividade com desenvolvimento urbano de uma forma socialmente sustentável, em virtude da maioria da população urbana não beneficiar com a criatividade. Deste modo, a inovação social, ou seja, o uso da criatividade para fins sociais, torna-se um mecanismo alternativo nas políticas urbanas destinadas a promover a coesão social (Breda-Vázquez e Oliveira 2012).

Ainda neste contexto e como resposta às mudanças dramáticas da estrutura social e económica surge recorrentemente o termo ‘cidade criativa’, que tem vindo a ser a solução para os problemas urbanos (Stojanovic et al. 2012). Trata-se de um conceito que apela à mobilização da criatividade inerente à arte e à cultura para criar indústrias inovadoras através de atividades criativas e, desse modo, gerar oportunidades de emprego (Sasaki 2010).

Sobre este concreto ponto, Petrić e Mikulić (2009) considera que o capital humano é o núcleo da cidade criativa e não as infraestruturas ou a arquitetura do lugar. No mesmo sentido, Sepe e Trapani (2010) mencionam que a identidade, a sustentabilidade cultural e o envolvimento da população tem um papel essencial na cidade criativa.

A este respeito Scott (2006) refere que as cidades podem abrigar capacidades criativas, mas realça a necessidade de contrariar os problemas socioeconómicos, uma vez que a ausência de preocupação com estes aspetos inviabiliza qualquer impulso para alcançar a criatividade urbana.

Deste modo, Pratt (2010, 18) estabelece que os pontos fortes da cidade criativa estão associados à *“possibilidade de criar condições que promovam e facilitem a inovação, a criatividade, a imaginação e a resolução de problemas”* e que as oportunidades se relacionam com o facto da criatividade e a cultura atraírem investimentos. No entanto, os objetivos conflitantes e o foco em projetos emblemáticos tornaram-se fraquezas, enquanto a concorrência de outras cidades é uma ameaça (Pratt 2010).

Adicionalmente, surge ainda o conceito de *cluster* criativo, associado à concentração espacial de empresas ligadas a este sector, como é o caso, por exemplo, da indústria do cinema e televisão em Los Angeles ou da moda em Paris (Foord 2009).

Stojanovic et al. (2012) referem que há muitos exemplos bem-sucedidos de regeneração urbana com a cultura no centro da estratégia, mas que o facto de, muitas vezes, se copiar o modelo de operação sem atender ao contexto local, contribui para o insucesso. Por este motivo surgiu a necessidade de fazer uso da criatividade, por esta ser vista como a melhor ferramenta para as cidades conseguirem competir globalmente (Stojanovic et al. 2012).

2.4.3.2. Turismo

Ferreira (2013) refere que ligação entre a regeneração urbana e o turismo surgiu nos anos 80, altura em que se mencionavam duas razões para certificar a importância desta relação. A primeira estava relacionada com a necessidade de resolver os problemas existentes em muitas cidades, associados à desindustrialização e à consequente perda de emprego. O segundo motivo apontava para o facto de o turismo ser das poucas atividades em crescimento e, por isso, uma estratégia adequada para fazer face às dificuldades.

Mais recentemente, a crise económica global tem criado problemas nas cidades e, por isso, estas têm vindo a adotar formas de crescimento e desenvolvimento que aproveitam o património cultural e que contribuam para o aparecimento de novas atividades – cada vez mais relacionadas com as indústrias culturais e criativas, tornando-as mais competitivas (Petric e Mikulic 2009; Gezici e Kerimoglu 2010; Wise 2016).

Petric e Mikulic (2009) asseveram que o turismo é, assim, visto com uma indústria complementar, auxiliando na transformação dos recursos culturais em produtos turísticos, sendo, portanto, uma importante estratégia para diversificar as economias locais.

Partindo do mesmo pressuposto, Stojanovic et al. (2012) referem que o turismo cultural, baseado na comercialização das cidades, se tornou muito popular nas políticas urbanas e que, por esse motivo, é atualmente uma ferramenta que atrai visitantes, incentiva o investimento do sector privado, desenvolve a economia e preserva os valores culturais.

Na mesma linha de pensamento, Gezici e Kerimoglu (2010) referem que não são de descurar os eventos internacionais, uma vez que estes aumentam as receitas e melhoram a competitividade por atraírem visitantes que mexem com a economia local.

Os Jogos Olímpicos são o exemplo indicado por Stevenson (2013). Resulta demonstrado que pessoas de todos os continentes se deslocam para organizar, participar ou assistir ao evento e que, por isso, este

pode ser visto como um fenómeno do turismo, ainda que não seja concebido como tal (Stevenson 2013).

Pratt (2010) também alude aos Jogos Olímpicos, defendendo que, sobretudo atualmente, na era da televisão, são uma excelente oportunidade para marcar a imagem da cidade e impulsionar o turismo. Acrescenta ainda que este tipo de eventos, devido à sua grandiosidade, se alargam e tem impacte a nível nacional.

No entanto, Wise (2016) chama a atenção para uma questão fundamental. O autor alerta que as consequências, a longo prazo, podem tornar-se negativas pelo facto das infraestruturas não serem úteis posteriormente. Tal sucedeu, por exemplo, em Atenas, cidade anfitriã dos Jogos Olímpicos de 2004. É importante, por isso, concentrar as preocupações nos “*resultados intangíveis, impactes, legados e benefícios sociais*” (Wise 2016, 31).

Petrić e Mikulić (2009) afirmam que há várias razões para adotar o turismo como uma estratégia. Grande parte das cidades tem características peculiares das quais pode tirar proveito e, apesar dos avultados investimentos financeiros, os resultados tem, na sua maioria, benefícios para a comunidade local e para as atividades económicas. Além disso, somam-se as atividades que, direta ou indiretamente, estão relacionadas com o turismo e que acabam por promover a economia local (Petrić e Mikulić 2009).

Por estas razões, o turismo tem sido considerado uma nova indústria que auxilia na regeneração urbana (Petrić e Mikulić 2009) e que, segundo Rio Fernandes (2011), atribui valor económico às áreas antigas das cidades.

Adicionalmente, atente-se que os locais classificados como Património Mundial pela UNESCO tornam-se pontos de atração mundial, uma vez que a curiosidade leva a que haja um aumento considerável do número de visitantes, o que além de contribuir para reconhecimento internacional, alerta a comunidade para a importância do lugar (Ertan e Kerimoglu 2016).

Todavia, Wise (2016) assevera que a quantidade se opõe à qualidade e que, portanto, as políticas devem contribuir para proteger a rápida exploração dos recursos.

Deste modo, é importante equilibrar os efeitos das atividades turísticas (Ertan 2016), dado que estas podem destruir a identidade única do lugar, em resultado do capitalismo potenciar a homogeneização, em vez da manutenção das características peculiares (Gezici e Kerimoglu 2010).

No mesmo sentido, Sepe e Trapani (2010) referem que as mudanças na cidade contemporânea se traduzem em crises de identidade e, por isso, reconhecem a necessidade de salvaguardar e de construir uma imagem sustentável.

Por sua vez, Wise (2016) refere que o aumento de turistas tem um impacte significativo na economia das cidades, potenciando, no entanto, outras contrariedades relacionadas com a pressão exercida sobre o território e comunidade local.

Por isso, um dos principais problemas apontados aos processos de regeneração urbana relaciona-se com o facto de estes negligenciarem a comunidade local, porquanto criam lugares para uma classe económica específica, conduzindo a que o núcleo urbano se regenere através da gentrificação residencial (Gezici e Kerimoglu 2010, Rio Fernandes e Chamusca 2014a).

Frequentemente acontece que os moradores acabam deslocados e os edifícios são reabilitados, passando o comércio existente a sobreviver essencialmente do turismo, ao mesmo tempo que proliferam manifestações culturais no espaço público para atrair o turista. Cria-se, assim, o fenómeno

da turistificação, relacionado com o desejo de apelar ao visitante que, em casos extremos, transforma determinadas áreas da cidade num parque temático (Rio Fernandes 2011).

Além disso, o crescimento do neotradicional associado ao “ ‘tradicional-sofisticado’ e à compreensão da relação entre o tipo de loja e atividade e a sua localização, num quadro global de dinâmica recente marcada por sinais de gentrificação e turistificação” (Rio Fernandes e Chamusca 2014b, 1466).

Este é um dos efeitos da globalização, na medida em que esta potencia a especialização e multiplicação de espaços comerciais associados ao turismo que se sobrepõem a pequenas lojas tradicionais (Rio Fernandes e Chamusca 2014b).

Rio Fernandes (2006) argumenta que os processos de turistificação e gentrificação devem ser tidos em atenção, sobretudo para que estes fenómenos não adquiram contornos que adulterem a cidade para que os visitantes absorvam a essência do lugar e os moradores sintam o espaço com seu.

Por isso, apesar de o turismo contrariar a decadência, Rio Fernandes e Chamusca (2014b) salientam a necessidade de planeamento e gestão, de modo a que se possa construir uma cidade para todos.

Desta forma, o processo de regeneração urbana deve reforçar a importância das peculiaridades locais, nomeadamente do património e da identidade, não descurando a criação de uma cidade que ofereça usos que satisfaçam a procura de todos, sejam eles moradores, visitantes ou turistas (Sepe e Trapani 2010).

2.4.3.3. Cultura

Efetivamente, a cultura tem vindo a tornar-se uma ferramenta cada vez mais utilizada para a conservação do património e para a reestruturação da economia urbana (Gezici e Kerimoglu 2009). Como catalisadora do desenvolvimento urbano, revela-se parte integrante das estratégias de regeneração e tem sido a resposta à competitividade entre as cidades (Landry 2006; Comunian 2010; Sepe e Trapani 2010; Stojanovic et al. 2012).

No mesmo sentido, Stojanovic et al. (2012) exaltam a cultura como um eficaz instrumento na atração de turistas estrangeiros, bem como no incentivo ao investimento do sector privado, estando, segundo Usero e Brío (2011), a ser entendida, cada vez mais, como uma fonte criadora de riqueza e impulsionadora do desenvolvimento urbano.

Ulldemolins (2014) refere que a cultura é a forma de evitar a padronização, tornando o espaço urbano original e autêntico, características que são necessárias para que uma cidade possa ser competitiva.

Ora, além do debate acerca do seu impacto no território, o conceito de cultura é também recorrentemente discutido pela multiplicidade de significados que lhe atribuem. Assim, Petrić e Mikulić (2009) sintetizam e identificam três tipos de cultura: (1) aquela que se relaciona com o desenvolvimento intelectual, espiritual e estético; (2) outra que está associada ao modo de vida; (3) e a que se refere a práticas intelectuais e artísticas.

Ainda sobre a cultura, Pratt (2010) menciona que as políticas que lhe são direccionadas têm várias vertentes, estando associadas ao ambiente construído, nomeadamente ao património, mas também ao desenvolvimento económico, ao mercado local e à competição. Sopesa ainda considerar que os órgãos de decisão salientam cada vez mais a inclusão social, apostando no envolvimento da comunidade nas atividades culturais e em projetos de pequena escala, visando melhorar as tensões sociais através da melhoria do bem-estar da população (Pratt 2010).

No mesmo sentido, Degen e García (2012, 1024) destacam a cultura como uma ferramenta para resolver as questões de desigualdade social, uma vez que esta é *“a fonte (...) em torno da qual a melhoria de tais problemas pode ser procurada”*, dado que *“a criação de uma cidade culturalmente competitiva garante a coesão social”*.

Pratt (2010, 15) refere ainda que as indústrias culturais e criativas se criam *“a partir da noção de tratar o sector cultural como um sector económico mas, principalmente, como uma indústria”* e que as políticas tendem a promover a economia cultural através da reutilização de antigos edifícios industriais existentes em muitos núcleos urbanos.

Associado à temática, Vecco (2010, 322) refere também que a primeira definição do conceito de património advém da Carta Internacional de Atenas, em 1954, onde se descreve este termo como estando *“imbuído de uma mensagem do passado (...) [permanecendo] até os dias atuais como testemunhas vivas das suas antigas tradições”*.

Porém, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) é atualmente a única agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) com relevância e funções específicas para intervir na cultura, o que a torna uma entidade de referência na definição de teorias e conceitos (Cabral 2016).

Por isso, na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, a UNESCO (1972) determina que o património cultural é constituído por monumentos, por grupos de construções isoladas ou reunidas e por outros locais de interesse, que apresentem um valor universal excecional. Por outro lado, o património natural diz respeito a monumentos naturais, a formações geológicas e a locais de interesse naturais, que possuam valor ao nível da ciência, da conservação e da beleza natural.

Gezici e Kerimoglu (2010) enunciam que o património cultural é a principal atração das cidades porque este conserva os valores do lugar e conecta a população através das memórias.

Note-se também que a literatura política frequentemente destaca o papel positivo dos investimentos em grandes empreendimentos culturais, sobretudo porque se presume que a vinda de visitantes tem influência em vários sectores. Deste modo, os órgãos de decisão de vários departamentos têm salientado o impacto positivo do investimento na cultura ao nível social e económico (Comnunan e Mould 2014).

Assim, os projetos emblemáticos são normalmente realizados por um arquiteto ilustre para atribuir maior notoriedade à obra, socorrendo-se a cidade, muitas vezes, destas intervenções para realizar eventos grandiosos como é o caso da Capital Europeia da Cultura. Acontecimentos como este tornam-se muito populares para expor a oferta cultural e revitalizar as cidades europeias do ponto de vista do emprego e da participação cultural (Pratt 2010; Sepe e Trapani 2010; Comnunan e Mould 2014).

No entanto, Comnunan e Mould (2014) sinaliza que o real legado dos projetos emblemáticos se relaciona mais com a projeção internacional da imagem da cidade, do que com alterações na estrutura económica e cultural. Normalmente, espera-se o retorno positivo, mas os atores locais não conseguem dele beneficiar. Deste modo, as cidades não devem focar-se unicamente em grandes infraestruturas, devendo igualmente apoiar os produtores culturais e criativos menores (Comnunan e Mould 2014).

Ademais, Sepe e Trapani (2010) afirmam que estas intervenções por estarem, na sua maioria, exclusivamente ligadas a aspetos físicos, tendem a produzir lugares homogéneos, presos ao fenómeno de globalização, quando, na verdade, a cultura deve transmitir identidade e um carácter distintivo no local.

Além disso, estes projetos estão associados ao aumento do preço dos imóveis, resultando na gentrificação das oficinas culturais menores para outras áreas e conduzindo a que as pessoas, muitas vezes, associem a cultura a grandes edifícios, desvalorizando aquela que é produzida em contextos menos glamorosos (Comunian 2010). Por isso, alguns autores defendem o carácter limitado destes empreendimentos na comunidade do ponto de vista cultural e social (García 2004; Rousseau 2009).

No entanto, Evans e Shaw (2004) salientam o impacto positivo da inclusão da cultura nas estratégias de regeneração urbana, mencionando os benefícios económicos (investimento interno, criação de emprego, etc.), sociais (participação, inclusão, etc.), ambientais (infraestruturas, espaço público, etc.) e culturais (imagem, identidade, etc.) que surgem com o seu aproveitamento. Estes autores identificam três modelos nos quais as atividades culturais são incorporadas no processo de regeneração:

- *Culture-led regeneration*: quando a atividade cultural é catalisadora e motor da regeneração. Está associada à construção ou reutilização de um edifício âncora, à recuperação de um espaço aberto ou à utilização de alguma atividade para marcar um lugar.
- *Cultural regeneration*: quando a atividade cultural está integrada na estratégia de planeamento e desenvolvimento da esfera económica, social e ambiental.
- *Culture and regeneration*: quando a atividade cultural não está totalmente integrada na estratégia de planeamento e desenvolvimento, mas contribui para a regeneração.

Ademais, importa dar atenção ao facto de vários autores abordarem ainda o conceito de quarteirão ou bairro cultural (Montgomery 2003, Petric e Mikulić 2009; Stojanovic 2012; Comunian e 2014). Estes termos estão associados à presença de equipamentos culturais e de entretenimento relacionados com outros serviços, como restauração ou outras lojas associadas ao comércio (Petric e Mikulić 2009).

Montgomery (2003) identifica um conjunto de condições necessárias para o sucesso dos quarteirões culturais e estabelece que os locais urbanos bem-sucedidos são compostos por três elementos:

- *atividade*: económica, cultural e social;
- *forma*: relação entre os edifícios e o espaço;
- *sentido*: noção de lugar, da história e da cultura.

Por seu turno, Petric e Mikulić (2009) salientam também a necessidade de usos mistos como, por exemplo, serviços de escritório, hotelaria, restauração, comércio, lazer e ainda a residência, de modo a não se produzam áreas culturais isoladas inibidoras da geração de benefícios económicos e sociais para a comunidade local.

Portanto, a cultura deve condicionar o planeamento, sendo integrada nas estratégias de desenvolvimento urbano (Landry 2006), de modo a que alcance o maior proveito do património existente.

2.4.3.4. Classificação das Indústrias Criativas e Culturais

A dinamização local baseada na cultura e criatividade introduz um leque alargado de conceitos e definições, resultantes dos diferentes entendimentos relativamente à clarificação dos limites do sector cultural e criativo.

Galloway (2007) refere que a terminologia utilizada atualmente carece de rigor, em virtude dos termos ‘indústrias culturais’ e ‘indústrias criativas’ serem frequentemente usados como sinónimos.

Neste sentido, é importante apresentar uma visão geral dos principais conceitos utilizados, dado que a literatura produziu, nas últimas décadas, um relevante número de estudos de referência, procurando

estabelecer uma compreensão mais profunda dos termos, a fim de determinar que atividades estão ou não incluídas em cada sector.

O conceito de indústria cultural teve origem no período pós guerra, caracterizando-se pelo aumento da produção cultural industrializada no início do século XX, dado que a cultura e a indústria eram conceitos díspares (UNCTAD 2008).

Cunningham (2002) refere que os avanços tecnológicos no final do século XX fizeram com que se ultrapassasse o termo ‘indústrias culturais’, focado nas artes e nos meios de comunicação tradicionais, como a rádio, cinema e música, e fosse introduzido o termo ‘indústrias criativas’. Este surgiu na Austrália, em 1994, quando o governo lançou uma política cultural e económica designada ‘Nação Criativa’, baseada na ideia de que a cultura gerava riqueza (Moore 2014).

Este conceito acabou por ganhar maior notoriedade com a eleição do Partido Trabalhista no Reino Unido, em 1997, quando os legisladores do Departamento de Cultura, *Media* e Desporto (DCMS) (Evan e Shaw 2004) definiram que as indústrias criativas tinham origem na criatividade individual, habilidade e talento e, simultaneamente, um enorme potencial para a criação de riqueza e de emprego (DCMS 2001).

Quadro 2 – Classificação das indústrias criativas pelo DCMS

Publicidade	Arquitetura	Arte e antiguidades	Artesanato	Design	Design de Moda	Filmes e vídeo
Software de lazer interativo	Música	Artes performativas	Editoras	Software e serviços de computador		Televisão e rádio

Fonte: DCMS (2001)

A lista das treze atividades selecionadas pelo DCMS, apresentadas no Quadro 2, tornou-se um ponto de referência para a identificação de indústrias criativas a nível internacional (Foord 2009).

Porém, “a maioria dos governos europeus estavam hesitantes em adotar a formulação britânica das indústrias criativas, preferindo falar das indústrias culturais ou de sectores culturais” (Flew e Cunningham 2010, 114).

Neste sentido, nos últimos anos desenvolveram-se outros modelos, almejando uma compreensão sistemática das características estruturais das indústrias culturais e criativas.

Em 2001, Throsby (2001) introduziu o *modelo dos círculos concêntricos*, no âmbito do qual defende que as ideias criativas têm origem nas artes criativas centrais e as suas influências se externalizam, tal como é apresentado na Figura 11.

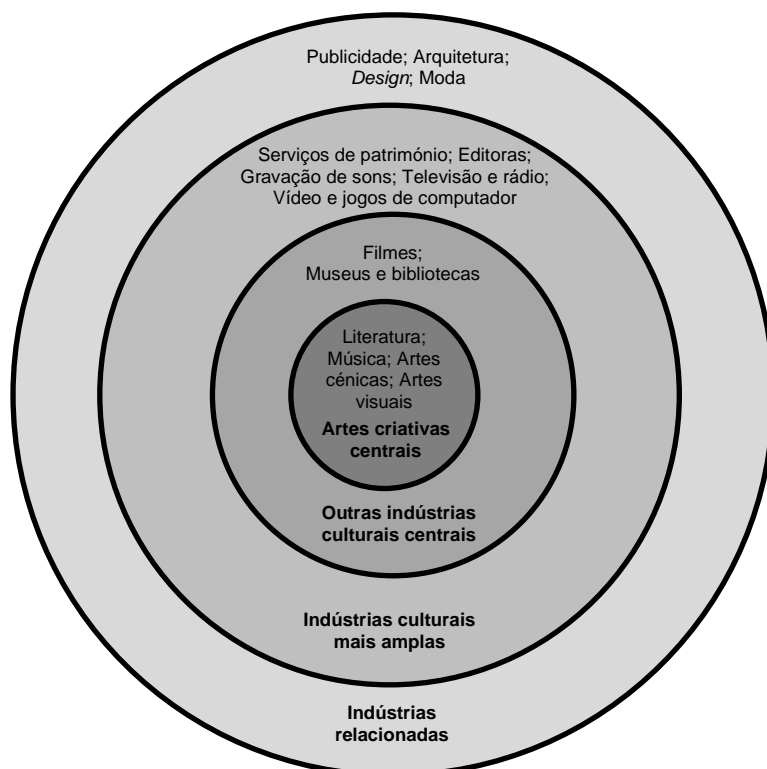


Fig. 11 – Classificação das indústrias culturais: modelo dos círculos concêntricos

Fonte: Adaptado Throsby (2001, 112-113)

Posteriormente surgiu o termo ‘economia criativa’ por Howkins (2001). Enquanto estudava a relação entre a criatividade e a economia, o autor apurou que o desenvolvimento económico e cultural se realiza separadamente.

Quadro 3 – Classificação das atividades criativas por Howkins

Publicidade	Arquitetura	Artes	Artesanato	Design	Moda	Filmes
Música	Artes performativas	Editoras	Software	Brinquedos e jogos	Televisão e rádio	Videojogos

Fonte: Howkins (2001)

Dáí que Howkins (2001) tenha desenvolvido um modelo onde insere as atividades que fazem parte da economia criativa, ou seja, aquelas que resultam da criatividade e geram bens ou serviços que possuem valor económico, as quais são apresentadas no Quadro 3.

Por sua vez, Hesmondhalgh (2002) criou o *modelo dos textos simbólicos*, apresentado no Quadro 4, referindo que o conceito de indústrias culturais se baseia nas atividades relacionadas com a produção industrial, divulgação e consumo de mensagens ou textos simbólicos, transmitidos através de vários meios, como filmes, rádio e imprensa.

Quadro 4 – Classificação das indústrias culturais: modelo dos textos simbólicos

Indústrias culturais centrais	Indústrias culturais periféricas
Publicidade	Artes performativas
Filmes	
Internet	
Música	
Editoras	
Televisão e rádio	
Vídeo e jogos de computador	
	Indústrias culturais sem distinção fixa
	Eletrónicos para o consumidor
	Moda
	Software
	Desporto

Fonte: Hesmondhalgh (2002)

Por outro lado, em 2003, a *World Intellectual Property Organization* (WIPO) desenvolveu o *modelo de direitos autorais* baseado em indústrias criativas envolvidas, direta ou indiretamente, na criação, produção, difusão, distribuição e venda de obras e outros materiais protegidos (WIPO 2003).

Quadro 5 – Classificação das indústrias criativas: modelo de direitos autorais

Indústrias centrais de direitos autorais	Indústrias de direitos autorais interdependentes	Indústrias de direitos autorais parciais
Publicidade	Material de gravação em branco	Arquitetura
Sociedades de gestão coletiva	Eletrónicos para o consumidor	Vestuário, calçado
Filmes e vídeos	Instrumentos musicais	Design
Música	Papel	Moda
Artes performativas	Fotocopiadoras	Utensílios domésticos
Editoras	Equipamento fotográfico	Brinquedos
Software		
Televisão e rádio		
Artes gráficas e visuais		

Fonte: WIPO (2003)

Por isso, o foco da WIPO (2003), tal como se apresenta no Quadro 5, incide na propriedade intelectual, entendida como materialização da criatividade que foi utilizada para a criação dos produtos e serviços. Como tal, faz a distinção entre as indústrias que difundem os produtos e os serviços e aquelas que são necessárias para a sua criação. Introduz ainda o grupo das indústrias de direitos autorais parciais representativas de uma pequena parte da operação.

Já a *Americans for the Arts* (2005) tem uma abordagem conservadora relativamente à definição das indústrias criativas, centrando-se apenas em empresas envolvidas na produção e distribuição de bens artísticos, sejam elas com ou sem fins lucrativos, apresentando-se a sua classificação no Quadro 6.

Quadro 6 – Classificação das indústrias criativas pela Americans for the Arts

Publicidade	Arquitetura	Escola de artes e serviços	Design	Filmes	Museus, zoos
Música	Artes performativas	Editoras	Televisão e rádio	Artes visuais	

Fonte: Americans for the Arts (2005)

Por seu turno, Wiesand e Soendermann (2005) não fazem distinção entre o sector criativo e o cultural, enfatizando apenas a necessidade de serem incluídas todas as atividades privadas, públicas e informais ligadas à cultura.

Assim, o estudo destes autores estabelece ligações entre os vários campos, identifica *clusters* e realça as relações entre instituições públicas, empresas privadas e organismos sem fins lucrativos.



Fig. 12 – Classificação do sector cultural e criativo por Wiesand e Soendermann

Fonte: Wiesand e Soendermann (2005, 7)

Na Figura 12, Wiesand e Soendermann (2005) apresentam um esquema que identifica 8 domínios ocupacionais e um flexível e móvel núcleo artístico, onde o tamanho dos elementos no esquema é um indicador aproximado da importância do sector no mercado de trabalho.

Neste âmbito, a *KEA European Affairs* distingue um sector cultural, constituído pelos campos das artes tradicionais e das atividades culturais, e um sector criativo, que agrega as atividades criativas e outras relacionadas com o uso da cultura como meio para adicionar valor a produtos não culturais (KEA European Affairs 2006).

Este modelo, apresentado no Quadro 7, é baseado nos círculos concêntricos de Throsby, assente na teoria de que as ideias criativas irradiam e vão produzindo uma gama cada vez mais alargada de produtos.

Quadro 7 – Classificação do sector cultural e criativo pela KEA European Affairs

	Círculos	Sectores	Sub-sectoros
Sector Cultural	Artes centrais	Artes visuais	artesanato – pintura – escultura – fotografia
		Artes performativas	teatro – dança – circos – festivais
		Património	museus – bibliotecas – áreas de interesse arqueológico – arquivos
	Indústrias Culturais	Filmes e vídeo	–
		Televisão e rádio	–
		Videojogos	–
		Música	mercado da música gravada – atuações ao vivo – coletâneas
		Livros e imprensa	edição de livros, jornais e revistas
Sector Criativo	Indústrias e Atividades Criativas	<i>Design</i>	<i>design</i> de moda, gráfico, de interiores e de produtos
		Arquitetura	–
		Publicidade	–
	Atividades Relacionadas	Produção de computadores pessoais, telemóveis, aparelhos de MP3, etc.	–

Fonte: KEA European Affairs (2006)

Assim, o núcleo (artes centrais) contém apenas produtos culturais não industriais, enquanto o primeiro círculo (indústrias culturais) inclui as atividades exclusivamente culturais.

O segundo círculo (indústrias e atividades criativas) incorpora elementos culturais dos círculos anteriores no processo e o terceiro círculo (atividades relacionadas) inclui a produção e/ou venda de equipamentos, cuja função facilita a criação, produção ou utilização de bens culturais e criativos.

Por sua vez, a NESTA apresenta outro estudo de referência, onde desenvolve uma abordagem multidimensional, não se centrando apenas num conjunto de atividades criativas baseadas no talento individual. Como tal, expõe um modelo que articula as atividades económicas criativas, exibido na Figura 13, onde considera quatro dimensões (NESTA 2006):

- *prestadores de serviços criativos* – oferta de serviços criativos, onde as receitas se relacionam com o tempo despendido no processo.
- *produtores de conteúdo criativo* – amplamente distribuído e consumido, mas protegido por direitos autorais. As empresas investem capital inicial, a fim de desenvolver projetos criativos antes de conseguirem alcançar qualquer lucro.
- *prestadores de experiências criativas* – os consumidores experimentam ou testemunham atividades específicas, performances ou espaços, no momento.
- *produtores de conteúdo original criativo* – criação, produção ou venda de artefactos físicos, cujo valor deriva do significado criativo ou cultural percebido, exclusividade e autenticidade, portanto não são bens produzidos em massa.

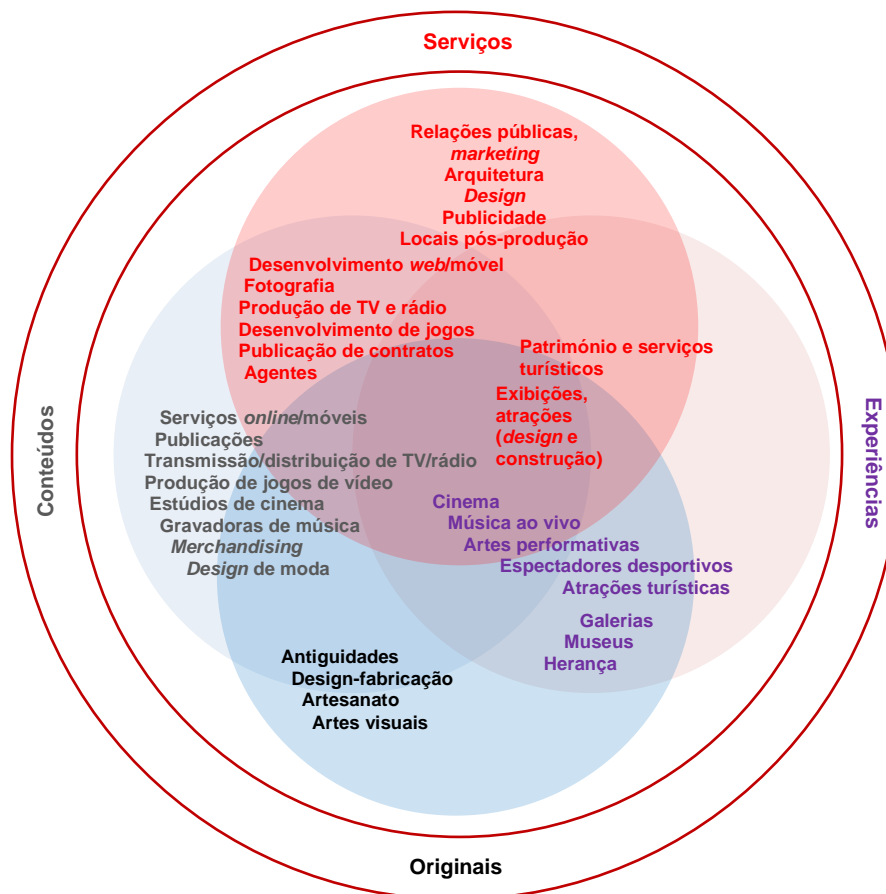


Fig. 13 – Classificação das indústrias criativas pela NESTA

Fonte: NESTA (2006, 55)

Este modelo funciona como auxílio à identificação das áreas com maior potencial de crescimento económico, daqui resultando que os prestadores de serviços criativos e os produtores de conteúdo criativo contribuem mais para esse crescimento por serem facilmente reproduzidos e explorados. Já os prestadores de experiências criativas e os produtores de conteúdo original criativo oferecem menos contributo à economia, em virtude de serem baseados na exclusividade, em vez da reprodutibilidade (NESTA 2006).

Por seu turno, a UNCTAD (2008) classificou as indústrias criativas e dividiu-as em quatro grandes grupos, visíveis na Figura 14:

- *património* – essência das indústrias cultural e criativa, influenciador da criatividade e impulsionador de produtos e serviços patrimoniais e, bem assim, das atividades culturais.
- *artes* – indústrias criativas baseadas na arte e na cultura, apoiadas pelo património, valores de identidade e significado simbólico.
- *media* – conteúdo criativo com o objetivo de estabelecer comunicação com grandes públicos.
- *criações funcionais* – indústrias mais direcionadas à procura e prestação de serviços, com a criação de produtos e serviços.

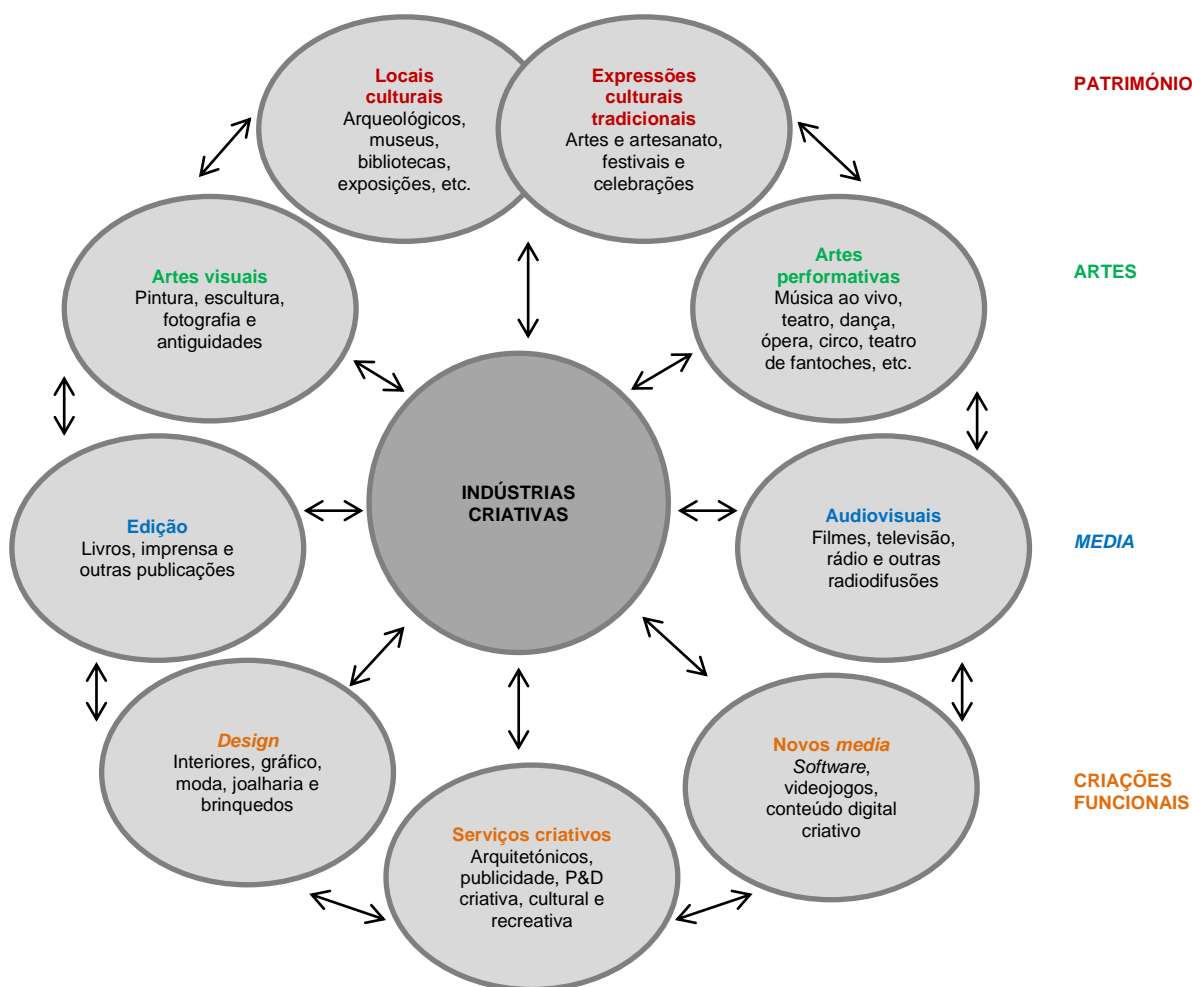


Fig. 14 – Classificação das indústrias criativas pela UNCTAD

Fonte: UNCTAD (2008, 14)

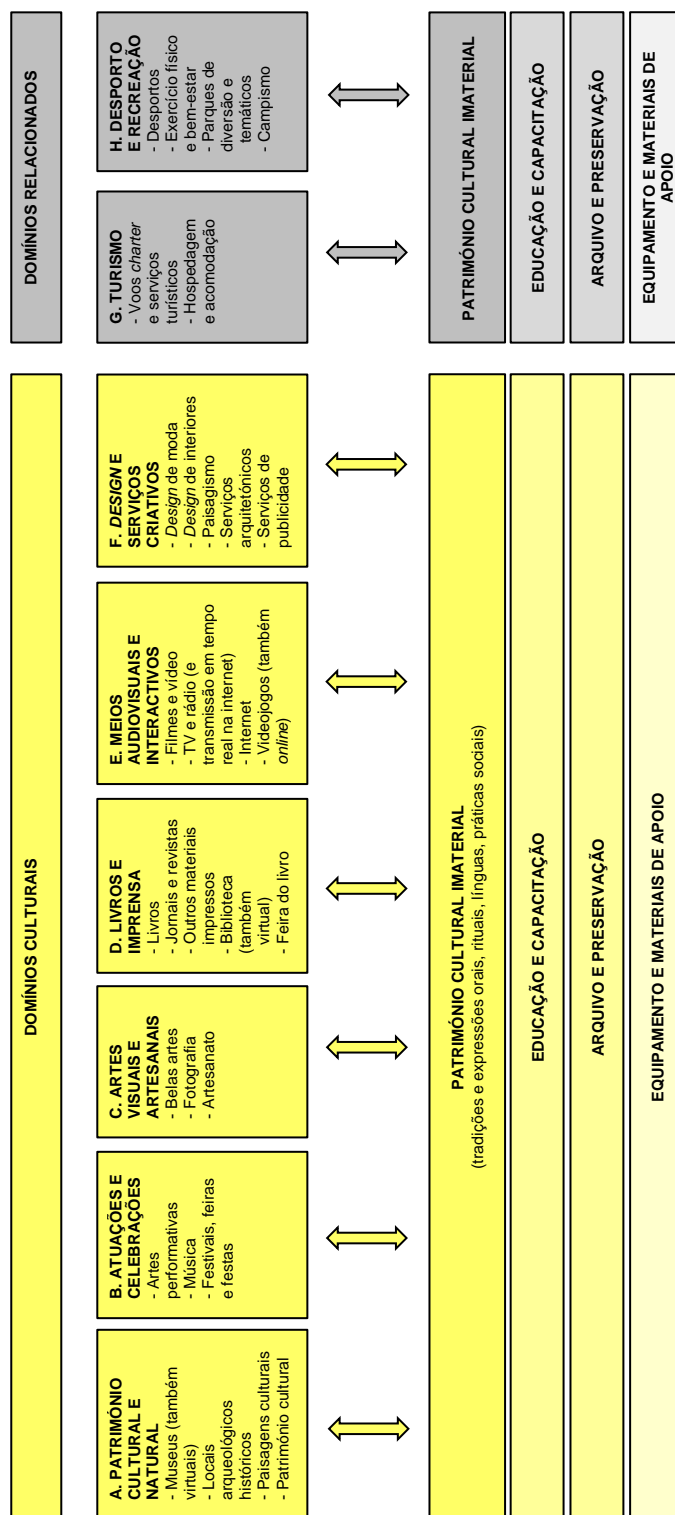
Considere-se ainda que a UNCTAD (2008, 13) descreveu as indústrias criativas, afirmando que:

- *são os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários;*
- *constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual;*
- *constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor económico e objetivos de mercado;*
- *posicionam-se no cruzamento entre os sectores artísticos, de serviços e industriais;*
- *constituem um novo sector dinâmico no comércio mundial.*

Por seu lado, a UNESCO desenvolveu o quadro das estatísticas culturais, onde apresenta os vários domínios que delimitam a economia cultural, os quais estão visíveis no Quadro 8.

Os *domínios culturais*, que incluem atividades, produtos e serviços, estão envolvidos em todas as fases do modelo de ciclo da cultura (criação, produção, difusão, exibição e consumo). Por sua vez, os *domínios relacionados* estão ligados à definição mais ampla de cultura, englobando atividades sociais e recreativas, enquanto os *domínios transversais* fazem parte do ciclo cultural através da produção e difusão da cultura (UNESCO 2009).

Quadro 8 – Classificação da economia cultural pela UNESCO



Fonte: UNESCO (2009, 24)

O principal objetivo da UNESCO é facilitar comparações através de um entendimento comum da cultura, associado ao uso de definições e classificações padronizadas (Usero e Brío 2011).

De notar a relevância deste quadro para contextos específicos, nomeadamente aqueles em que determinadas áreas, um único monumento ou construção são considerados Património Mundial pela sua singularidade e importância.

Ainda neste âmbito, em 2012, no *European Statistical System Network on Culture* propôs-se um quadro organizado em duas dimensões de estruturação das atividades económicas relacionadas com a cultura: domínios culturais (conjunto de práticas, atividades ou produtos culturais centrados em expressões reconhecidas como artísticas) e funções culturais (diferentes fases da produção de produtos culturais) (ESSnet-Culture 2012).

Quadro 9 – Classificação das atividades culturais e funções pela ESSnet-Culture

10 domínios culturais		6 funções
Património	museus – locais históricos e de interesse arqueológico – património imaterial	Criação
Arquivo	–	
Livrarias	–	
Livros e imprensa	–	Produção / Divulgação
Artes visuais	artes plásticas – fotografia – <i>design</i>	
Artes performativas	música – dança – drama – artes combinadas – outros espetáculos ao vivo	Difusão / Marketing
Audiovisual e multimédia	filmes – rádio – televisão – vídeos – gravações de som – trabalhos multimédia – videojogos	
Arquitetura	–	Preservação / Conservação
Publicidade	–	
Artesanato	–	

Fonte: ESSnet-Culture (2012)

Os domínios não possuem hierarquização, mas a listagem das funções é apresentada de modo sequencial, como se pode verificar no Quadro 9.

Assim, sobre a temática em análise identificou-se uma variedade considerável de abordagens no que diz respeito à definição do sector cultural e criativo, mencionando autores que assumem apenas uma designação, outros que utilizam os termos como sinónimos, aqueles que distinguem os conceitos e os que os inserem um no outro.

Galloway e Dunlop (2007) acreditam que as deliberações sobre esta questão não conseguem definir claramente as diferenças entre as atividades culturais e criativas devido às lacunas nas conceptualizações da cultura e criatividade, afirmando que a cultura é elitista e exclusiva e a criatividade é democrática e inclusiva. Já a UNCTAD (2008) refere que não existe o certo ou o errado, uma vez que há maneiras diferentes de interpretar as características estruturais da produção criativa.

Daqui se depreende que o debate em torno da compreensão e delimitação do sector cultural e criativo está longe de estar terminado, facto incontornável atento à dinâmica dos conceitos, recorrentemente em construção.

2.5. CONCLUSÕES

Pese embora o conceito de regeneração urbana ter começado por adotar uma visão sectorial, centrada essencialmente em aspetos físicos, atualmente o termo adquiriu um carácter abrangente e integrado, dado que as preocupações se estenderam à resolução de problemas económicos, sociais e ambientais.

Neste sentido, a literatura apresentada permitiu expor distintas abordagens de atuação em diferentes países da Europa, as quais possibilitaram a contextualização das ações e confirmaram a influência da conjuntura socioeconómica, demográfica ou de governancia no processo de regeneração urbana.

Sobre a temática, apresentou-se o debate em torno dos vários tipos de atuação para fazer face aos problemas dos centros urbanos. Aqui se detetou que as estratégias de regeneração urbana resultam numa diversidade alargada de programas que, por um lado, se direcionam para a coesão social e se relacionam com o combate a fenómenos de vulnerabilidade, como é o caso da pobreza e da exclusão social e, por outro lado, estão mais associadas à promoção da competitividade nas cidades, por via do aproveitamento dos recursos endógenos e da criação de novas dinâmicas. Ademais, ficou clara a crescente preocupação com a necessidade de interligar o conceito de sustentabilidade com o processo de regeneração urbana, embora grande parte da literatura considere que as estratégias não têm tido uma visão holística, uma vez que tendem a priorizar a recuperação económica, em detrimento da regeneração social e ambiental.

Acresce que a discussão apresentada permitiu verificar que as parcerias se tornaram, nas últimas décadas, uma ferramenta muito requisitada e importante para fazer face às dificuldades financeiras detidas pelo sector público, mas também pela possibilidade de combinação de conhecimentos e de recursos. Além do sector empresarial, onde se inserem as empresas de reabilitação urbana – que têm a missão de contribuir para reconstrução e para o investimento nas áreas urbanas em declínio, o envolvimento comunitário assume-se também como uma peça fundamental para construir o processo de regeneração urbana, a fim de generalizar o direito à cidade.

Por conseguinte, este encadeamento da literatura fez com que a atenção se focasse nas áreas centrais, onde se caracterizou a cidade contemporânea, marcada pelo aparecimento de novas centralidades que contribuem para o definhamento do centro tradicional. Como tal, o debate direcionou-se para o desenvolvimento de políticas baseadas no aproveitamento do património existente e na demonstração de capacidades para desenvolver novas dinâmicas como meio para a revitalização urbana.

Neste sentido, evidenciaram-se a criatividade, o turismo e a cultura como ferramentas catalisadoras do desenvolvimento urbano pelo facto de aproveitarem a criatividade individual, de beneficiarem dos efeitos da atividade turística e de promoverem a identidade da cidade. Porém, importa destacar a importância de contrariar os efeitos do capitalismo, associados à homogeneização dos lugares, por forma a que se possa construir uma cidade para todos, quer sejam moradores, visitantes ou turistas, obstaculizando fenómenos de turistificação e gentrificação.

Ainda neste contexto, a dinamização local baseada na cultura e criatividade introduziu um alargado leque de conceitos que levaram à apresentação de vários estudos de referência, a fim de classificar e esclarecer as delimitações do sector criativo e cultural. Porém, o debate não apresentou consenso e a variedade de abordagens não permitiu definir claramente os termos.

Ainda assim, evidenciou-se o quadro de referência definido pela UNESCO, por se tratar de uma entidade com reconhecida relevância e por a sua classificação de economia cultural – onde se inclui o sector cultural, criativo e turístico, ser particularmente bem adequada a conjunturas de cidades Património Mundial que detêm, pela sua singularidade e importância, uma área, um monumento ou uma construção classificados com tal designação.

Além disso, a classificação da UNESCO pretende alcançar um entendimento comum da cultura, associado ao uso de definições e classificações padronizadas, sendo, portanto, interessante utilizar o seu parecer como base conceptual para aferir de que modo a cultura tem tido influência na revitalização urbana.

Por isso, perante o exposto, revela-se pertinente a possibilidade de verificar a aplicabilidade deste modelo de classificação em contextos urbanos, sobretudo naqueles que estão classificados como Património Mundial, uma vez que a UNESCO é a entidade que determina os condicionalismos dessas áreas e, por esse motivo, o seu quadro de referência torna-se o mais indicado para utilizar em lugares com tais especificidades.

Portanto, tendo como base o estudo acerca das estratégias de dinamização local e utilizando como ponto de partida o quadro de referência da UNESCO, o objetivo subsequente pretende entender em que medida as estratégias de regeneração urbana levadas a cabo pelas instituições consideram a criatividade, o turismo e cultura como meio para a revitalização de áreas centrais.

3.

A ECONOMIA CULTURAL NAS ESTRATÉGIAS DE REGENERAÇÃO URBANA: O papel da Porto Vivo, SRU

3.1. INTRODUÇÃO

A criatividade, o turismo e a cultura como meios para a dinamização de áreas centrais têm-se revelado prementes no atual debate associado às estratégias de regeneração urbana. Por tal facto, o presente capítulo pretende averiguar em que medida as instituições fazem uso da economia cultural para a revitalização do território.

Neste sentido, a presente investigação terá, assim, por base o trabalho desenvolvido pela Porto Vivo, SRU – entidade promotora da reabilitação urbana no centro da cidade do Porto, à qual compete orientar e elaborar as estratégias de intervenção, produzindo um conjunto de documentos que definem as medidas a implementar no território. Pretende-se, deste modo, aferir como esta instituição, desde que foi constituída, entende a cultura e faz uso da mesma no processo de regeneração urbana.

Refira-se desde já que a intenção passa por apresentar as ações delineadas que, direta e indiretamente, contribuem para a promoção da economia cultural, mas também compreender o que está atualmente a acontecer no território, através de investigação própria.

Deste modo, a metodologia de investigação começa por recorrer à análise documental das estratégias de atuação, assim como dos seus resultados, examinando os documentos elaborados pela Porto Vivo, SRU do ponto de vista espacial, funcional e institucional.

Posteriormente, o objeto de observação delimitar-se-á a um caso concreto, na medida em que o espaço intervencionado pela Porto Vivo, SRU se afigura demasiado extenso para o estudo que aqui se pretende. Note-se, contudo, que a área não será selecionada aleatoriamente, uma vez que serão tidos em conta os argumentos apresentados nos documentos estratégicos. Deste modo, recorrendo a trabalho de campo – que permitirá fazer o levantamento funcional das atividades relacionadas com a economia cultural mediante a utilização do quadro de referência da UNESCO, que dará origem ao perfil das mesmas, assim como à sua representação espacial no território –, determinar-se-ão as dinâmicas existentes.

Neste âmbito, definiu-se ainda a realização de inquéritos a serem feitos por entrevista às empresas e instituições culturais identificadas, bem como à Porto Vivo, SRU. Estes serão previamente estruturados, de modo a que seja possível a obtenção de resultados uniformes que possibilitem a comparação dos diferentes pontos de vista.

Os resultados daqui decorrentes serão descritos e, no caso do tecido empresarial, em virtude da amostra possuir maior representatividade, recorrer-se-á à apresentação dos dados em formato de gráfico para uma melhor leitura e interpretação.

Assim, de acordo com o plano traçado, o presente capítulo reúne a análise documental das estratégias de atuação que ao longo dos anos apresentaram diferentes abordagens e consideraram distintas escalas, ações e atores. Entendendo que é pertinente incidir a atenção nos resultados das estratégias implementadas, serão também apresentados dados que demonstram se houve ou não impacto no território do ponto de vista da economia cultural.

De seguida, a investigação irá focar-se numa área específica a ser tomada como exemplo na apresentação das dinâmicas existentes, de acordo com a metodologia descrita, por forma a determinar o que existe relativamente à economia cultural e, bem assim, as lacunas que permanecem. Acresce que será ainda apresentada a perceção dos agentes, no que diz respeito à relação entre as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU e os benefícios para as atividades existentes.

A final, apresentar-se-á a análise crítica do caso de estudo.

3.2. PORTO VIVO, SRU: ENQUADRAMENTO LEGAL

As condições de habitabilidade, salubridade, estética e segurança apresentam-se cada vez mais degradadas nas áreas urbanas, razão pela qual a regeneração urbana foi definida como uma prioridade nacional, detendo um regime jurídico próprio.

Aprovado em 2004, o Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio refere que “*os municípios podem criar empresas municipais de reabilitação urbana nas quais detenham a totalidade do capital social*” com o intuito de “*promover a reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística,*” ou “*em casos de excecional interesse público, a reabilitação urbana poderá competir a sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos com participação municipal e estatal*”.

Nos termos do regime jurídico da reabilitação urbana regulado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto e posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, instituiu-se um novo regime que estabelece a delimitação de áreas de reabilitação urbana, correspondentes normalmente a um quarteirão, para as quais se elabora o programa de execução que deve reabilitar e revitalizar a área.

Neste âmbito, assume preponderância a Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense S.A.. Trata-se de uma sociedade de capitais públicos com uma estrutura acionista composta pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P (IHRU) e pela Câmara Municipal do Porto (CMP), que possuem respetivamente 60% e 40% da empresa.

Constituída em 27 de Novembro de 2004, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio, o seu objetivo prende-se com a promoção e condução da reabilitação e reconversão do património degradado na Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACCRU) do concelho do Porto.

O modelo de atuação da Porto Vivo, SRU rege-se pelo Decreto de Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, onde é referido que as empresas se orientam “*pelo regime do sector empresarial local ou pelo regime do sector empresarial do Estado, consoante a maioria do capital social seja detido pelo município ou pelo Estado*”.

Enquanto entidades gestoras, as Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU) detêm várias competências. Para efeitos de execução da operação de reabilitação urbana, os poderes são os seguintes:

- Licenciamento e admissão de comunicação prévia de operações urbanísticas e autorização de utilização;
- Inspeções e vistorias;
- Adoção de medidas de tutela da legalidade urbanística;
- Cobrança de taxas;
- Receção das cedências ou compensações devidas.

Por outro lado, os instrumentos de execução da política urbanística traduzem-se em determinadas operações, tais como:

- Imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas;
- Empreitada única;
- Demolição de edifícios;
- Direito de preferência;
- Arrendamento forçado;
- Servidões;
- Expropriação;
- Venda forçada;
- Reestruturação da propriedade.

No Porto, o território de atuação da Porto Vivo, SRU, apresentado na Figura 15, é a designada ACRRU, com aproximadamente 1 000 hectares (cerca de 25% do concelho). Nesta área está ainda definida a Zona de Intervenção Prioritária (ZIP), com sensivelmente 500 hectares, que se estendem desde a Rua da Constituição a norte até ao Rio Douro a sul e a partir da Rua de D. Pedro V a oeste até ao limite nascente da freguesia do Bonfim.

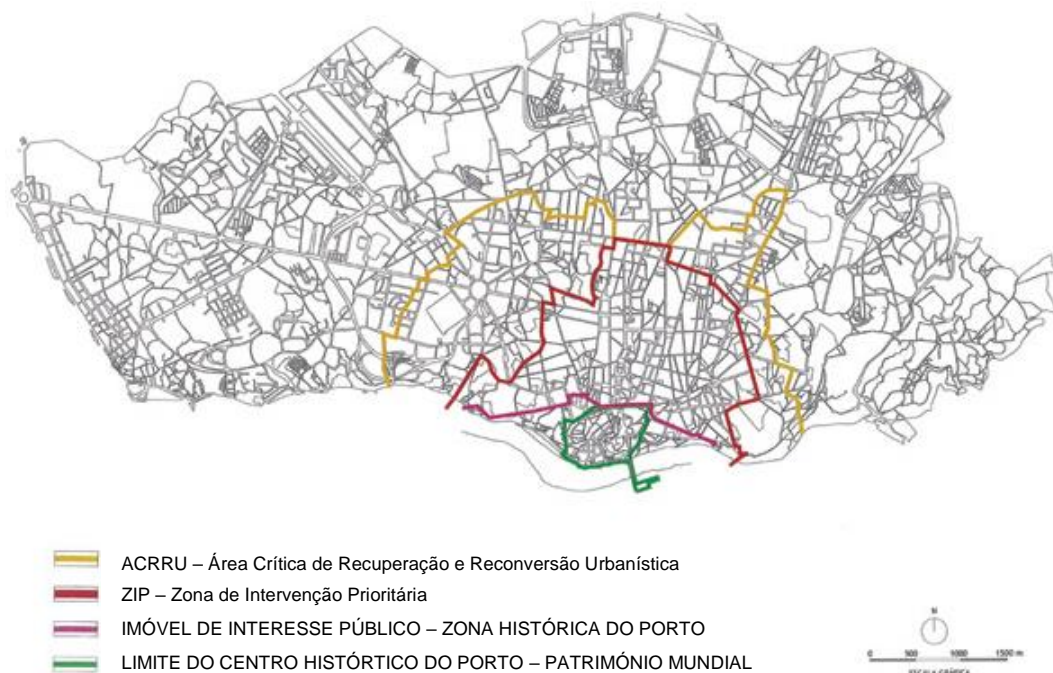


Fig. 15 – Área de atuação da Porto Vivo, SRU

Fonte: Porto Vivo, SRU (2014e)

A ZIP compreende também o Centro Histórico, classificado pela UNESCO como Património Mundial, a Baixa tradicional e outras áreas nas freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Massarelos e Cedofeita.

A missão da Porto Vivo, SRU é, assim, orientar o processo de reabilitação, definir a estratégia de intervenção e agir como facilitadora do consenso entre os agentes envolvidos, nomeadamente, proprietários e investidores, senhorios e arrendatários.

3.3. ESTUDOS ESTRATÉGICOS DIRIGIDOS PARA O CENTRO DA CIDADE DO PORTO: ANÁLISE DOCUMENTAL

Na Baixa Portuense, a adoção de uma estratégia clara é indispensável para promover a transformação da cidade a nível físico, económico e social, aproveitando as oportunidades e agrupando as ferramentas necessárias para a concretização das metas a alcançar (Porto Vivo, SRU 2005a).

Com este propósito, ao longo dos últimos anos, a Porto Vivo, SRU foi criando condições baseadas na premissa ‘reabilitar para revitalizar’, com o intuito de tornar a *“cidade mais competitiva, mais atrativa e mais valorizada física e imaterialmente”* (Porto Vivo, SRU 2014b, 6). Neste sentido, um conjunto de estratégias abrangentes foram delineadas, tendo em vista a colmatação das debilidades diagnosticadas no território.

Deste modo, propõe-se, com base em vários documentos apresentados cronologicamente, expor a perspetiva de cada um, considerando a estratégia global, mas focando essencialmente nas ações que, direta ou indiretamente, promovem a economia cultural. Para tal, considerar-se-ão os seguintes documentos:

- i. Estudo Estratégico para o Enquadramento de Intervenções de Reabilitação Urbana na Baixa do Porto (2004)
- ii. *Masterplan* para a Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto (2005)
- iii. Estudo de Desenvolvimento Estratégico para a Unidade de Gestão da Área Urbana do Centro Histórico do Porto (2008)
- iv. Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial (2010)
- v. Programa de Ação Para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé (2010)
- vi. Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores (2010)

3.3.1. ESTUDO ESTRATÉGICO PARA O ENQUADRAMENTO DE INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA NA BAIXA DO PORTO

Em 2004, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) elabora o ‘Estudo Estratégico para o Enquadramento de Intervenções de Reabilitação Urbana na Baixa do Porto’, solicitado pela Porto Vivo, SRU.

A sua exposição principia-se pela contextualização do processo de reabilitação urbana na Baixa, identificando os problemas e as oportunidades existentes. A seguir, são definidas as formas de desenvolvimento operacional de intervenção através da delimitação das zonas prioritárias de intervenção, assim como os programas de ação para as áreas onde se concentram os problemas e as potencialidades.

Este estudo realiza um cenário prospetivo, em que se defende a importância de combinar os objetivos da regeneração física com as questões sociais e económicas, realçando ainda a necessidade de

aproveitar as parcerias segundo uma lógica de combinação de interesses em prol da minimização de custos e do aumento da eficácia.

Porém, a elevada extensão da ACRRU provocou a necessidade de definição de novas escalas estratégicas, pelo que o diagnóstico que descreve as principais causas do estado de degradação da área, apoiado em estudos e indicadores estatísticos, resulta na definição da ZIP, apresentada na Figura 16. É esta que posteriormente servirá de contexto para a definição das Áreas de Dinamização da Reabilitação Urbana (ADRU) e dos Eixos de Dinamização da Reabilitação Urbana (EDRU).

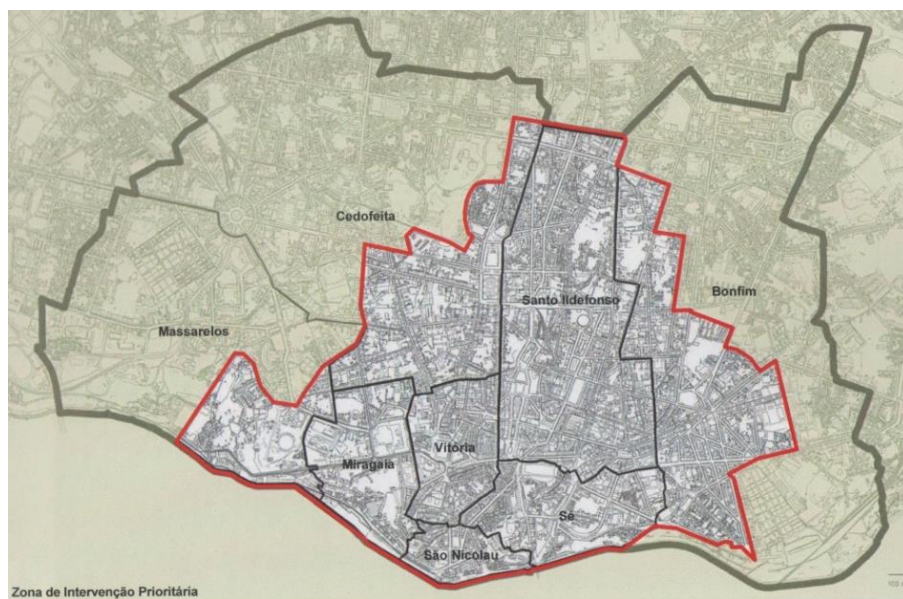


Fig. 16 – Delimitação da Zona de Intervenção Prioritária

Fonte: FEUP (2004, III 12)

3.3.1.1. Linhas de Intervenção na ZIP

A visão global do Estudo Estratégico assenta na seguinte premissa:

“O centro da cidade do Porto será um espaço atrativo para residir, trabalhar, investir e visitar, contribuindo para o reforço da identidade da cidade e para a sua projeção no exterior. Construir-se-á como espaço de sociabilidade, com elevada qualidade urbana, acolhendo atividades económicas diversificadas e competitivas e proporcionando experiências únicas” (FEUP 2004, IV 2).

Neste contexto, definiram-se cinco forças orientadoras:

- Cidade inclusiva e diversificada
- Cidade relacional e informada
- Cidade com visibilidade e de experiências
- Cidade aprendente e empreendedora
- Cidade agradável e sustentável

De uma forma geral, as intenções prendem-se com a transformação do centro da cidade, melhorando as condições habitacionais, de comércio e de serviços e apostando, simultaneamente, em dinâmicas de animação urbana e cultural, aliadas da ideia inicial acerca da importância da articulação da regeneração física com a vertente económica e social.

Ademais, focando a atenção na economia cultural, o Estudo Estratégico atribui elevada relevância à valorização da herança histórica e riqueza patrimonial, assim como à necessidade de reforçar a identidade da cidade, de atrair novas funções, de valorizar o espaço público para objetivos culturais e turísticos e de promover vivências que aumentem a identidade e o sentido do lugar. Assume ainda que a competitividade está cada vez mais dependente do capital criativo e que, por essa razão, é importante gerar ideias inovadoras.

Neste contexto, para uma melhor operacionalização da intervenção no território, o Estudo Estratégico define seis linhas de intervenção que cumpre analisar do ponto de vista da promoção da economia cultural.

a) A cidade é residência, é qualidade de vida

Habitabilidade, heterogeneidade, sociabilidade e integração são características que, segundo o Estudo Estratégico, devem ser privilegiadas no centro da cidade. Os objetivos delineados para as alcançar promovem, em parte, a economia cultural, uma vez que se salienta a necessidade de difundir a animação urbana e cultural, de atrair grupos de talentosos, designadamente jovens, estudantes estrangeiros, profissionais das artes e do espetáculo, e ainda de preservar e valorizar a paisagem urbana e o património arquitetónico.

b) A cidade é criatividade, é identidade e inovação

O Estudo Estratégico assume a necessidade de criar ‘habitats criativos’, que incluam valências relacionadas com o trabalho, a habitação, a aprendizagem e os negócios, a fim de atrair pessoas criativas. Entende-se que o desenvolvimento das indústrias criativas pode contribuir para a renovação da economia da cidade e dotar o espaço com maior vitalidade.

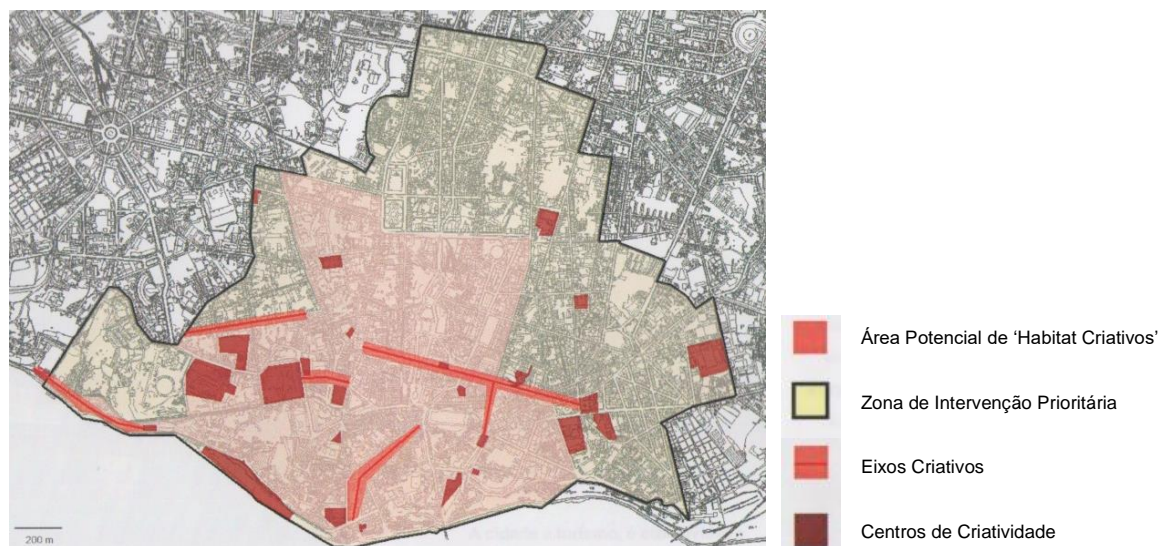


Fig. 17 – Cidade criativa

Fonte: FEUP (2004, IV 26)

Acresce atender que é também salientada a existência de áreas que apresentam dinâmicas culturais consideradas determinantes, como é visível na Figura 17, onde é divulgado um cenário prospetivo que delimita os eixos criativos, os centros de criatividade e a área potencial de ‘habitats’.

Neste contexto, o Estudo Estratégico sugere a exploração de várias valências em determinadas áreas, designadamente a *Arquitetura, Vinho do Porto e Internacionalização* em Massarelos, as *Artes e Consumo* na área de Miguel Bombarda (galerias, ateliers, animação de rua, zonas especializadas, etc.), a *Saúde e Investigação* no Hospital de Santo António e na Universidade do Porto, a *Cultura e Espetáculo* no eixo Ceuta/Passos Manuel/São Lázaro que cruza com o eixo Passos Manuel/Batalha (Teatro Rivoli, Teatro Sá da Bandeira, Coliseu, Escola de Belas Artes, Teatro S. João, Cinema Batalha – equipamentos, cafés, restaurante, livrarias, formação de artes) e ainda as valências *Mistas* (artes, formação, tecnologia, residência e serviços) na Praça do Infante D. Henrique/Largo de São Domingos/Ruas Mouzinho da Silveira e Flores.

c) A cidade é comércio e serviços, é intercâmbio

O Estudo Estratégico vinca também a ideia de que o centro da cidade deve apresentar comércio e serviços de exceção para contrariar a perda funcional que, ao longo dos anos, foi fomentada por centralidades periféricas.

Do ponto de vista do reforço da economia cultural, salienta-se a necessidade de modernizar o tecido comercial e de serviços, atraindo projetos inovadores. Além disso, é reforçada a importância de restaurar a qualidade e a animação cultural nos grandes cafés e livrarias, assim como de articular os horários entre os equipamentos públicos e os serviços privados.

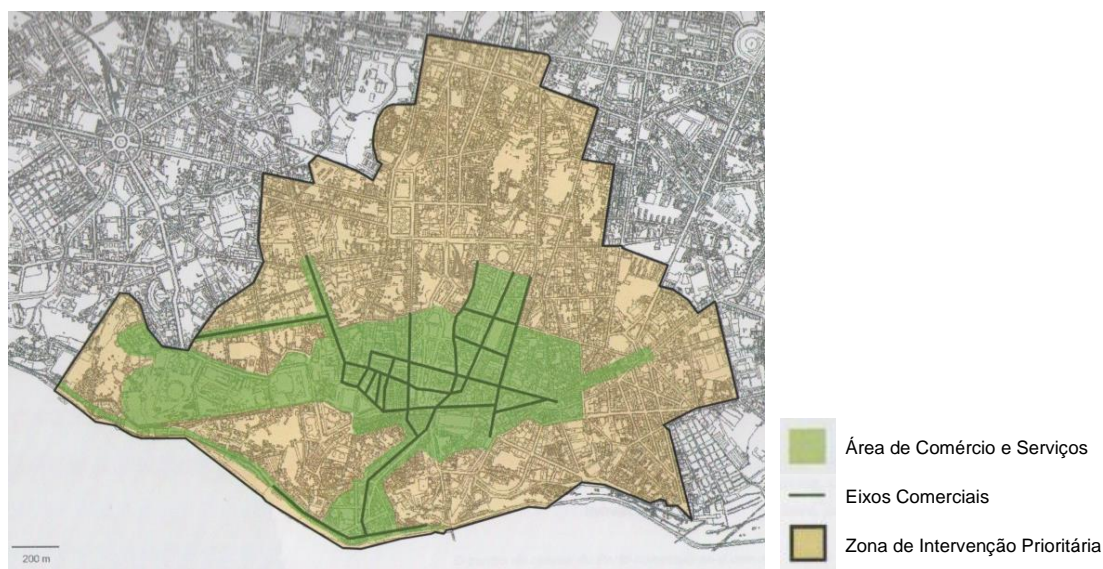


Fig. 18 – Cidade de comércio e serviços

Fonte: FEUP (2004, IV 22)

Na Figura 18 encontra-se delimitada a área e os eixos com maior aptidão. Destaca-se a existência de um conjunto alargado de eixos comerciais que marcam a imagem da cidade, nomeadamente as Ruas Miguel Bombarda, Cedofeita, Clérigos, Almada, 31 de Janeiro, Sá da Bandeira, Passos Manuel, Alegria, Santa Catarina, entre outras.

d) A cidade é turismo, é atratividade

O Estudo Estratégico refere que o centro da cidade deve ser capaz de proporcionar experiências únicas ao visitante, alertando para o facto de que não basta possuir património cultural para que a cidade seja atrativa, uma vez que é essencial a existência de elementos relacionados com o comércio, a restauração, o alojamento, entre outros, por forma a que se criem condições de qualidade para a receção dos visitantes.

Neste âmbito, o turismo deve ser entendido como uma atividade económica que gera receitas e emprego e permite requalificar o espaço do ponto de vista físico e funcional.

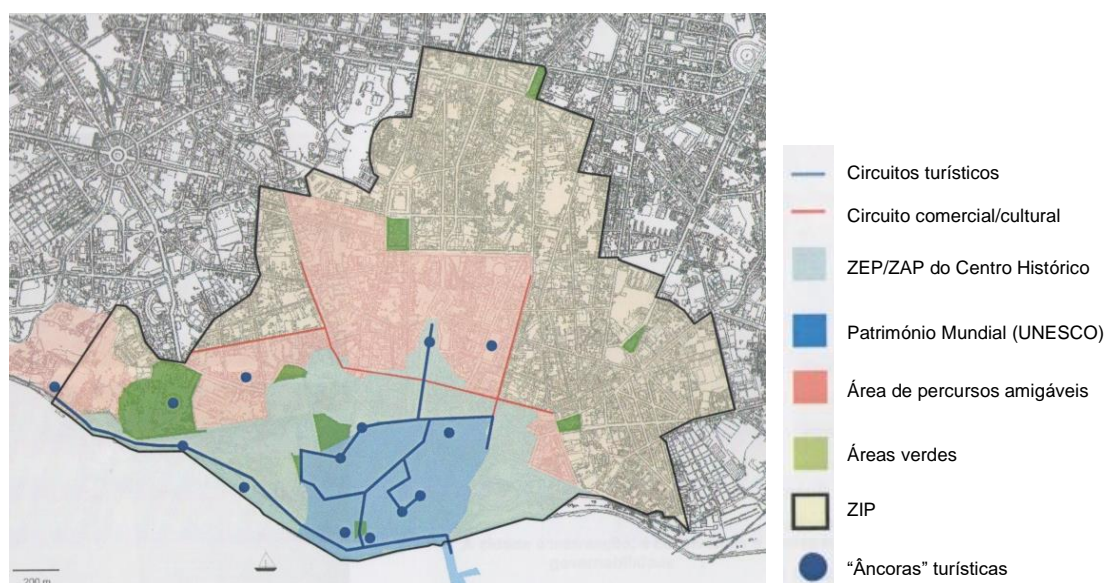


Fig. 19 – Cidade turismo
Fonte: FEUP (2004, IV 30)

Na Figura 19, o Centro Histórico apresenta uma grande aptidão para o sector turístico, detendo uma elevada atratividade para a realização de circuitos turísticos, apoiados por um conjunto alargado de âncoras.

e) A cidade é interação, é convivência e governabilidade

Os espaços coletivos são lugares de excelência para a expressão da comunidade. *“O Palácio de Cristal, a Praça Carlos Alberto e a Praça da República, a Praça do Marquês de Pombal, o Jardim de S. Lázaro, a Praça Infante D. Henrique, toda a Marginal, entre outros, constituem elementos estruturadores de um sistema de espaços coletivos que transmite à cidade uma identidade e uma paisagem particular”* (FEUP 2004, IV 33). Por isso, o Estudo Estratégico enfatiza a importância de aproveitar os espaços públicos, utilizando-os como reforço das vivências urbanas.

Adicionalmente, reforça-se a necessidade de formar uma sociedade criativa com capacidade singulares para alcançar vantagens competitivas, sendo que, para tal, é importante *“reforçar a cooperação institucional entre bibliotecas, museus, arquivos históricos, companhias de dança e de teatro, orquestras, escolas de ensino básico, secundário e superior e escolas de música, teatro, entre outras”* (FEUP 2004, IV 33).

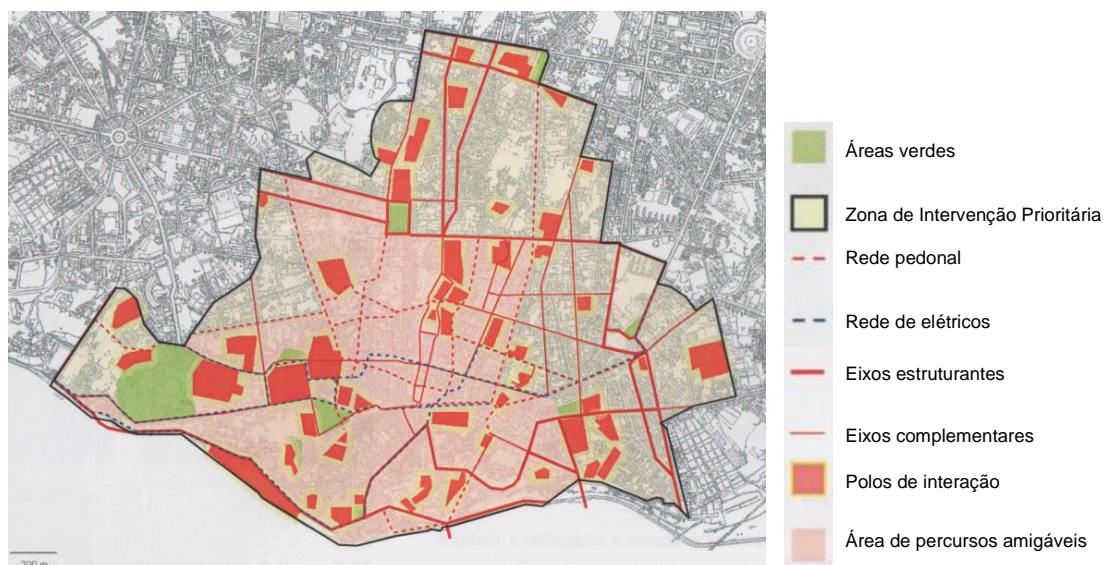


Fig. 20 – Cidade de interação

Fonte: FEUP (2004, IV 34)

A Figura 20 identifica os polos de interação (parcialmente representados no mapa devido à elevada quantidade), realçando-se as praças, os jardins e os equipamentos diversos que potenciam o encontro e a interação de pessoas nesses espaços.

f) A cidade é edificação, é recuperação urbana

A reabilitação urbana preocupa-se essencialmente com a função residencial, uma vez que esta é realmente determinante na definição da vida da cidade. Sobre este aspeto, o Estudo Estratégico defende a necessidade de integrar a revitalização funcional através da atração de novas atividades que poderão tornar o lugar *“atrativo para residir, para trabalhar, para circular, para investir e para divertir”* (FEUP 2004, IV 36).

3.3.1.2. Áreas de Dinamização da Reabilitação Urbana e Eixos de Dinamização da Reabilitação Urbana

Revelou-se essencial determinar os espaços prioritários no conjunto da ZIP, correspondentes a bairros e eixos ou ruas, onde os problemas se manifestassem com maior intensidade, designando-os de Áreas de Dinamização da Reabilitação Urbana (ADRU) e Eixos de Dinamização da Reabilitação Urbana (EDRU).

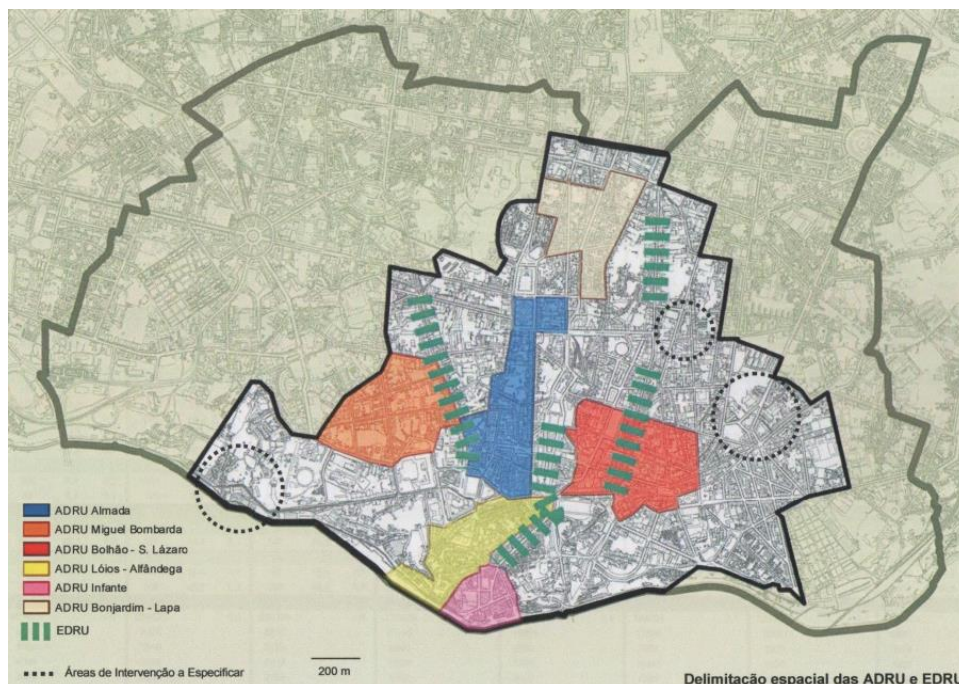


Fig. 21 – Delimitação Espacial das ADRU e do EDRU

Fonte: FEUP (2004, IV 33)

Os critérios para a delimitação das áreas da Figura 21 assentaram na definição das Áreas Urbanas Sensíveis, das Áreas de Oportunidade e dos Espaços de Singularidade.

Neste sentido, delinearam-se um conjunto de estratégias para dar resposta aos problemas identificados e promover a concretização das oportunidades, considerando a especificidade de cada espaço.

Por isso, importa salientar as propostas que potenciam a economia cultural, nomeadamente na *ADRU Almada*, em que é referida a necessidade de tornar esta área numa referência da cultura e do saber para a dinamização e a integração de ‘habitats criativos’, aproveitando a centralidade e o forte valor do património edificado para atrair a ‘classe criativa’ que, consequentemente, pode contribuir para o aparecimento de atividades impulsionadoras da economia urbana.

Relativamente à *ADRU Miguel Bombarda* menciona-se a importância de apoiar o desenvolvimento do sector criativo, relacionado com as artes, e de criar condições para o crescimento de outras atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem, por exemplo, com artes gráficas, conteúdos para a internet, entre outras. “*Desenvolver atividades de comércio e serviços, orientadas para os grupos sociais e profissionais nestas ‘fileiras criativas’*” é outra das sugestões (FEUP 2004, V 25).

No que diz respeito à *ADRU Bolhão-São Lázaro* pretende-se aumentar a importância atribuída à cultura, ao saber e ao lazer, assim como ao desenvolvimento de “*atividades criativas e de espaços de aprendizagem, para a integração da oferta cultural e a promoção da sua relação com o turismo*” (FEUP 2004, V 29).

Por sua vez, na *ADRU Lóios-Alfândega* e na *ADRU Infante*, o objetivo passa por reforçar as ligações destes territórios com atividades, espaços de cultura, património e turismo.

Já na *EDRU Aliados/Mouzinho Silveira* pretende-se valorizar a inserção deste eixo no circuito e nas atividades do turismo e do património.

Quanto à *ADRU Lapa-Bonjardim* e às *EDRU Cedofeita e Santa Catarina*, estas não apresentam medidas relacionadas com a economia cultural para a dinamização do território.

Por fim, o Estudo Estratégico define as articulações estratégicas, onde sugere a necessidade de parcerias para a concretização destas propostas. A articulação da Porto Vivo, SRU com instituições, agentes e organizações que envolvam a CMP, o Metro do Porto, a Universidade, os agentes económicos, o estado central, os proprietários, entre outros, são algumas das ideias expostas, que devem ser postas em prática mediante as sugestões programáticas.

3.3.1.3. Síntese

O Estudo Estratégico insere a sua estratégia na ZIP – integrada na ACRRU, mas distingue-se um foco maior no núcleo histórico e num envolvente anel central.

De uma forma geral, a estratégia visa tornar o centro da cidade do Porto num espaço atrativo para residir, trabalhar, investir e visitar. Para tal, várias ações são delineadas, sendo que diversas dizem respeito à utilização da cultura para a concretização de tais objetivos, contribuindo, simultaneamente, para a promoção da economia cultural.

Apresenta-se, por exemplo, um cenário prospetivo, onde os eixos criativos, os centros de criatividade e a área potencial de ‘habitats criativos’ são delimitados. O Estudo Estratégico sugere também a exploração de várias valências em determinadas áreas, designadamente a *Arquitetura*, *Vinho do Porto e Internacionalização*, a *Saúde e Investigação*, a *Cultura e Espetáculo* e *Mistas*.

Adicionalmente, o Centro Histórico é indicado como o lugar com maior aptidão para o sector turístico, enquanto os polos de interação das pessoas, nomeadamente praças, jardins e equipamentos diversos se encontram amplamente dispersos por toda a ZIP.

Numa segunda fase, a estratégia aumenta a escala em estudo e delimita, na ZIP, contextos espaciais de dinamização da reabilitação urbana (ADRU e EDRU), apoiados por propostas, que apesar de apresentarem uma natureza diversificada, detêm ações que visam a promoção da economia cultural, nomeadamente nas ADRU Almada, Miguel Bombarda, Bolhão-São Lázaro, Lóios-Alfândega e Infante e na EDRU Aliados/Mouzinho Silveira, onde se verifica a necessidade de desenvolver o sector criativo, aproveitar a oferta cultural existente e promover o turismo, a fim de renovar a economia urbana.

Por fim, de modo a concretizar as metas estabelecidas, o Estudo Estratégico enfatiza a necessidade de articulações estratégicas, envolvendo parceiros que possam auxiliar na concretização das propostas.

3.3.2. MASTERPLAN PARA A REVITALIZAÇÃO URBANA E SOCIAL DA BAIXA DO PORTO

Em 2005, o trabalho da Porto Vivo, SRU inicia-se com a apresentação do ‘*Masterplan* para a Revitalização Urbana e Social da Baixa’, onde a estratégia de atuação determina que além do tradicional planeamento físico, as vertentes social e económica são fundamentais ao desenvolvimento estratégico da cidade.

O *Masterplan* é um documento de enquadramento que define os objetivos e elabora propostas que determinam a trajetória de desenvolvimento para a resolução de problemas e para o aproveitamento das oportunidades na Baixa Portuense.

No entanto, “*para intervir é necessário definir com rigor o território base de atuação*” (Porto Vivo, SRU 2005a, I 7). Por isso, com apoio em dados estatísticos e levantamento dos principais problemas e oportunidades para determinar a situação existente, a delimitação da área de intervenção é realizada considerando a capacidade de resolução dos problemas.

Assim, a área de estudo do *Masterplan* apresenta-se ampla, na medida em que o território de intervenção é a ZIP, apresentada na Figura 22, parte integrante da ACRRU.



Fig. 22 – Limites de intervenção
Fonte: Porto Vivo, SRU (2005a, I 9)

Dos princípios fundamentais para a atuação da Porto Vivo, SRU, a *Sustentabilidade* salienta a importância dos domínios económico, social e ambiental nas estratégias de intervenção, mas vale a pena destacar ainda a *Identidade*, centrada na perceção da história, no aproveitamento da imagem construída e na essência da população, a fim de dar personalidade ao território. Sobressai também a *Criatividade* como a característica que melhor mobiliza e potencia o desenvolvimento das capacidades da população, ao mesmo tempo que atrai talentos criativos e cria oportunidades para o aparecimento de novos projetos e atividades. Uma palavra ainda para a *Integração* que se assume como um princípio essencial, uma vez que permite interligar os vários domínios.

O *Masterplan* defende que a força do passado detém importantes vantagens para o futuro, realçando nomeadamente os grandes centros culturais (São João, Coliseu, Rivoli, Carlos Alberto, Batalha, Sá da Bandeira, Trindade e Águia d’Ouro), o Metro, a atividade turística crescente no Centro Histórico e na Baixa, as lojas de prestígio e o valor patrimonial da Lello ou do Majestic, assim como o edificado de enorme valor arquitetónico e artístico.

Por outro lado, é acentuada a urgência de atrair a população para viver no centro da cidade, de modo a potenciar o renascimento do comércio e das ruas. Notabiliza-se igualmente a necessidade de “*dotar o território de um variado leque de serviços ligados ao turismo*”, designadamente “*hotéis, esplanadas e animação diurna e noturna*” para que haja motivos de interesse complementares ao Centro Histórico. Além disso, é reforçado o interesse em aumentar a atração da população jovem ao centro, através da criação de um novo perfil comercial e de lazer (Porto Vivo, SRU 2005b, 5).

3.3.2.1. Objetivos estratégicos

Considerando as oportunidades e as forças da cidade, o *Masterplan* define cinco objetivos estratégicos relacionados com a re-habitação; o desenvolvimento e a promoção do negócio na Baixa do Porto; a

dinamização do comércio, do turismo, da cultura e do lazer; e ainda a requalificação do espaço público.

Para tais metas, a operacionalização do *Masterplan* é sustentada na constituição de parcerias com entidades públicas e/ou privadas que contribuem para a concretização mais eficaz dos objetivos através da partilha de deveres e de benefícios.

Deste modo, prevê-se a constituição de parcerias para cinco áreas de atuação, nomeadamente, as Parcerias para Baixa Tecnológica, para a Baixa Energética e Ambiental, para a Baixa Social e Económica, para a Baixa da Mobilidade e para a Reabilitação Física.

No Anexo 1 apresentam-se somente os atores que a Porto Vivo, SRU pretende envolver no que diz respeito à Parceria para a Baixa Social e Económica, uma vez que esta possui eixos de atuação que nitidamente vão de encontro à economia cultural.

a) Habitação

A re-habitação relaciona-se com a captação de famílias convencionais, mas também de jovens e estudantes que criem a tendência de residir na Baixa. Visa-se contribuir, ainda que de forma indireta, para a promoção da economia cultural, uma vez que a população jovem, sobretudo os artistas, através do seu espírito empreendedor, podem produzir novas dinâmicas associadas, como é o caso do aparecimento de atividades criativas.



Fig. 23 – Tipologias das habitações e público-alvo proposto

Fonte: Porto Vivo, SRU (2005a, I 105)

Tendo estes aspetos em vista, o *Masterplan* determina um conjunto de áreas, visíveis na Figura 23, sobretudo centradas no Centro Histórico, onde a preferência reside em tipologias pequenas, adequadas preferencialmente a estudantes, 'singles', 'city users' e jovens casais, que podem rejuvenescer a área e criar um novo perfil das atividades.

b) Negócios

O desenvolvimento e promoção dos negócios é também visto como uma oportunidade para a afirmação da Baixa, daí a necessidade de promover a atividade económica “*suportada em novos princípios e fatores de competitividade, como sejam a gestão, o design, o marketing e a comunicação, a investigação e desenvolvimento de produtos, o conhecimento e a inovação*” (Porto Vivo, SRU 2005a, II 5).

A localização privilegiada da cidade é mencionada como vantajosa para que iniciativas empresariais de várias áreas possam surgir, como é caso da indústria turística, dos serviços e eventos culturais, que contribuem para a afirmação cultural da cidade do Porto.

c) Comércio

A revitalização do comércio baseada na criatividade está latente no *Masterplan*, assim como a necessidade de enquadrar este sector com a vertente cultural, facultando espaços que possam receber eventos.

Pensa-se no comércio como um dos parâmetros fundamentais para a reabilitação da cidade, sobretudo na área central e histórica, uma vez que vários aspetos podem ser reforçados positivamente, designadamente (Porto Vivo, SRU 2005b, 13):

- *a habitabilidade e de vitalidade no centro urbano*
- *a atividade económica*
- *a revitalização da circulação no centro, estimulando o comércio e o turismo*
- *a projeção da imagem da cidade, nacional e internacionalmente*

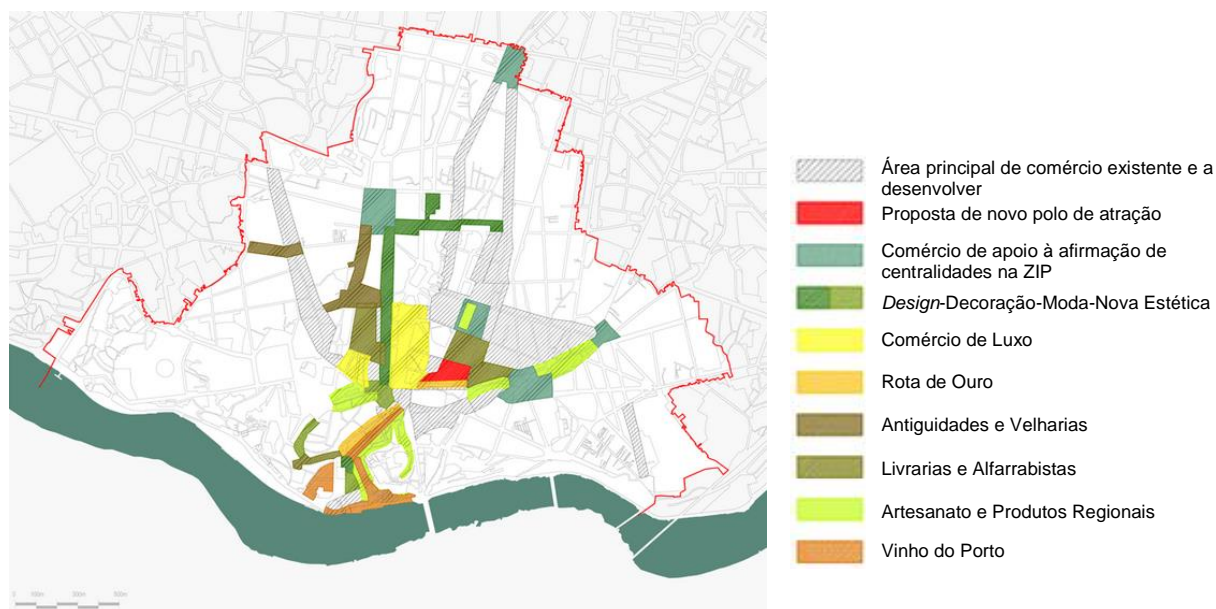


Fig. 24 – Proposta de comércio temático

Fonte: Porto Vivo, SRU (2005a, I 139)

Desta forma, no *Masterplan* idealiza-se a criação de *clusters*, apresentados na Figura 24, onde atividades relacionadas com domínios culturais como o *design*, decoração, moda e nova estética,

antiguidades e velharias, livrarias e alfarrabistas ou o artesanato e produtos regionais podem promover aproximações físicas e desenvolver dinâmicas intensas.

d) Turismo, Cultura e Lazer

O *Masterplan* refere que a oferta turística global pode assumir uma perspetiva onde o lazer e a cultura façam parte de múltiplas experiências e vivências únicas, enriquecendo a cidade através de consequências ao nível da dinamização das atividades económicas e culturais, da recuperação do património edificado e da projeção da marca da cidade além-fronteiras.

A proposta centra-se no desenvolvimento da oferta de determinados segmentos turísticos considerados como os mais adequados para o aproveitamento das características da cidade e da Baixa em particular, designadamente (Porto Vivo, SRU 2005a, I 144):

- *o turismo cultural, do conhecimento e profissional*
- *o desenvolvimento de negócios e atividades económicas associados ao turismo*
- *o Porto como plataforma de uma ampla região*
- *a oferta cultural e de lazer, de carácter permanente e contemporânea, mas ancorada nas tradições*

É também reforçada a ideia de que equipamentos diferenciadores contribuem “*para que a cidade seja identificada como destino turístico com conteúdo*”, como é o caso do Museu de Serralves e da Casa da Música (Porto Vivo, SRU 2005a, I 144).

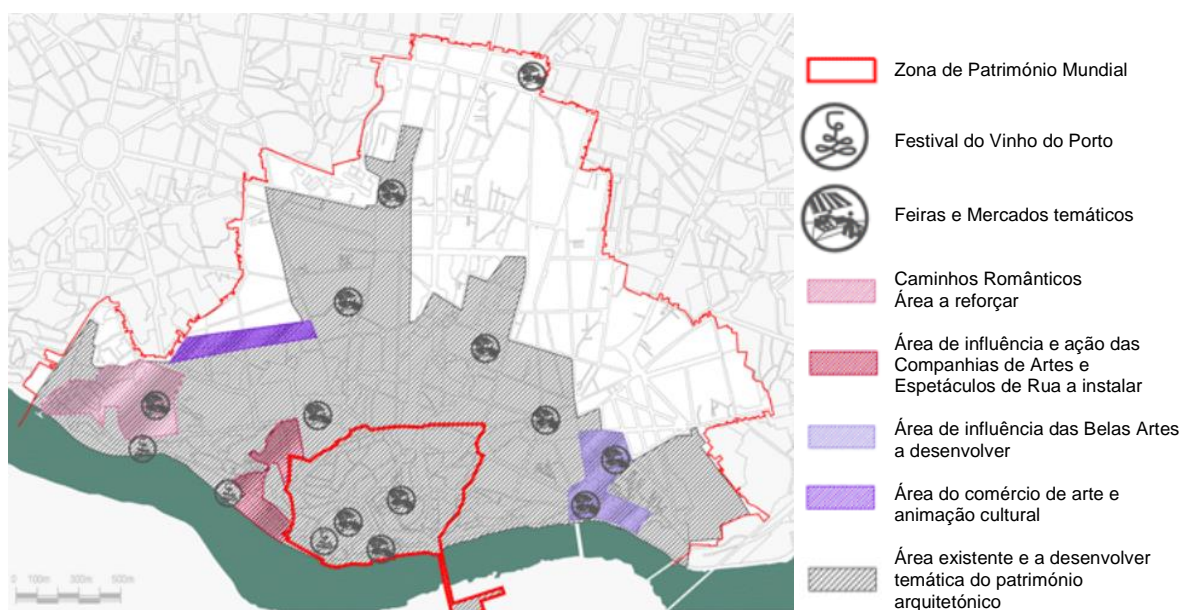


Fig. 25 – Área geral de interesse turístico e temáticas específicas a reforçar e a desenvolver

Fonte: Porto Vivo, SRU (2005a, I 147)

Urge ainda considerar a necessidade de desenvolvimento de uma oferta cultural variada, através de espetáculos e eventos devidamente divulgados, espalhados nas principais ruas da cidade, mas também nos equipamentos culturais. Ademais, na Figura 25 são especificadas as temáticas a reforçar no âmbito do turismo.

Nesta lógica, sobressai também a ideia de que o turismo contribui para o aparecimento de novas unidades de acomodação, nomeadamente hotéis, pensões, albergarias e residenciais, e melhora a atividade comercial no que se refere à restauração e similares e a outros sectores relacionados com “*produtos de origem, de base natural ou artesanal, bem como, em certos casos, com o comércio de luxo*” (Porto Vivo, SRU 2005b, 22).

Neste sentido, um das propostas do *Masterplan* diz respeito ao reforço da hotelaria, tal como é apresentado na Figura 26.

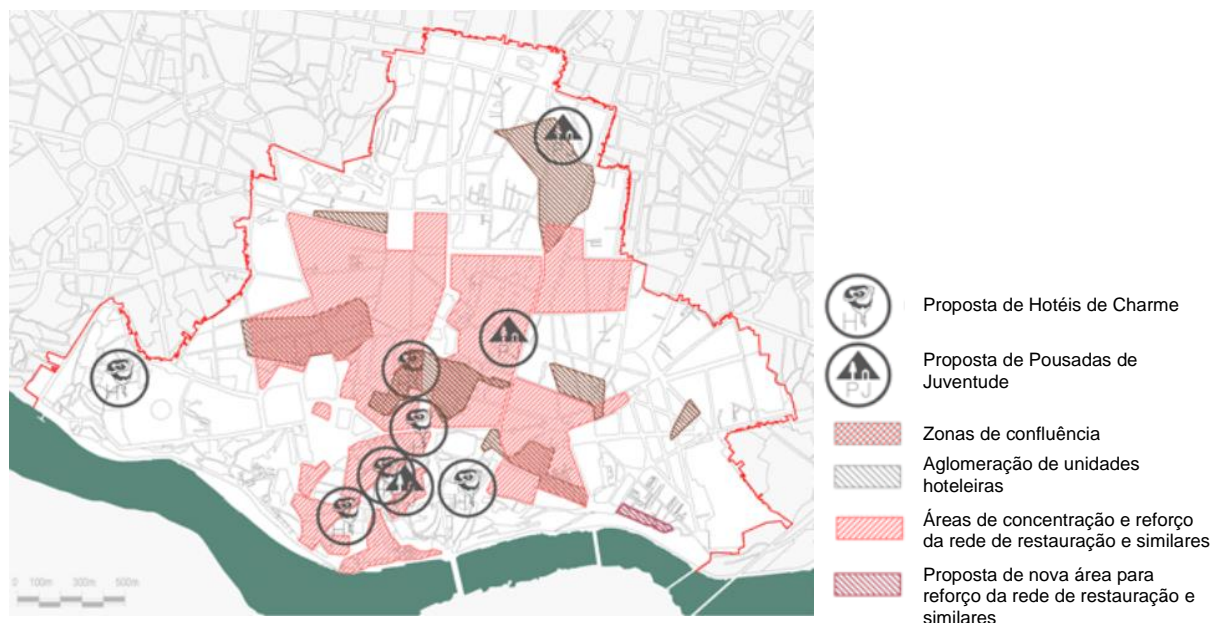


Fig. 26 – Proposta de reforço da hotelaria e serviços de qualidade

Fonte: Porto Vivo, SRU (2005a, I 149)

Adicionalmente é referido que o turismo e a população residente impõem a necessidade de atividades culturais e recreativas e que, por esse motivo, a arte e animação nas praças e locais de passagem se assumem essenciais para a reabilitação física e revitalização socioeconómica.

Para a concretização destas ideias, o *Masterplan* menciona a importância das parceiras, envolvendo os “*principais agentes culturais da cidade (museus, organizadores de eventos, galerias de arte, companhias de teatro, coletividades, associações juvenis, entre muitos outros)*” (Porto Vivo, SRU 2005, I 144).

e) Espaço público

Outro dos vetores de desenvolvimento visado no *Masterplan* diz respeito à requalificação do espaço público de convivialidade, onde se pretende “*introduzir ao nível do comércio, negócios e turismo (...) uma rede de largos e praças dedicadas às feiras e mercados temáticos de acontecimento regular, estimulando novos eixos de circulação e favorecendo novas indústrias, turismo e comércios*”, tal como é visível na Figura 27 (Porto Vivo, SRU 2005b, 17).

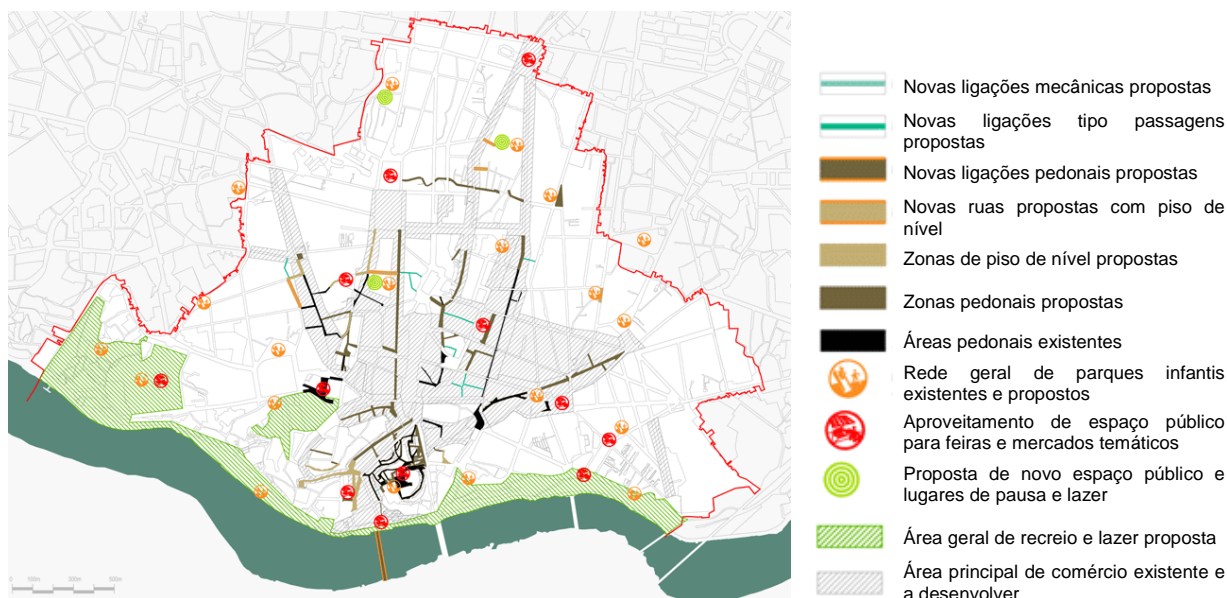


Fig. 27 – Espaço Público: propostas temáticas de intervenção

Fonte: Porto Vivo, SRU (2005a, I 156)

3.3.2.2. Síntese

Apesar de considerar a ZIP na sua estratégia, o *Masterplan* foca a sua atenção em áreas mais específicas.

Interessa salientar que a estrutura habitacional da cidade é idealizada, tendo em vista a receção de uma variedade considerável de residentes. No entanto, destacam-se as tipologias pequenas, sobretudo no Centro Histórico, destinadas essencialmente a singulares, estudantes, recém-licenciados ou jovens em início de carreira, com o intuito de rejuvenescer e requalificar a área.

Relativamente ao comércio, a estratégia relaciona-se com a organização, dado que é realizada a associação das ruas a determinadas atividades, determinando a preferência de localização do *design*, *decoração*, *moda e nova estética* (quarteirão do Mercado Ferreira Borges ou Largo dos Lóios), das *antiguidades e velharias* (Ruas da Torrinha, Mártires da Liberdade ou da Conceição), das *livrarias e alfarrabistas* (Ruas José Falcão, de Ceuta ou da Fábrica), do *comércio de luxo* (entre a Cedofeita e a Santa Catarina), do *artesanato e produtos regionais* (eixos das Ruas de Santo Ildefonso e Mouzinho da Silveira), da *Rota do Ouro* (Ruas das Flores ou 31 de Janeiro) e das atividades relacionadas com o *Vinho do Porto* (desde a Rua Mouzinho da Silveira até à Ribeira).

Ao nível do turismo são propostas um conjunto de ações onde, por exemplo, se sugere o *Festival do Vinho do Porto* (ao longo do eixo ribeirinho), as *feiras e mercados* (distribuídos por toda a ZIP, aproveitando o espaço público), os *eventos artísticos* (área da Faculdade de Belas Artes) e o *comércio de arte e animação cultural* (Rua Miguel Bombarda).

Adicionalmente pensa-se ainda no aumento da qualidade dos equipamentos de suporte às atividades turísticas, nomeadamente a criação de uma área com *Hotéis de Charme* e ainda *Pousadas da Juventude*, sobretudo no Centro Histórico.

Ademais, a requalificação do espaço público surge numa lógica relacionada com a criação de melhores condições para o usufruto da população residente e dos utilizadores, conjugando-os com o sector económico, nomeadamente o comércio, o turismo e a cultura.

Por fim, toda esta estratégia delineada pela Porto, Vivo, SRU considera o posterior envolvimento de determinados parceiros, privados e públicos, que auxiliam na concretização destes objetivos.

“Viva na Baixa (habitação), Viva da Baixa (negócio, comércio, turismo) e Viva a Baixa (residente, profissional, turista)” são as designações que melhor traduzem a missão do Masterplan (Porto Vivo, SRU 2005b, 23).

3.3.3. ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO PARA A UNIDADE DE GESTÃO DA ÁREA URBANA DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Publicado em 2008, o *Estudo de Desenvolvimento Estratégico para a Unidade de Gestão da Área Urbana do Centro Histórico do Porto* realizado pela Porto Vivo, SRU é “uma abordagem sistêmica e integrada que visa garantir mais uma ferramenta para a regeneração urbana” (Porto Vivo, SRU 2008, 1).

Uma vez que a área de atuação da Porto Vivo, SRU abrange a ACRRU, que possui uma dimensão alargada, houve a necessidade de considerar a Área de Intervenção Prioritária (AIP), constituída por, pelo menos, uma unidade territorial com escala adequada à introdução da Gestão da Área Urbana (GAU).

Assim, a GAU define a estratégia de desenvolvimento local para um horizonte temporal de 3 anos, envolvendo empresas, instituições e população, e reunindo os recursos, de modo a debruçar-se em torno dos objetivos da reabilitação urbana da Baixa Portuense.

Desta forma, a primeira Unidade de Gestão de Área Urbana (UGAU) criada no Centro Histórico do Porto abrange importantes eixos como as Ruas Mouzinho da Silveira e Flores, do Morro da Sé e da Praça do Infante, apresentados na Figura 28.

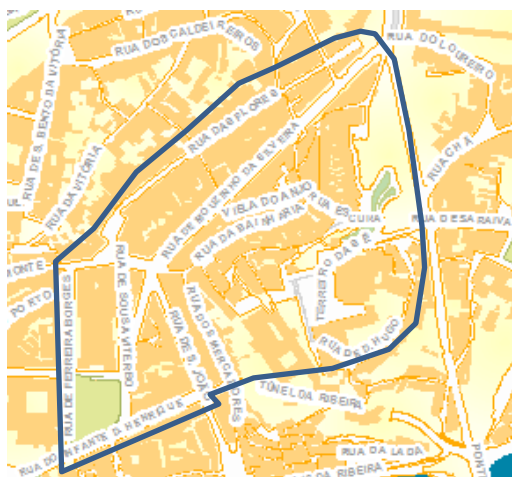


Fig. 28 – UGAU do Centro Histórico do Porto

Fonte: Portal de Informação Geográfica da CMP (s/data)

3.3.3.1. Projetos

Este estudo inicia com a determinação dos principais problemas de área de intervenção, caracterizando o tecido empresarial e institucional, de modo a que a estratégia de desenvolvimento vá de encontro às debilidades deparadas.

Consequentemente, estabelecem-se três vetores de intervenção, designadamente as atividades económicas e turismo, o espaço público e segurança e a cultura e animação urbana. De um modo informal reuniram-se “*interessados e parceiros em torno de projetos concretos que constituíram a base de discussão da realidade local e do plano de ação*” (Porto Vivo, SRU 2008, 44), definindo um conjunto de possíveis agentes, apresentados no Anexo 1, para a concretização dos vários projetos, nomeadamente:

- Centro Histórico – Espaço de Aprendizagem ao Vivo
- Histórias de Motivação e Autoestima
- Os Contadores de Histórias da Sé
- Documentário
- Empreendedorismo
- Sinalética e Mobiliário Urbano
- Curso de Especialização Turística
- Formação Turística para Agentes Locais
- Concurso Curtíssimas não Sonoras
- Arte Urbana no edificado
- Plano de Gestão do Porto Património da Humanidade

A título exemplificativo, salienta-se o *Projeto – Sinalética e Mobiliário Urbano*, relativo à correção da deficiente sinalização da área de intervenção, melhorando o acolhimento dos turistas e visitantes. O objetivo é que nenhum ponto de interesse passe despercebido e que, simultaneamente, haja um prolongamento da vida urbana nas ruas.

Por sua vez, no *Projeto – Curso de Especialização Turística* aposta-se na formação de profissionais em temáticas relacionadas com o património, a história, a arquitetura e o turismo do Centro Histórico, a fim de aprofundar o conhecimento da área, tornando-os capazes de criar e gerir negócios inovadores no sector turístico.

Por conseguinte, tendo como objetivo contrariar a insegurança, a sujidade, a degradação e a obsolescência da oferta comercial e dos serviços, dado estes serem fatores de repulsa de manifestações de qualidade, inovação e criatividade, cria-se o *Projeto – Curtíssimas não Sonoras*, que consiste na realização de um concurso de pequenos filmes (elaborado por instituições das áreas artísticas e da criatividade: cinema, vídeo, publicidade, música, etc.), onde o processo de regeneração na Baixa e no Centro Histórico são divulgados.

Da mesma forma, o *Projeto – Arte Urbana* surge a partir da ideia de reverter o avançado estado de degradação do edificado através da intervenção de artistas. Procura renovar a imagem da área, atrair maior notoriedade junto do público jovem, posicionar o lugar como centro da criatividade e divulgar o processo de reabilitação junto da comunicação social.

É também importante mencionar o *Projeto – Plano de Gestão do Porto Património Mundial*, onde se estabelece a necessidade de realizar o planeamento da “*conservação e preservação da forma urbana e do tecido edificado, perspetivando o Centro Histórico como parte integrante da cidade e, portanto, pensando-o como lugar para habitar e trabalhar, lugar de consumo e produção e como lugar de lazer e recreio*” (Porto Vivo, SRU 2008, 61).

Quadro 10 – Relação dos projetos com as áreas temáticas

Projetos	Atividades Económicas e Turismo	Segurança e Espaço Público	Cultura e Animação Urbana
Centro Histórico – Espaço de Aprendizagem ao Vivo	***	*	***
Histórias de Motivação e Autoestima	*	**	***
Os Contadores de Histórias da Sé	*	**	***
Documentário	*	*	***
Empreendedorismo	***	*	**
Sinalética e Mobiliário Urbano	**	***	*
Curso de Especialização Turística	***	**	**
Formação Turística para Agentes Locais	***	**	**
Concurso Curtíssimas não Sonoras	**	*	***
Arte Urbana no edificado	**	*	***
Plano de Gestão do Porto Património da Humanidade	***	***	***

Legenda * Relacionadas Indiretamente ** Relacionadas *** Diretamente Relacionadas

Fonte: Porto Vivo, SRU (2008)

No Quadro 10 é apresentado o impacto de cada projeto quanto aos vetores de intervenção, detetando-se a influência significativa de cada ação na economia cultural, uma vez que é promovida a melhoria de áreas temáticas diretamente relacionadas com a renovação da economia urbana na cidade do Porto.

3.3.3.2. Síntese

O Estudo de Desenvolvimento Estratégico centra a sua estratégia na UGAU do Centro Histórico, constituída essencialmente pelos quarteirões do Morro da Sé e de Mouzinho/Flores, onde a sua intervenção incide em áreas temáticas com necessidade de desenvolvimento.

Neste sentido, a estratégia é delineada considerando o apoio de múltiplas parcerias públicas e privadas, que poderão auxiliar na concretização de projetos que pretendem contrariar os problemas associados às atividades económicas e turismo, ao espaço público e segurança e à cultura e animação urbana.

Detetou-se, portanto, que também aqui o desenvolvimento da economia cultural é igualmente promovido, uma vez que os projetos estão sempre direta ou indiretamente relacionados com a promoção de áreas temáticas como a criatividade, o turismo e a cultura.

De referir ainda que, dos vários projetos delineados, a criação de um plano de gestão para a área do Porto considerada Património Mundial – o Centro Histórico, veio marcar de forma significativa o planeamento na cidade, devendo este estudo ser percebido como “o início de um processo de mudança” (Porto Vivo, SRU 2008, 65).

3.3.4. PLANO DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Em 2002, a UNESCO publicou o *Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Património Mundial*, no qual promove a necessidade de realização de um plano de gestão que permita salvaguardar a herança patrimonial.

Neste contexto, de modo a contrariar a degradação e desvitalização que o Centro Histórico tem sofrido, a Porto Vivo, SRU elabora o *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial*, em 2010.

O Plano de Gestão é um documento de estratégia, que determina o modelo de gestão e o sistema de monitorização e avaliação das transformações, realizando previamente o diagnóstico do Centro Histórico através do levantamento dos principais elementos caracterizadores que circunscrevem as oportunidades e desafios.

Com efeito, estabelecem-se os objetivos estratégicos, considerando as potencialidades e os desafios (Porto Vivo, SRU 2010a, 150):

- i. *preservar, conservar e restaurar o património edificado e requalificar o espaço público do Centro Histórico do Porto Património Mundial.*
- ii. *mobilizar os utilizadores atuais e futuros (residentes, trabalhadores, visitantes, estudantes e investidores) do Centro Histórico do Porto na defesa e promoção do seu valor patrimonial, sensibilizando-os para a participação na sua proteção, preservação e promoção.*
- iii. *contribuir para a excelência da experiência turística no Centro Histórico do Porto.*
- iv. *estimular a criação de um cluster criativo que se inspire na excelência do Património Cultural envolvente.*
- v. *reforçar o papel do rio Douro enquanto elemento essencial da interpretação, vivência e comunicação entre as duas margens do Porto Património Mundial.*

Por conseguinte, define-se o plano de ação organizado em cinco eixos estratégicos, correspondentes a objetivos específicos, a programas que os concretizam e subsequentes projetos, coordenados pela Porto Vivo, SRU e pela Câmara Municipal do Porto. Estipulou-se também um conjunto de entidades públicas e privadas para o auxílio na concretização dos projetos idealizados. No Anexo 1 apresentam-se os atores dos eixos relacionados com a economia cultural.

Um dos aspetos a salientar é a delimitação do Centro Histórico em 10 quarteirões, realizada com o intuito de melhor organizar a produção da estratégia, a qual é apresentada a seguir na Figura 29.

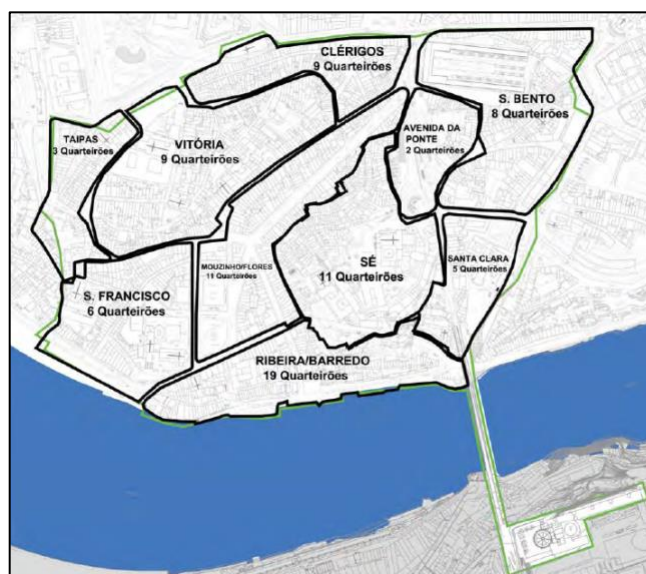


Fig. 29 – Delimitação das 10 operações do Centro Histórico

Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 55)

3.3.4.1. Património, Turismo, Cultura e Indústrias Criativas

Genericamente, o Plano de Gestão caracteriza extensivamente o centro da cidade. No que ao presente estudo importa, abordar-se-ão as temáticas relacionadas com a economia cultural.

É indiscutível que o Centro Histórico se caracteriza pela carga simbólica associada à identidade, pela elevada densidade e compacidade de edificado que, muitas vezes, apresenta um elevado valor patrimonial, artístico e histórico.

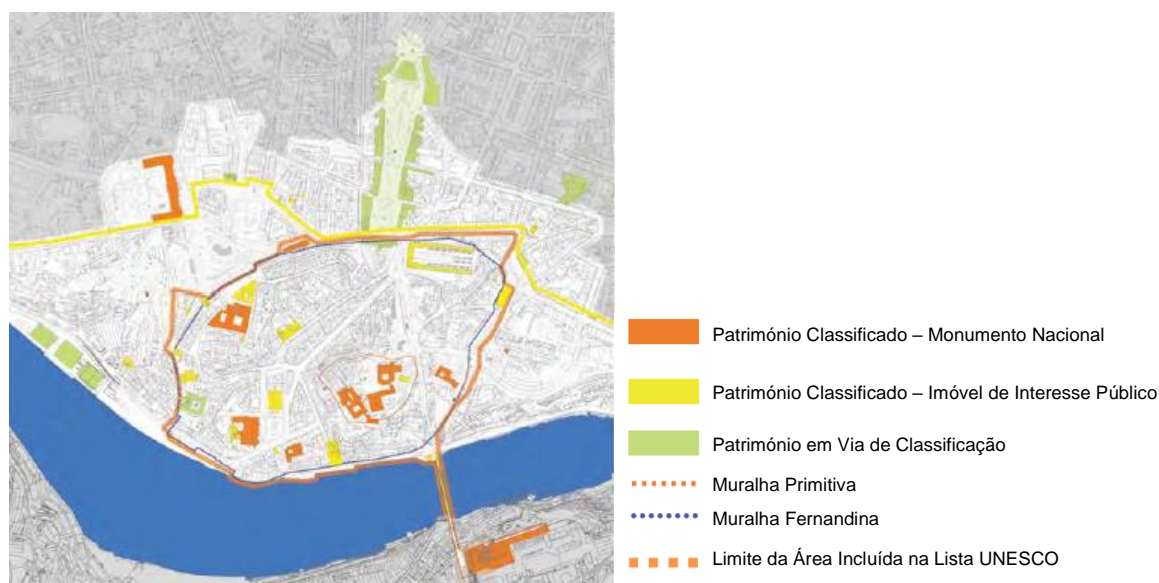


Fig. 30 – Edifícios de valor patrimonial ou museológico

Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 75)

Para o demonstrar, assinalam-se, na Figura 30, os edifícios classificados como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal, fazendo estes parte da área classificada como Património Mundial.

O Plano de Gestão ressalva, no entanto, que existem carências relacionadas com a fraca capacidade de atração de visitantes aos espaços museológicos e como tal, justifica a necessidade de *“um investimento na qualidade e nível de serviço, designadamente no que se refere aos seus horários de funcionamento, à disponibilização de informação em vários idiomas, à oferta de mais visitas e à melhoria de sinalização e comunicação”* (Porto Vivo, SRU 2010a, 101).

Por outro lado, no que diz respeito ao sector do turismo, o Plano de Gestão defende a sua importância para o desenvolvimento económico e para a requalificação cultural. Na Figura 31 apresenta as características a explorar associadas ao turismo no centro da cidade do Porto.

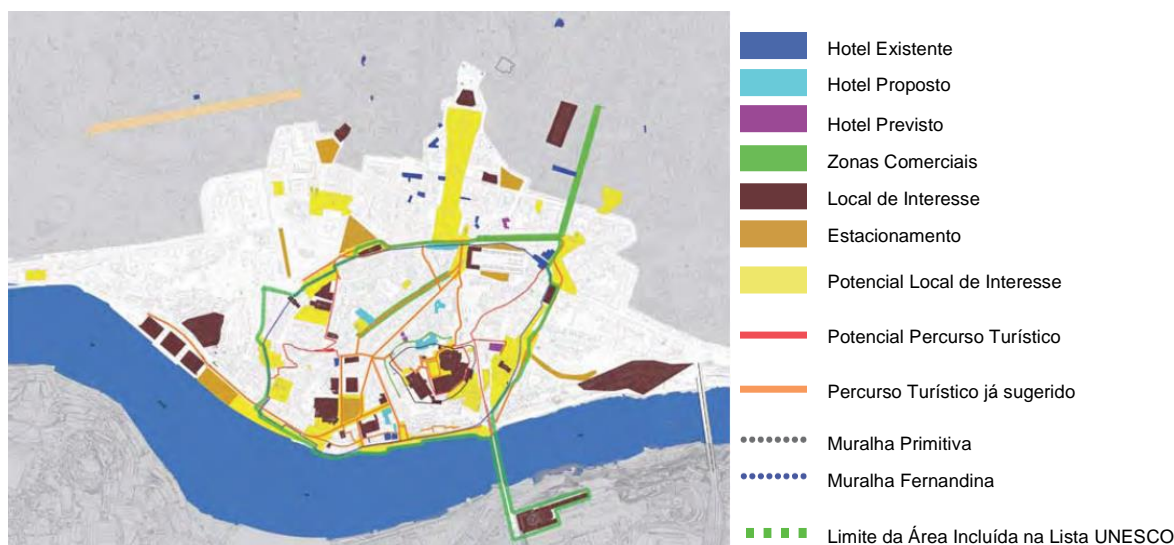


Fig. 31 – Turismo

Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 126)

Note-se que o Centro Histórico, segundo o Plano de Gestão, além do património histórico, arquitetónico e paisagístico, apresenta também um conjunto de potencialidades de carácter diversificado, nomeadamente no que se refere a estruturas de apoio, como a estrutura hoteleira, a oferta gastronómica, os cafés tradicionais com potencial cultural e turístico e ainda os espaços de diversão noturna.

Nesta medida, destaca-se a programação cultural da cidade, afirmando-se que o Porto é “*palco de muitas iniciativas culturais e manifestações artísticas*” e que as indústrias criativas são um elemento que, por via da criatividade, contribui para uma imagem de unicidade do lugar (Porto Vivo, SRU 2010a, 126).

Por esta razão, avaliando os diferentes contextos existentes no Centro Histórico, indicam-se os desafios e oportunidades de regeneração urbana e salienta-se o modo como o empobrecimento do património histórico e artístico, a falta de oferta turística qualificada e a fraca expressão dos negócios, afetam a economia cultural.

No entanto, algumas das maiores oportunidades referem-se ao património histórico e artístico, à identidade cultural, ao turismo e ainda à regeneração física do património cultural passíveis de se orientarem para as funções culturais e criativas.

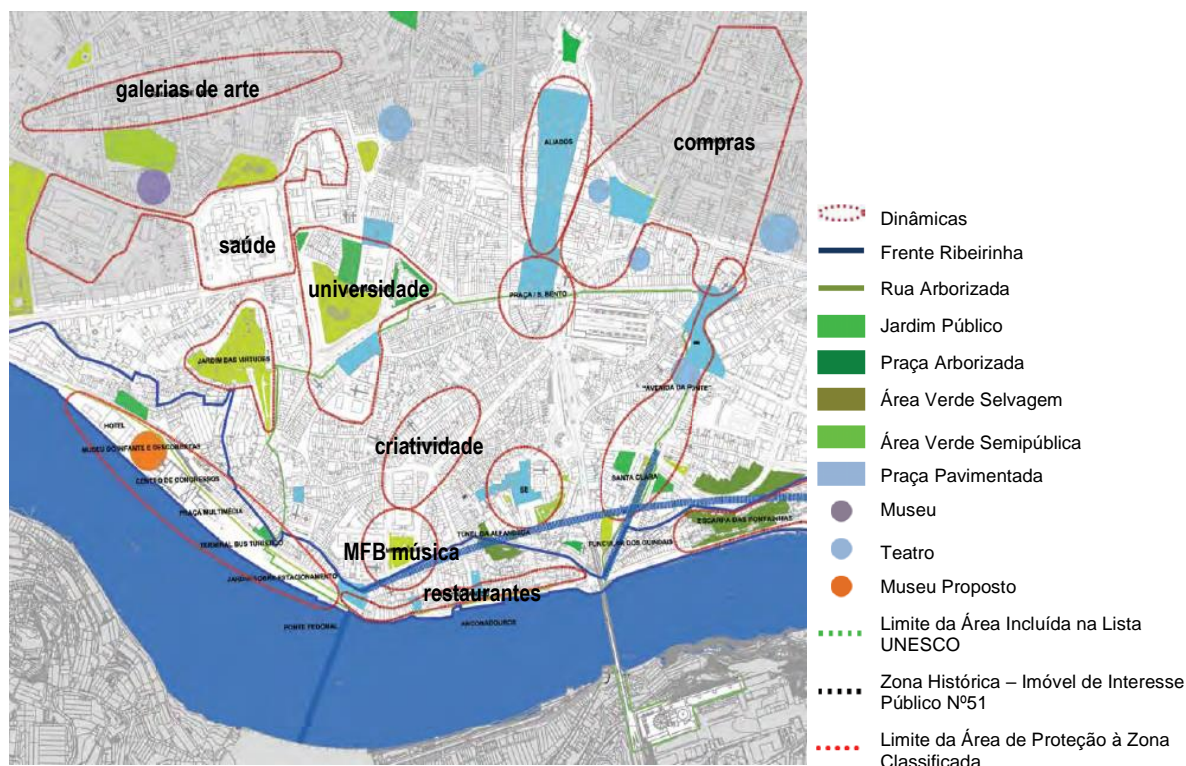


Fig. 32 – Oportunidades estratégicas
 Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 142-143)

Na Figura 32, apresentam-se vários nichos espaciais específicos relacionados com a economia cultural como, por exemplo, as galerias de arte na Rua Miguel Bombarda, a criatividade na área pertencente às Ruas Mouzinho da Silveira e Flores e ainda a música no Mercado Ferreira Borges.

3.3.4.2. Eixos Estratégicos

O Plano de Gestão delineou o plano de ação subdividido em cinco eixos estratégicos, nomeadamente o património, a comunidade, o turismo, as indústrias criativas e o Rio Douro. Contudo, importa analisar a estratégia dos três eixos relacionados diretamente com a economia cultural.

O *Eixo do Património* reforça a ideia de que os conjuntos históricos concentram uma diversificada riqueza cultural, religiosa e social e como tal, a salvaguarda desse património assume-se como fundamental para o planeamento e ordenamento do território urbano.

Consequentemente, o Plano de Gestão refere que este eixo é fundamental para o “*processo de intervenção, reabilitação e conservação urbana do carácter único e distintivo*” do Centro Histórico (Porto Vivo, SRU 2010a, 155). Para tal, no plano de ação, apresentado no Quadro 11, são definidos os objetivos específicos a concretizar.

Quadro 11 – Eixo estratégico do Património

Eixo	Objetivo Específico	Programa	Projeto
PATRIMÓNIO	Preservar, Conservar, Restaurar o Património Edificado	Proteção e Salvaguarda Patrimonial	Coerência e Eficácia dos Mecanismos de Proteção Unidade de Gestão da Área Urbana Comissão de Avaliação Conjunta (Porto Vivo, SRU e IGESPAR)
		Reabilitação do Património	Ribeira/Barredo
			Sé
			Santa Clara
			São Bento
			Avenida da Ponte
			Mouzinho/Flores
			Clérigos
			Vitória
			Taipas
			São Francisco
			Requalificação do Património Singular
			Estímulos ao investimento privado
			Incentivos Fiscais
	Manter, Valorizar e Requalificar o Espaço Público	Ambiente Urbano	Intervenções Físicas Intervenções Ambientais Gestão das redes de infraestruturas de saneamento básico
		Requalificação e Gestão da Via Pública	Requalificação das Ruas e Praças Gestão da Via Pública
		Valorização dos Jardins e Espaços Verdes	Valorização dos Jardins e Espaços Públicos
	Melhorar a Mobilidade, Conforto e Segurança dos Utilizadores	Fluidez e Controlo de Tráfego	Implementação do Plano de Mobilidade
		Estacionamento	Criação de Novos Parques de Estacionamento
		Segurança e Conforto	Plano de Segurança
			Prevenção e Proteção contra incêndios
			Escadas Mecânicas

Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 232)

Por sua vez, o *Eixo do Turismo* salienta a ideia de que “a indústria turística pode gerar importantes benefícios nas condições de vida da população” e potencia a “iniciativa empresarial, estimula o aparecimento de novas infraestruturas e serviços e reforça a programação cultural”. Além disso, contribui para mudanças positivas na imagem da cidade, aumentando a atratividade para investimento (Porto Vivo, SRU 2010a, 200).

No Plano de Gestão, o turismo foi considerado um sector prioritário para o Centro Histórico e, por isso, após a análise das características de procura da cidade do Porto, determinou-se ser importante reforçar as estratégias baseadas na qualificação, competitividade e excelência da oferta turística, dando origem ao Quadro 12, onde são apresentados os objetivos, programas e projetos definidos.

Quadro 12 – Eixo estratégico do Turismo

Eixo	Objetivo Específico	Programa	Projeto
TURISMO	Valorizar Recursos Paisagísticos e Patrimoniais	Valorização Patrimonial	Recriação de Momentos Históricos Dinamização de Novos Percursos Temáticos Revitalização das Festas Tradicionais
		Valorização Paisagem	Requalificação dos Miradouros Percurso da Muralha Fernandina
	Melhorar a Promoção e Acolhimento	Promoção e Acolhimento	Utilização das TIC Welcome Centre Agentes “I can help” Qualificação da Restauração Qualificação dos Circuitos Turísticos Sinalética de Orientação e Interpretação
	Incentivar a Criação de Novos Atrativos Turísticos	Revitalização dos Existentes e Criação de Novos Espaços Museológicos	Revitalização dos Existentes e Criação de Novos Espaços Museológicos
		Criação de Infraestruturas e Serviços Turísticos	Revitalização do Mercado Ferreira Borges Reforço da Oferta Hoteleira

Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 232)

Por outro lado, o Plano de Gestão expõe ainda que a economia do Centro Histórico esteve sempre ligada ao comércio, mas que atualmente se assiste cada vez mais à consolidação de uma nova economia de base criativa.

Neste sentido, pugna-se pela criação de um *cluster* criativo para atrair iniciativas e atividades, fazendo uso da “*criatividade enquanto fonte geradora de inovação e de empreendedorismo*” (Porto Vivo, SRU 2010a, 218).

Deste modo, cria-se o *Eixo das Indústrias Criativas*, atendendo ao facto da criatividade ser considerada um *driver* económico e social essencial à geração de riqueza e emprego e consequentemente ao reforço da competitividade.

Reconhecendo o número de indústrias criativas presentes, o Plano de Gestão entende que o Centro Histórico possui uma orientação natural “*para atividades relacionadas com a cultura e uma crescente tendência para a atração de atividades criativas*” (Porto Vivo, SRU 2010a, 218).

Quadro 13 – Eixo estratégico das Indústrias Criativas

Eixo	Objetivo Específico	Programa	Projeto
INDÚSTRIAS CRIATIVAS	Dinamização Empresarial	Redes de Infraestruturas e Serviços de Suporte	Regeneração Criativa
	Conhecimento, Tecnologia e Competências	Educação Criativa	Educação Criativa no Básico e Secundário
			Palácio das Artes – Fábrica de Talentos

Fonte: Porto Vivo, SRU (2010a, 232)

Por isso, definem-se os objetivos, os programas e os projetos que consideram ser impulsionadores desta indústria, os quais estão apresentados no Quadro 13.

3.3.4.3. Síntese

Conforme se expôs, o Plano de Gestão incide a sua estratégia no Centro Histórico, considerando o património, a comunidade, o turismo, as indústrias criativas e o rio Douro como os 5 eixos estratégicos.

Confirmou-se, apesar da alargada abrangência dos domínios de intervenção, a importância dada à economia cultural, uma vez que é vinculada a necessidade de se apostar nos sectores da criatividade, do turismo e da cultura para a dinamização local.

Neste sentido, a estratégia do Plano de Gestão passa por valorizar e promover o património existente, melhorando o acolhimento dos turistas e visitantes, através do reforço de atividades de apoio como é o caso da restauração e oferta hoteleira. O turismo é, assim, visto como uma oportunidade estratégica para o aparecimento da iniciativa empresarial, pelo aumento da atratividade de investimento no lugar.

Por outro lado, a estratégia também pretende consolidar a economia da base criativa, dado que as atividades associadas contribuem para a geração de riqueza e emprego, reforçando a competitividade da cidade.

Por esta razão, o Plano de Gestão identifica vários nichos espaciais específicos relacionados com a economia cultural como, por exemplo, as galerias de arte na Rua Miguel Bombarda, a criatividade na área pertencente às Ruas Mouzinho da Silveira e Flores e ainda a música no Mercado Ferreira Borges.

É ainda importante mencionar que a concretização dos objetivos do plano de ação relativos aos Eixos do Património, do Turismo e das Indústrias Criativas se apoiam na possibilidade de se envolver um conjunto alargado de atores públicos e privados para efetivar os projetos idealizados.

3.3.5. PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO URBANA DO MORRO DA SÉ

No Plano de Gestão, o Centro Histórico foi delimitado em 10 operações, tendo-se determinado que as intervenções seriam faseadas.

Neste sentido, a primeira fase da intervenção global corresponde à criação do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé, sustentada no Programa de Reabilitação Urbana do Morro da Sé desenvolvido em 2006.

A situação existente nos quarteirões do Morro da Sé conduziu a que esta área se tenha priorizado, porquanto o edificado, na sua maioria degradado, a população envelhecida e os jovens desempregados que a povoam, tornaram imperativa a necessidade de intervenção.

A somar a isto, as rendas baixas não permitiam que os proprietários tivessem capacidade financeira para realizarem intervenções de reabilitação ou de manutenção do edificado.

Neste sentido, considerando as vulnerabilidades existentes, o Programa de Ação define objetivos prioritários.

3.3.5.1. Objetivos e Operações

O Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé pretende desencadear *“a criação de novas dinâmicas, a atração de população jovem e o desenvolvimento da atividade turística, bem como procura oferecer melhores condições de vida à população residente”* (Porto Vivo, SRU 2014a).

Para tal, delinearam-se várias operações:

- Criação de uma Unidade de Alojamento Turístico
- Criação de uma Residência de Estudantes
- Ampliação da Residência de 3ª Idade
- Valorização da Imagem e da Eficiência Energética do Edificado
- Qualificação do Espaço Público
- Gabinete de Apoio aos Proprietários
- Instalação e Operacionalização a Unidade de Gestão de Área Urbana
- Apoio ao Empreendedorismo
- Oficinas de História e Autoestima
- Documentário
- Estrutura de Apoio Técnico
- Plano de Comunicação

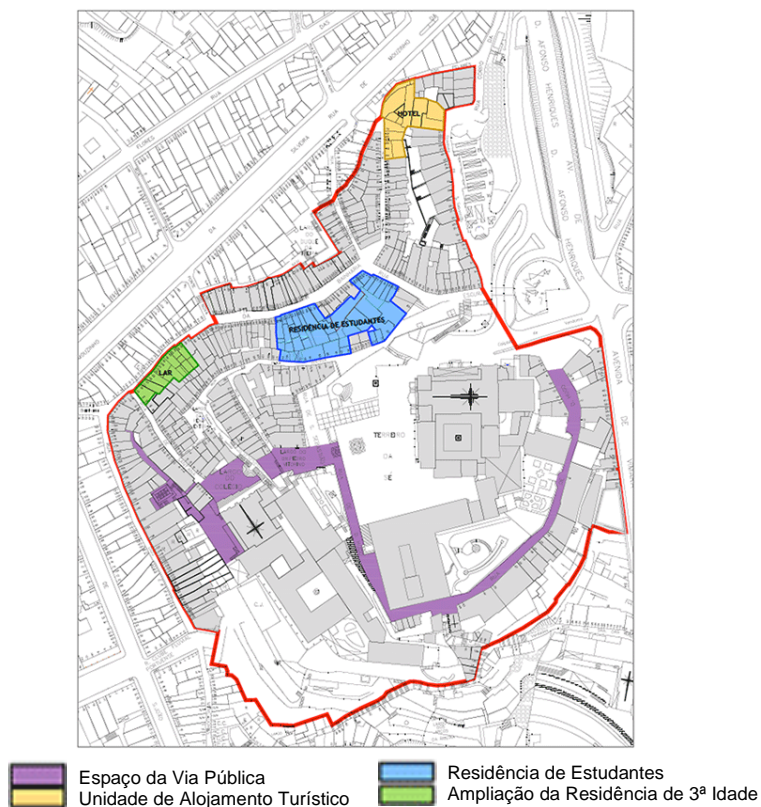


Fig. 33 – Proposta de intervenção no Morro da Sé

Fonte: Porto Vivo, SRU (2014c)

Portanto, do ponto de vista da economia cultural, sobressai a criação da unidade de alojamento turístico na Rua dos Pelames, muito próxima à Rua Mouzinho da Silveira, que além de pretender recuperar o edificado, tenciona contribuir para a criação de espaços que instalem novas atividades económicas. Esta operação advém do facto do Morro da Sé não dispor de nenhum equipamento hoteleiro, mesmo sendo um dos locais mais visitados da cidade. Por isso, prevê-se que esta intervenção incentive o aparecimento de iniciativas comerciais que atraiam os turistas.

Além disso, a residência de estudantes, previsivelmente a localizar-se nas Ruas da Bainharia e da Pena Ventosa, fomentará também a instalação de novas atividades económicas e o desenvolvimento cultural, recuperando e valorizando o património cultural.

Veja-se ainda que a fim de realojar as famílias residentes nos edifícios que se pretendem converter e aquelas que vivem em fogos com condições deficitárias, surge o Programa de Realojamento Definitivo, *“iniciativa da Porto Vivo, SRU, contando com financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI), decorrente do contrato celebrado entre a Porto Vivo, SRU, a Câmara Municipal do Porto e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IP”* (Porto Vivo, SRU 2014a).

Importa ainda salientar que este Programa de Ação, coordenado pela Porto Vivo, SRU, é apoiado pelas Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) do Programa Operacional ON.2, em que o Protocolo de Financiamento foi celebrado a 30 de Julho de 2008. É, portanto, executado a partir de uma parceria público-privada da qual fazem parte a Câmara Municipal do Porto, a Porto Vivo, SRU, a Associação Porto Digital e a NOVOPCA IMOBILIÁRIA, S.A..

3.3.5.2. Síntese

Em resumo, afirma-se que o Programa de Ação foca a sua intervenção no quarteirão do Morro da Sé, sendo todas as ações suportadas por uma parceria público-privada que envolve vários atores.

Apesar de aparentemente deter um conjunto de intervenções que pouco contribuem para a economia cultural, o alojamento turístico apresenta-se como uma importante infraestrutura de apoio ao turismo, uma vez que permitirá acomodar mais visitantes. Da mesma forma, a residência de estudantes contribuirá para atrair a instalação de atividades económicas passíveis de impulsionar a revitalização da área.

3.3.6. PROGRAMA DE AÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO EIXO MOUZINHO/FLORES

O Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores é uma das 10 operações que fazem parte da estratégia territorial do Plano de Gestão para o Centro Histórico, assim como o Morro da Sé, surgindo como a segunda fase da intervenção planeada.

3.3.6.1. Objetivos e Operações

O Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores *“assenta numa estratégia voltada para a regeneração de componentes urbanas”*, com particular enfoque na revitalização a partir das potencialidades comerciais (Porto Vivo, SRU 2014b).

Com efeito, o objetivo consiste na melhoria da vivência urbana através do aumento das condições de habitabilidade e de estacionamento e no aperfeiçoamento das redes de infraestruturas e das ligações do sistema de transportes. Além disso, pretende-se promover a inovação e a criatividade através do aproveitamento das dinâmicas existentes e da *“articulação possível entre a atividade empresarial, meio académico, meios artísticos e culturais”* e ainda melhorar os serviços de apoio ao turismo e, bem assim, implementar uma política de GAU que permita gerir os projetos definidos (Porto Vivo, SRU 2014b).

Do ponto de vista da promoção da economia cultural, a intervenção nesta área justifica-se pelo facto de ser um eixo de passagem obrigatória para os inúmeros turistas que acedem atualmente à cidade do

Porto. Defende-se a necessidade de um espaço público de qualidade que potencie a criação de “*polos de animação centrados em atividades lúdicas e culturais*” e que tire proveito das importantes âncoras presentes, nomeadamente o Hard Club ou o Palácio das Artes (Porto Vivo, SRU 2014b).

Assim, estas ideias corporizaram-se num leque alargado de operações, nomeadamente:

- Estudo para a Mobilidade no Centro Histórico
- Requalificação do Espaço Público
- Modernização e Qualificação do Ninho de Empresas
- Feiras Francas
- Criação do Circuito do Vinho do Porto
- Instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia
- Instalação e Operacionalização da Gestão de Área Urbana
- Apoio ao Empreendedorismo
- Valorização do Espaço e do Comércio Tradicional através da Memória
- Construção de um Parque de Estacionamento
- Instalação da Linha de Elétrico
- Valorização Da Imagem Urbana e da Eficiência Energética
- Animação Urbana através do Projeto Interferências Porto

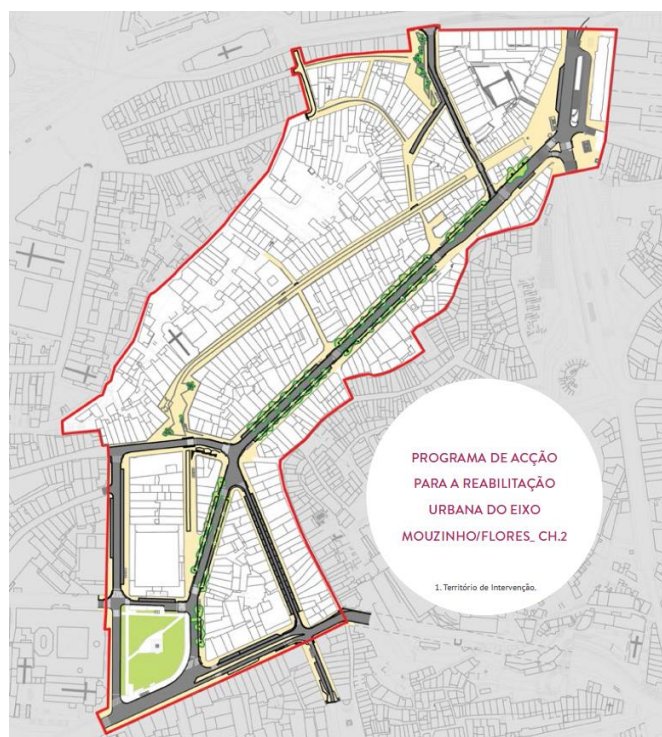


Fig. 34 – Área de intervenção do Eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Porto Vivo, SRU (2014d)

Quanto à promoção da economia cultural, enfatiza-se a modernização do Ninho de Empresas, apta a fomentar o empreendedorismo jovem para a criação de autoemprego, as Feiras Francas, que promovem o talento criativo através de eventos, e ainda o Museu de Arte Sacra da Santa Casa da Misericórdia. Trata-se de ações vocacionadas para a promoção de serviços culturais, de educação

artística e de fruição cultural. Note-se ainda que a requalificação do espaço público também pode contribuir para o aparecimento de novas atividades e para a realização de eventos artísticos nas ruas.

Cumpra ainda acentuar que este Programa de Ação, coordenado pela Porto Vivo, SRU, é apoiado pelas PRU através de fundos comunitários do Programa Operacional ON.2, em que o Protocolo de Financiamento foi celebrado em 30 de Junho de 2009.

O Programa de Ação executa-se a partir de uma parceria público-privada da qual fazem parte a Câmara Municipal do Porto, a Porto Vivo, SRU, a Fundação da Juventude, a Associação Porto Digital e a empresa TRENMO Engenharia, S.A.

3.3.6.2. Síntese

Abrangendo os bairros Mouzinho/Flores, este Programa de Ação centra-se na melhoria das condições de vivência urbana através da intervenção no edificado, assim como da melhoria do espaço público. Consolida-se, simultaneamente, a vivacidade da área através da oferta de serviços de suporte ao turismo e faz-se uso da criatividade para dinamizar o local, por meio das Feiras Francas e do Ninho de Empresas, apoiando-se para tal numa parceria público-privada que auxilia na elaboração e concretização das operações estabelecidas.

3.3.7. SÍNTESE GERAL

Face ao exposto, urge a necessidade de condensar a informação apresentada, a fim de compreender a evolução, ao longo dos anos, da importância atribuída à promoção da economia cultural. Deste modo, será apresentada a sistematização das estratégias, considerando os fatores que as caracterizam do ponto de vista espacial, funcional e institucional, por se considerarem aspetos pertinentes para uma melhor compreensão da relação da Porto Vivo, SRU com a economia cultural nas estratégias de atuação.

3.3.7.1. Estratégia Espacial

De uma forma geral, as fontes documentais, apesar de considerarem uma área alargada, evidenciam que as estratégias incidem em espaços mais específicos.

A título ilustrativo, atente-se que o Estudo Estratégico considera a ZIP como área de intervenção, quando, na verdade, apresenta um maior foco no núcleo histórico e no anel central envolvente, onde, do ponto de vista da economia cultural, sugere a exploração de valências em determinadas áreas como na Rua Miguel Bombarda, no eixo Ceuta/Passos Manuel/São Lázaro que cruza com Passos Manuel/Batalha. Quanto ao turismo, este encontra-se associado ao Centro Histórico e o espaço público que, enquanto lugar de interação e de manifestações artísticas, está amplamente disperso por toda a ZIP.

Ademais, a ZIP serviu de contexto para a definição das ADRU e EDRU, onde se reforça ainda mais a necessidade de desenvolver o sector criativo, de aproveitar o potencial cultural e de promover o turismo, sobretudo nas ADRU Almada, Miguel Bombarda, Bolhão-São Lázaro, Lóios-Alfândega e Infante e na EDRU Aliados/Mouzinho Silveira.

O *Masterplan* também incide a sua estratégia na ZIP, mas é evidente a associação das ruas a determinadas atividades, demonstrando igualmente a existência de um maior foco no Centro Histórico e na área envolvente imediatamente a seguir como, por exemplo:

- *design, decoração, moda e nova estética* no quarteirão do Mercado Ferreira Borges ou Largo dos Lóios
- *antiguidades e velharias* nas Ruas da Torrinha, Mártires da Liberdade ou da Conceição
- *livrarias e alfarrabistas* nas Ruas José Falcão, de Ceuta ou da Fábrica
- *comércio de luxo* preferencialmente entre a Cedofeita e a Santa Catarina
- *artesanato e produtos regionais* essencialmente nas ruas que constituem o eixo da Rua de Santo Ildefonso
- atividades relacionadas com o *Vinho do Porto* desde a Rua Mouzinho da Silveira até à Ribeira
- *rota do ouro* essencialmente nas Ruas da Flores e 31 de Janeiro
- *festival do Vinho do Porto* ao longo do eixo ribeirinho
- *feiras e mercados* distribuídos por toda a ZIP, aproveitando o espaço público
- *eventos artísticos* na área da Faculdade de Belas Artes
- *comércio de arte e animação cultural* na Rua Miguel Bombarda
- *unidades hoteleiras* sobretudo no Centro Histórico

Por seu turno, o Estudo de Desenvolvimento Estratégico, centrado somente na UGAU do Centro Histórico, incide num espaço bastante restrito que inclui os quarteirões do Morro da Sé e do Mouzinho/Flores.

O Plano de Gestão foca a sua estratégia no Centro Histórico, mas divide-o em dez quarteirões para uma melhor definição e gestão das ações. Identifica, no que se refere à economia cultural, as áreas com potencial estratégico em termos de galerias de arte, criatividade e música, designadamente as Ruas Miguel Bombarda, Mouzinho da Silveira e Flores e o Mercado Ferreira Borges, respetivamente.

Por sua vez, o Programa de Ação Para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé incide nos quarteirões do Morro da Sé, onde se pretende introduzir dois empreendimentos, – um localizado na Rua dos Pelames, muito próximo à Rua Mouzinho da Silveira e outro nas Ruas da Bainharia e Pena Ventosa –, que deverão contribuir para a promoção da economia cultural.

O Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, centrado nos quarteirões Mouzinho/Flores, foca a sua atenção nos serviços culturais, de educação artística e de fruição cultural associados sobretudo à Rua das Flores.

Verifica-se, desta forma, a promoção da economia cultural tem, ao longo dos anos, feito parte das estratégias de atuação delineadas pela Porto Vivo, SRU. Todavia, deteta-se uma diferenciação das escalas, ainda que, na prática, o foco incida em áreas específicas e comuns às estratégias programadas.

3.3.7.2. Estratégia Funcional

O Estudo Estratégico incide amplamente na ideia de que a criação de habitats criativos pode contribuir para a renovação da economia urbana. Por tal facto, apoia-se em estratégias direcionadas para a animação cultural (por exemplo, em cafés e livrarias) e para a atração de profissionais das artes e do espetáculo que possam contribuir para o desenvolvimento das indústrias criativas. Além disso, salienta a necessidade de melhorar as atividades de suporte à atividade turística, nomeadamente o comércio, a restauração e alojamento.

Já o *Masterplan* também define estratégias que vão de encontro ao desenvolvimento da economia cultural, nomeadamente a promoção de atividades relacionadas com a criatividade individual como é o caso, por exemplo, do *design* ou do *marketing*. Incrementa ainda o aproveitamento do potencial da cidade para o aparecimento de atividades de suporte ao turismo, designadamente as unidades de acomodação, e ainda o desenvolvimento de uma oferta cultural variada, onde espetáculos e eventos sejam distribuídos pelas principais ruas e equipamentos culturais da cidade, a fim de aproveitar a arte e animação para a sua revitalização física e socioeconómica. Assim, de acordo com a estratégia espacial, várias atividades relacionadas com domínios culturais são associadas a determinadas ruas.

Relativamente ao Estudo de Desenvolvimento Estratégico, este criou um conjunto de projetos relacionados com três vetores de intervenção, designadamente as atividades económicas e turismo, o espaço público e segurança e a cultura e animação urbana, grandemente associados à promoção da economia cultural. Deste modo, por um lado, pretende-se criar melhores condições de acolhimento para os turistas e visitantes, não só através da divulgação eficaz da informação turística, mas também dotando os profissionais de conhecimentos aprofundados acerca do Centro Histórico. Por outro lado, o objetivo passa por contribuir para o aumento da atratividade do lugar, por forma a que se instalem empresas (nas áreas artísticas e da criatividade) e se modernize a oferta comercial.

No Plano de Gestão, a estratégia passa por aproveitar a regeneração física do edificado, orientando-o para funções culturais e valorizando a indústria turística, dado que esta potencia o aparecimento de novas infraestruturas e serviços de apoio, como é o caso da restauração e da oferta hoteleira. Pode afirmar-se que a estratégia se direciona para a consolidação da economia da base criativa, para a valorização do património e para a promoção de iniciativas e atividades que se apoiem o turismo.

Adicionalmente, no Programa de Ação focado no Morro da Sé, destaca-se com o projeto relacionado com a conversão do edificado residencial para o aparecimento de uma unidade de alojamento turístico, com vista à criação de novas dinâmicas associadas ao aparecimento de atividades económicas direcionadas aos turistas, e também a residência universitária.

No que ao Programa de Ação do Eixo Mouzinho/Flores diz respeito, o foco incide na revitalização do lugar através de operações vocacionadas para a promoção de serviços culturais, de educação artística e de fruição cultural, o que por sua vez contribuirá para o aparecimento de atividades associadas à criatividade, ao turismo e à cultura.

Em suma, o carácter abrangente das estratégias analisadas revela que as medidas delineadas beneficiam a economia cultural na cidade. Concluiu-se que todas as fontes documentais alvo de estudo demonstram, sem dúvida, que a Porto Vivo, SRU tem em consideração a promoção da economia cultural.

3.3.7.3. Estratégia Institucional

Em relação ao Estudo Estratégico, este é desenvolvido por uma equipa técnica da FEUP, a quem incumbe sugerir articulações estratégicas para a concretização das propostas, onde se incluem parceiros públicos e privados, de carácter económico e social.

No caso do *Masterplan*, este é delineado pela Porto Vivo, SRU, a quem compete construir e implementar as atuações, embora sempre dependente de terceiros na concretização dos projetos. Nesta medida, são considerados, no que diz respeito à promoção da economia cultural, vários parceiros públicos e privados, de carácter social e económico.

Acresce que, resulta da análise do Estudo de Desenvolvimento Estratégico que este é também orientado pela Porto Vivo, SRU, aliada a vários agentes, que definiram um alargado conjunto de possíveis atores públicos e privados relacionados com a vertente económica e social para ajudarem na concretização dos vários projetos.

Por sua vez, o Plano de Gestão, coordenado pela Porto Vivo, SRU e CMP, também definiu um conjunto extenso de entidades públicas e privadas de carácter económico e social para o auxílio na efetivação dos projetos idealizados.

Por fim, os Programa de Ação relativos ao Morro da Sé e ao Eixo Mouzinho/Flores, são coordenados pela Porto Vivo, SRU e apoiados pelas PRU, sendo ambos executados a partir de uma parceria público-privada.

Em síntese, todas as estratégias possuem como ponto comum a coordenação realizada pela Porto Vivo, SRU e o apoio previamente definido de possíveis agentes públicos e privados que se devem envolver nos projetos, tendo em vista a concretização dos objetivos. Tal não acontece nos Programas de Ação que se suportam na parceria para elaborar as correspondentes ações a concretizar.

3.4. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO: PRINCIPAIS RESULTADOS NO CENTRO HISTÓRICO

No seguimento da exposição das estratégias delineadas pela Porto Vivo, SRU e incidindo essencialmente a atenção nas ações que estão relacionadas com a promoção da economia cultural, surge a necessidade de compreender em que medida tais propostas tiveram implicações no território.

O foco incidirá somente no Centro Histórico, porquanto se revela essencial estreitar o espaço em análise já de si extenso e atendendo ainda à falta de disponibilidade/produção de documentos voltados para a divulgação das consequências das estratégias implementadas. Portanto, a análise focar-se-á nos resultados do Plano de Gestão do Centro Histórico Património Mundial e dos Programas de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé e do Eixo Mouzinho/Flores, sendo que, para tal, se irá recorrer a um conjunto de documentos que registam o grau de realização e impacte das intervenções, nomeadamente:

- i. Relatório de Monitorização do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial (2011, 2012, 2013)
- ii. Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico (2014)
- iii. Morro da Sé: um passado para o futuro (2015)

A Porto Vivo, SRU salienta a importância de divulgar os resultados alcançados, de modo a poder evidenciar os contributos para o processo de revitalização da cidade e do Centro Histórico (Porto Vivo, SRU 2014b). Assim, fazendo uso de fontes documentais, será traçado o caminho realizado até aos dias de hoje, demonstrando as mudanças que, no que diz respeito à promoção da economia cultural, resultaram das estratégias e determinaram a construção de novas dinâmicas.

3.4.1. RELATÓRIO DE MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO PATRIMÓNIO MUNDIAL

No Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial, a monitorização é realizada através da elaboração de relatórios anuais. O último, referente a 2012, é o mais recente documento que sintetiza as principais mudanças desde 2008, através da análise de dados estatísticos que permitem fazer a comparação com o ano zero.

Os indicadores de análise foram determinados pela Porto Vivo, SRU e servem para medir o grau de realização das propostas, mas o carácter dinâmico do Centro Histórico pode levar à substituição de indicadores por outros mais apropriados ao contexto.

Deste modo, no que diz respeito do *Eixo do Património*, o principal objetivo é o de assegurar a proteção e conservação do Centro Histórico, contrariando situações de degradação e valorizando o edificado. Neste âmbito, o relatório de monitorização demonstra que importantes modificações aconteceram, as quais se podem verificar no Quadro 14.

Quadro 14 – Estado de conservação das parcelas (Nº)

	Bom	Médio	Mau	Péssimo	Em obras
2012	569	669	400	53	103
2008	443	649	575	78	51

Fonte: Porto Vivo, SRU (2013, 34)

Assim, nos últimos cinco anos, o Centro Histórico registou uma diminuição das parcelas em mau e péssimo estado de conservação e um aumento daquelas que detêm um bom e médio estado e se encontram em obras, esclarecendo, desta forma, a importância do processo de reabilitação que o Plano de Gestão exerce sobre o Centro Histórico.

Relativamente ao *Eixo do Turismo*, o grande objetivo relaciona-se com a promoção da excelência turística, associada ao aproveitamento do património, assim como à melhoria das condições de acolhimento para receber os turistas e visitantes.

Quadro 15 – Turismo (Nº)

	2008	2010	2011	2012
Hotéis	4	4	7	8
Hostels	2	7	9	19
Restaurantes	-	178	174	180
Espaços Comerciais	890	702	649	629
Museus	10	11	11	13
Galerias de Arte	5	9	5	5
Percursos Turísticos	-	29	30	34
Serviços Turísticos	-	9	17	25
Visitantes nos Postos de Turismo	-	98 125	135 620	190 335*

* Os Postos de Turismo da Ribeira e da Casa da Câmara localizam-se no Centro Histórico, mas por o da Ribeira ter funcionado apenas até 31 de Agosto (92 738 visitantes), adicionaram-se os dados do Posto Turismo do Centro (97 597).

Fonte: Porto Vivo, SRU (2013)

Neste âmbito, o Quadro 15 evidencia a evolução dos serviços de suporte ao turismo. Concretamente, observe-se a oferta hoteleira, na qual se verificou um aumento de hotéis, ainda que tenham sido os *hostels* que mais cresceram no Centro Histórico. De acordo com o relatório de monitorização trata-se do reflexo do crescente interesse dos investidores e da procura que advém do aumento de turistas e

visitantes, facto que, simultaneamente, promove a reabilitação do edificado, cria emprego e atrai outros estabelecimentos relacionados com a atividade turística.

A restauração regista a abertura de alguns espaços, resultado da maior aposta na remodelação dos estabelecimentos existentes, desenhando-se assim, de acordo com relatório de monitorização, um novo perfil nesta área.

Por outro lado, os espaços comerciais diminuíram significativamente, mas esta perda resulta do seu encerramento ou realocação provisória, consequência do processo de reabilitação. Além disso, o relatório de monitorização considera que as obras em curso em determinados quarteirões irão contribuir para o aparecimento de novos ou renovados estabelecimentos.

Os museus apresentam uma evolução constante, enquanto as galerias de arte registam uma diminuição. A oferta de percursos e serviços turísticos aumentou, havendo também uma subida exponencial do número de visitantes no Centro Histórico.

No que se refere ao *Eixo das Indústrias Criativas*, ao abrigo do qual o Plano de Gestão tem como objetivo “*potenciar e aproveitar o crescente interesse pela investigação e uso da criatividade enquanto fonte geradora de inovação e empreendedorismo e de crescimento das áreas urbanas*” –, as atividades relacionadas com as indústrias criativas aumentaram, tal como se pode verificar no Quadro 16 (Porto Vivo, SRU 2013, 239).

Quadro 16 – Indústrias criativas e culturais (Nº)

	2008	2010	2011	2012
Indústrias Criativas	103	115	141	165

Fonte: Porto Vivo, SRU (2013, 240)

Atente-se que o relatório de monitorização, referente ao ano de 2012, registou um aumento das indústrias culturais nos últimos anos e cartografou os equipamentos culturais e as atividades criativas existentes no território, podendo observar-se a sua distribuição na Figura 35.

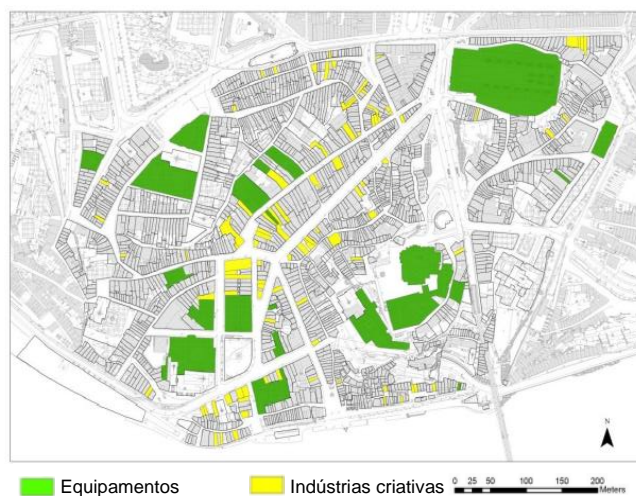


Fig. 35 – Indústrias criativas no Centro Histórico em 2012

Fonte: Porto Vivo, SRU (2013, 241)

Nesta fase, importa também apresentar alguns indicadores específicos que produzem um melhor entendimento relativamente à evolução deste sector.

Assim, observando o Quadro 17, no que se refere às infraestruturas criadas com o objetivo de estimular o desenvolvimento do *cluster* criativo, em 2012 registaram-se doze infraestruturas de apoio, como é o exemplo do Palácio das Artes – Fabrica de Talentos (Fundação da Juventude) ou o Hard Club (Mercado Ferreira Borges).

Já a oferta de serviços de suporte à criatividade, tal como o *Oporto Laboratory of Architecture and Design* (Opo LAB) ou a Agência para o Desenvolvimento das Indústrias Criativas (ADDICT), registou um acréscimo em 2011, mas uma acentuada diminuição em 2012.

Quadro 17 – Desenvolvimento do *cluster* criativo (Nº)

	2010	2011	2012
Infraestruturas criadas para estimular o desenvolvimento do Cluster Criativo	2	3	12
Oferta de serviços de suporte ao desenvolvimento de Indústrias Criativas	9	14	7
Instalações criativas	15	90	472

Fonte: Porto Vivo, SRU (2013, 242)

Porém, o grande destaque vai para as instalações criativas relacionadas com eventos culturais e artísticos que ocorreram no espaço público, uma vez que registaram um aumento exponencial desde 2010.

O relatório de monitorização realça também o ‘Manobras no Porto’ que, durante os anos de 2011 e 2012, “*envolveram diversas entidades, instituições, comerciantes, moradores, o próprio turista e tiveram grande impacto promovendo o património cultural e o incentivo à participação nos eventos*” (Porto Vivo, SRU 2013, 244).

No que se refere ao desenvolvimento de competências criativas, o Quadro 18 demonstra que os cursos (artísticos/criativos) lecionados no ensino profissional subiram de dez em 2010, para doze em 2012. Por sua vez, no ensino superior, houve uma descida de três em 2012 relativamente a 2010 e 2011. O número de alunos inscritos pela primeira vez em cursos (artísticos/criativos) lecionados nas escolas

Quadro 18 – Ensino criativo (Nº)

	2010	2011	2012
Cursos (artísticos/criativos) lecionados nas escolas do ensino profissional	10	11	12
Cursos (artísticos/criativos) lecionados nas escolas do ensino superior	10	10	7
Alunos inscritos pela primeira vez em cursos (artísticos/criativos) lecionados nas escolas	201	146	132

Fonte: Porto Vivo, SRU (2013, 249)

Em suma, os indicadores associados ao património revelam uma melhoria do estado de conservação do edificado. No mesmo sentido, no turismo, de uma forma geral, denota-se um reforço significativo de atividades de suporte, destacando-se sobretudo o número de *hostels* e de visitantes, enquanto, de um posto de vista mais negativo, sobressai a diminuição acentuada dos espaços comerciais.

Relativamente às indústrias criativas, aumentaram as atividades e infraestruturas de suporte, assim como as instalações criativas, pese embora o ensino criativo tenha perdido fulgor.

3.4.2. MORRO DA SÉ: UM PASSADO PARA O FUTURO

Em 2015, no relatório intitulado ‘Morro da Sé: um passado para o futuro’, a Porto Vivo, SRU apresenta o balanço das intervenções até à data resultantes das operações delineadas no Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo do Morro da Sé.

Tal como referido anteriormente, a conceção da residência de estudantes e do alojamento turístico eram as principais propostas que iriam beneficiar a área do ponto de vista da economia cultural. Porém, fortes condicionantes surgiram e impediram que as operações de realizassem. A descoberta de uma parte da muralha castreja dos primórdios do Porto impediu os trabalhos, condicionando a parceria privada e a comparticipação de fundos comunitários. Porém, a Porto Vivo, SRU refere que para ambos os equipamentos será lançado um novo procedimento concursal.

Em compensação, iniciou-se a qualificação do espaço público e a instalação e operacionalização da Unidade de Gestão de Área Urbana *“criou sinergias com outras entidades tendo em vista realizar intervenções de animação urbana ou de valorização dos mais diversos aspetos do Centro Histórico, designadamente a realização de percursos, ora mais profissionais ou técnicos, ora mais turísticos, ora para os mais jovens que vêm com as suas Escolas”* (Porto Vivo, SRU 2015, 23).

De um modo geral, entende-se que além de ser necessário investimento privado (os proprietários têm dificuldades em atuar pelo facto das rendas auferidas serem baixas), a execução da residência de estudantes e do alojamento turístico é crucial. Todavia, *“é preciso continuar a impulsionar novas frentes de revitalização e de animação urbana, sinalizar novos edifícios que possam originar mais habitações ou alojamentos locais ou novos espaços comerciais”* (Porto Vivo, SRU 2015, 28).

3.4.3. MOUZINHO/FLORES – UM EIXO DE MUDANÇA PARA O CENTRO HISTÓRICO

Em 2014, a Porto Vivo, SRU realizou, no relatório ‘Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico’, o sumário das alterações que resultaram da implementação do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores.

Neste sentido, realçou-se vincadamente o facto das intervenções no espaço público, através do benefício do peão em detrimento do tráfego automóvel, terem reforçado a atratividade do lugar, potenciando a instalação de atividades empresariais de várias áreas. Segundo a Porto Vivo, SRU, esta situação criou um perfil funcional mais moderno que oferece diferentes dinâmicas associadas à procura quotidiana e turística.

“Os artistas de rua, as esplanadas, as animações de rua criaram lugar cativo neste território” (Porto Vivo, SRU 2014a, 52).

Acresce que o Palácio das Artes – Fábrica dos Talentos assume-se como *“um polo artístico e de grande animação”* (Porto Vivo, SRU 2014, 97). Aqui, decorrem as feiras francas que contribuem para a promoção do talento criativo, permitindo também *“reavivar a história e interagir de forma dinâmica com o Centro Histórico, com a comunidade que aí vive, com o turismo e com os agentes culturais”* (Porto Vivo, SRU 2014a, 69).

Além disso, espaços como o Museu das Marionetas, o Museu da Santa Casa da Misericórdia ou ainda o *Hard Club*, instalado no Mercado Ferreira Borges, são importantes equipamentos culturais que favorecem a economia cultural do lugar.

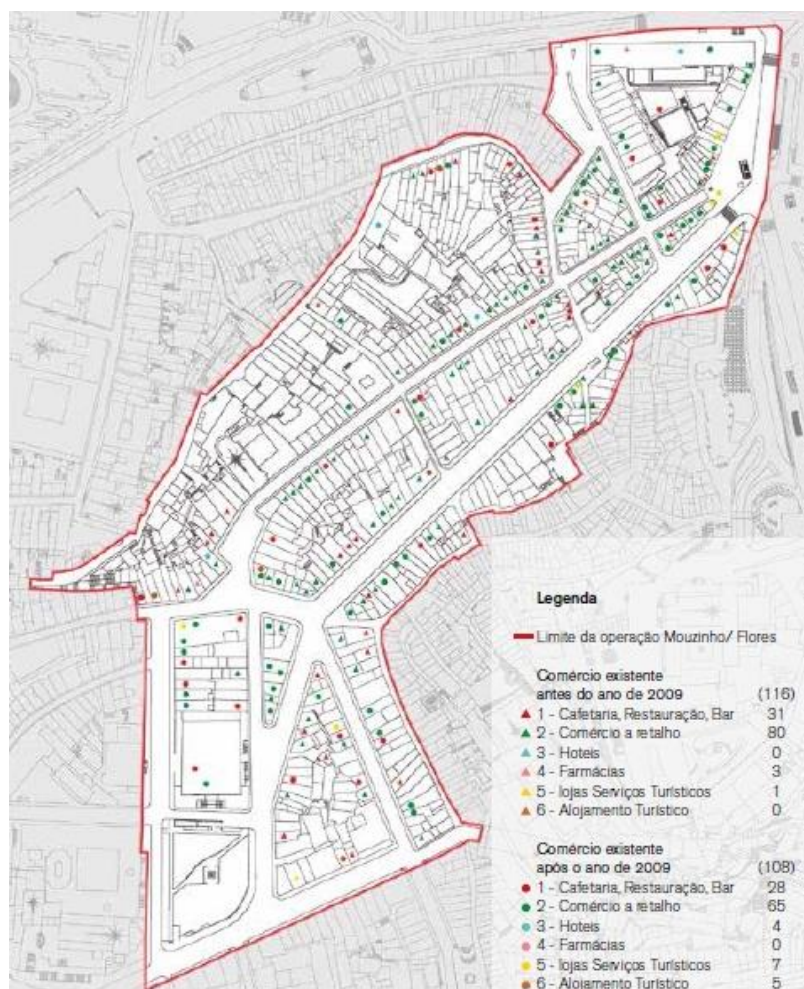


Fig. 36 – Eixo Mouzinho/Flores: novas atividades (antes e após o ano de 2009)

Fonte: Porto Vivo, SRU (2014a)

“Atividades, empresas e instituições (...) continuam a chegar e a procurar imóveis para reabilitar e se instalarem”, fazendo com que o Eixo Mouzinho/Flores se torne uma centralidade no Centro Histórico do Porto (Porto Vivo, SRU 2014a, 100). Na Figura 36 é possível observar o crescimento substancial do comércio após o começo das intervenções.

3.4.4. SÍNTESE

A presente análise documental decorre da necessidade de compreender se efetivamente as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU contribuíram para a promoção da economia cultural no centro da cidade.

Considerando o relatório de monitorização do Plano de Gestão, apesar dos esforços, registou-se uma diminuição dos espaços comerciais e das galerias de arte, ainda que, como referido anteriormente, tal

tendência esteja relacionada com a realocação provisória dos estabelecimentos resultante do processo de reabilitação. Por outro lado, grande parte dos indicadores, evidenciam o reforço significativo de atividades de suporte ao turismo, nomeadamente os *hostels* e os restaurantes.

No que diz respeito à criatividade, houve aumento do número das indústrias criativas (atividades e infraestruturas de suporte) e destacaram-se também as instalações criativas relacionadas com eventos culturais e artísticos que ocorreram no espaço público. Ainda assim, sempre se diga que o ensino criativo perdeu fulgor, sobretudo no que diz respeito ao número de alunos inscritos nos cursos artísticos e criativos.

Quanto ao Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé, os constrangimentos encontrados impediram a realização dos objetivos inicialmente estabelecidos, carecendo ainda de uma alavanca financeira que impulse a regeneração do lugar. No entanto, no Eixo Mouzinho/Flores, o apoio dos parceiros permitiu que a intervenção no espaço público estimulasse a instalação de atividades e de importantes instituições culturais.

Quadro 19 – Síntese dos resultados das estratégias de atuação baseadas na economia cultural

Documentos	Resultados da Estratégia		
	Espacial	Funcional	Institucional
Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial	Centro Histórico Maior incidência das atividades criativas nos quarteirões Mouzinho/Flores, Clérigos e Ribeira/Barredo	<ul style="list-style-type: none"> ■ aumento dos hotéis, <i>hostels</i>, restaurantes, museus, percursos e serviços turísticos e visitantes nos Postos de Turismo ■ diminuição dos espaços comerciais e galerias de arte ■ crescimento das indústrias criativas (atividades e infraestruturas de suporte) ■ aumento exponencial de eventos culturais e artísticos no espaço público ■ diminuição de alunos inscritos no ensino criativo 	Coordenação realizada pela Porto Vivo, SRU e da CMP, mas também apoiada por um conjunto de outros atores públicos e privados.
Programa de Ação Para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé	Quarteirão do Morro da Sé	<ul style="list-style-type: none"> ■ constrangimentos impeditivos da criação da Residência de Estudantes e da Unidade de Alojamento Turístico 	Apoio das PRU através de fundos comunitários do Programa Operacional ON.2. Falência de um parceiro condicionou a concretização dos projetos.
Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores	Quarteirão Mouzinho/Flores Mudanças significativas sobretudo na Rua das Flores	<ul style="list-style-type: none"> ■ modernização do Ninho de Empresas ■ realização das Feiras Francas ■ instalação do Museu e Arquivo da Santa Casa da Misericórdia ■ intervenção no espaço público potenciadora da instalação de atividades empresariais de várias áreas ■ perfil funcional mais moderno 	Apoio das PRU através de fundos comunitários do Programa Operacional ON.2. CMP, Porto Vivo, SRU, Fundação da Juventude, Associação Porto Digital e TRENMO Engenharia, S.A. foram os atores intervenientes.

Daqui decorre que a concretização de determinados projetos estabelecidos nas estratégias de atuação, contribuíram para a mudança no Centro Histórico, tal como é apresentado no Quadro 19, embora haja certos indicadores que apontam para a necessidade de mais esforços para colmatar as debilidades existentes.

Deste modo, será interessante compreender o que está atualmente a acontecer no Centro Histórico, aumentando a escala de análise e selecionando uma determinada área que terá a função exemplificativa de apresentar o que realmente existe e quais as lacunas que teimam em permanecer do ponto de vista da economia cultural.

3.5. A ECONOMIA CULTURAL NO EIXO MOUZINHO/FLORES

A área de atuação da Porto Vivo, SRU é extensa, tal como evidenciou a análise documental. Sucede, porém, que por se pretender realizar uma avaliação mais pormenorizada, torna-se importante aumentar a escala e delimitar uma área mais reduzida, que se apresente como um caso exemplificativo do impacto no território da atuação da Porto Vivo, SRU.

Com este propósito, entendeu-se que o Eixo Mouzinho/Flores seria o foco, decisão que não foi tomada de forma aleatória, uma vez que os documentos estratégicos analisados salientam, várias vezes, a existência de importantes dinâmicas culturais a ser exploradas na área.

Exemplificativamente, refira-se que o Estudo Estratégico indica que a área possui potencialidades para albergar valências mistas (artes, formação, tecnologia, residência e serviços) na Praça do Infante D. Henrique, no Largo de S. Domingos e nas Ruas Mouzinho da Silveira e Flores, bem como um elevado potencial criativo, comercial e turístico. Este estudo reforça também a necessidade de ligar o território com as atividades, os espaços de cultura, o património e o turismo.

Por sua vez, o *Masterplan* faz a associação de ruas a determinadas atividades, salientando, por exemplo, a importância de negócios associados ao artesanato e produtos regionais, à rota do ouro, ao vinho do Porto, ao *design*, decoração, moda e nova estética, às feiras e aos mercados temáticos e ainda aos hotéis.

Adicionalmente, o Plano de Gestão salienta a existência de vários nichos espaciais específicos, referindo o caso da criatividade na área pertencente às Ruas Mouzinho da Silveira e Flores e da música associada ao Mercado Ferreira Borges. Reforça ainda as potencialidades direcionadas para o acolhimento de unidades hoteleiras, de serviços e de comércio de qualidade que possua características que atraiam os residentes, os jovens, os turistas e os visitantes.

Para além do exposto, o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores refere a necessidade de promover a inovação e a criatividade através do aproveitamento das dinâmicas existentes, da articulação entre a atividade empresarial e os meios académico, artístico e cultural, e ainda da melhoria de polos de animação.

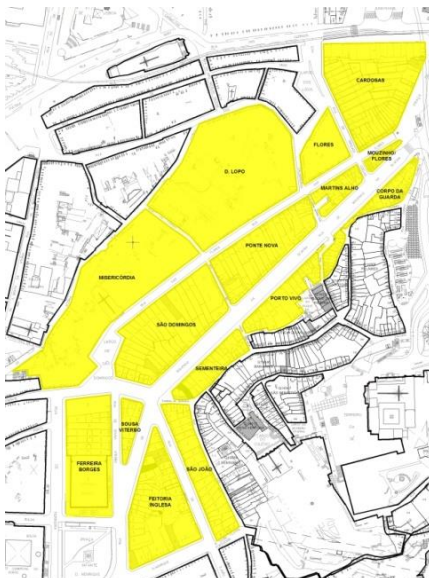


Fig. 37 – Delimitação do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores

Fonte: Porto Vivo, SRU (2014d)

Assim, a seleção da área prende-se com o facto de esta possuir potencial e deter características que fomentam o aparecimento de atividades económicas associadas à economia cultural.

Deste modo, irá ser adotada a delimitação do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores, apresentada na Figura 37. Esta constitui-se por 15 quarteirões que abrangem uma área de cerca de 11 hectares, correspondente a 22,5% do total do Centro Histórico Património Mundial.

3.5.1. PERFIL DAS ATIVIDADES

A necessidade de adoção de um modelo de classificação da economia cultural fez com que se seleccionasse o quadro de referência da UNESCO, previamente apresentado no Quadro 8, por se considerar o mais adequado às especificidades da área de estudo, em virtude de nem todas as classificações apresentadas se adequarem a contextos urbanos Património Mundial, como é o caso do Centro Histórico do Porto.

A definição de cultura empregada pelo quadro está baseada em *domínios culturais, relacionados e transversais* com o intuito de medir as atividades, bens e serviços culturais gerados no território.

Neste sentido, os *domínios culturais* dizem respeito a um conjunto de atividades económicas (produção de bens e serviços) e sociais (participação em eventos culturais), onde são agrupadas indústrias, atividades e práticas culturalmente produtivas e ainda as indústrias criativas, ilustradas no Quadro 8, que se agrupam da seguinte forma:

- A. Património Cultural e Natural
- B. Atuações e Celebrações
- C. Artes Visuais Artesanais
- D. Livros e Imprensa
- E. Meios Audiovisuais e Interativos
- F. *Design* e Serviços Criativos

Os *domínios relacionados* abrangem outras atividades económicas, sociais e recreativas consideradas parcialmente culturais, nomeadamente:

- G. Turismo
- H. Desporto e Recreação

Adicionalmente surgem os *domínios transversais*, que podem aplicar-se aos outros domínios e se caracterizam por incluir elementos e atividades de natureza cultural, designadamente:

- Educação e Capacitação
- Arquivo e Preservação
- Equipamento e Materiais de Apoio

No entanto, de modo a evitar a dupla contabilização, cada atividade apenas se pode classificar uma única vez. Por exemplo, a música pode pertencer ao domínio ‘Audiovisual’ e ‘Atuações e Celebrações’, uma vez que inclui componentes de música ao vivo (atuações) e gravada (audiovisual), mas quando abarca mais que um domínio, deve priorizar-se o conteúdo cultural em detrimento da forma que este pode adquirir posteriormente.

Usero e Brío (2011) afirmam que o quadro da UNESCO contribuiu de forma significativa para a literatura existente, uma vez que permite clarificar o debate criativo-cultural, em virtude de ser uma

ferramenta que facilita a produção de dados e ajuda a comparação internacional da informação gerada a nível nacional.

Deste modo, a classificação da UNESCO oferece uma base conceptual que permite entender o que é cultural e assim avaliar as contribuições da cultura na economia urbana.

O trabalho de campo servirá para realizar, por observação, um levantamento funcional. Quando necessário, fazendo uso de plataformas digitais para auxiliar na deteção de atividades que não estejam claramente visíveis, pretende-se determinar o perfil que estas têm na área de estudo, utilizando o quadro de referência da UNESCO. Verificar-se-á, simultaneamente, a especificação dessas atividades, disponíveis no Anexo 2, para um maior rigor na determinação do perfil, com o intuito de se aferir as dinâmicas presentes e identificar as debilidades que mais sobressaem.

3.5.1.1. O Quadro de Referência da UNESCO

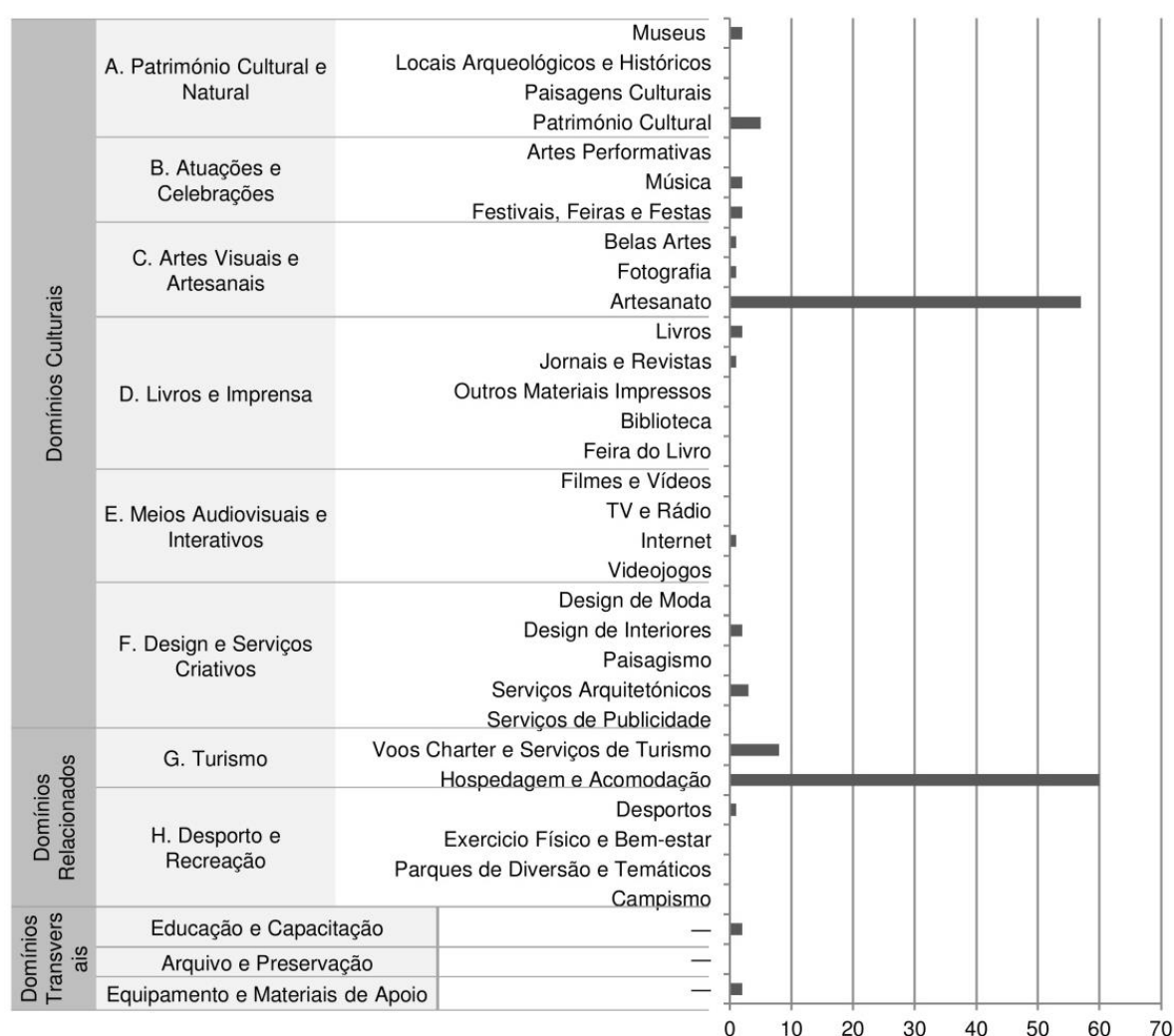


Gráfico 1 – Perfil das atividades relacionadas com a economia cultural (Nº)

a) Domínios Culturais

O domínio *Património Cultural e Natural* caracteriza-se essencialmente pelos *Museus* (2), definidos como uma instituição permanente, aberta ao público, que expõe o património, e pelo *Património Cultural* (5), onde se identificam monumentos, edificações de importância histórica e antiguidades. Não se registam, porém, *Locais Arqueológicos e Históricos* e *Paisagens Culturais*.

Nas *Atuações e Celebrações*, as *Artes Performativas* não tem qualquer representatividade, mas há pontualmente eventos de natureza formal. Já as intervenções por iniciativa própria têm elevada importância, havendo vários artistas que utilizam a Rua das Flores para mostrar os seus talentos ligados, por exemplo, à dança ou à música. Relativamente aos *Festivais, Festas e Feiras* (2), registam-se duas feiras. A presença de venda de instrumentos musicais e de apresentações gravadas e ao vivo atribuem à *Música* (2) alguma representatividade.

No domínio das *Artes Visuais e Artesanais*, onde as formas de arte apelam ao sentido estético, as *Belas Artes* (1) estão representadas pela pintura, havendo ainda uma instituição ligada à *Fotografia* (1).

De forma destacada, urge salientar o papel do *Artesanato* (57). Este sector diz respeito a produtos caracterizados “*pelos naturezas distintivas, que podem ser utilitárias, estéticas, artísticas, criativas, vinculadas à cultura, decorativas, funcionais, tradicionais, e religiosa ou socialmente simbólicas e significativas*” (UNESCO 2009, 26).

No domínio *Livros e Imprensa* deteta-se uma baixa representatividade, dado que apenas se apresentam publicações em formatos de *Livros* (2), *Jornais* e *Revistas* (1), carecendo, portanto, de *Outros Materiais Impressos* com um uso final predominantemente cultural, de *Bibliotecas* e de *Feiras de Livros*.

Os *Meios Audiovisuais e Interativos*, que incluem elementos como a difusão por *Filmes* e *Vídeos*, *Televisão* e *Rádio*, *Internet* e *Videojogos*, detêm uma fraca representatividade no Eixo Mouzinho/Flores, uma vez que a expressão cultural apenas está acessível através da *Internet* (1).

O *Design e Serviços Criativos* abrangem as “*atividades, bens e serviços associados com o design criativo, artístico e estético de objetos, edificações e paisagens*” (UNESCO 2009, 29). Neste ponto, detetaram-se apenas serviços associados ao *Design de Interiores* (2) e à *Arquitetura* (3), havendo total inexistência no que diz respeito ao *Design de Moda*, ao *Paisagismo* e à *Publicidade*.

De uma forma geral, verifica-se uma reduzida diversidade de atividades, sendo que o *Artesanato* se apresenta claramente dominante, situação que é notória no Gráfico 1.

b) Domínios Relacionados

Nem sempre o *Desporto*, a *Recreação* e o *Turismo* são considerados atividades culturais, mas por representarem elementos que podem ter um carácter cultural designam-se, no quadro da UNESCO, por *Domínios Relacionados*.

O *Turismo* está extremamente ligado a outros domínios do sector cultural, uma vez que cada um destes contém atividades que os turistas realizam.

Neste domínio incluem-se tanto as atividades relacionadas com *Serviços de Turismo* (8), sobretudo associadas a guias e operadores turísticos, – que no Eixo Mouzinho/Flores detêm elevada representatividade –, como aquelas associadas aos *Serviços de Hospedagem e Acomodação* (60), os quais evidenciam possuir grande destaque no território.

No domínio do *Desporto e Recreação* incluem-se *Desportos* (1) organizados e/ou competitivos, assim como atividades associadas ao *Bem-estar*, ao relaxamento, que divertem e entretêm. Aqui, consideram-se também os *Parques de Diversão e Temáticos*, assim como outras atividades ao ar livre como é o caso do *Campismo*. Há, no entanto, uma reduzida representatividade, detetando-se apenas uma atividade de venda de artigos desportivos.

Pode concluir-se, assim, que as intenções no Eixo Mouzinho/Flores se focam em oferecer atividades de suporte ao turismo, uma vez que os *Serviços Turísticos* e de *Hospedagem e Acomodação* têm um peso muito significativo no território.

c) Domínios Transversais

Os *domínios transversais* fazem parte do ciclo cultural através da produção e difusão da cultura. No eixo Mouzinho/Flores detetou-se a existência de instituições que se dedicam à *Educação e Capacitação* (2), onde se desenvolvem competências que irão promover a criação de bens culturais e criativos. Além disso, também se fornece *Equipamento e Materiais de Apoio* (2) que facilitam a criação, a produção e a difusão de bens e serviços culturais.

Não se identificaram, contudo, funções relacionadas com o *Arquivo e Preservação*. Ainda assim, é de referir que este domínio pode estar presente em cada um dos domínios culturais como é o caso, por exemplo, das belas artes, da fotografia, dos livros ou dos museus, mas, como já se alertou, para efeitos de contabilização apenas se pode classificar a atividade uma única vez.

3.5.1.2. A Distribuição Espacial das Atividades

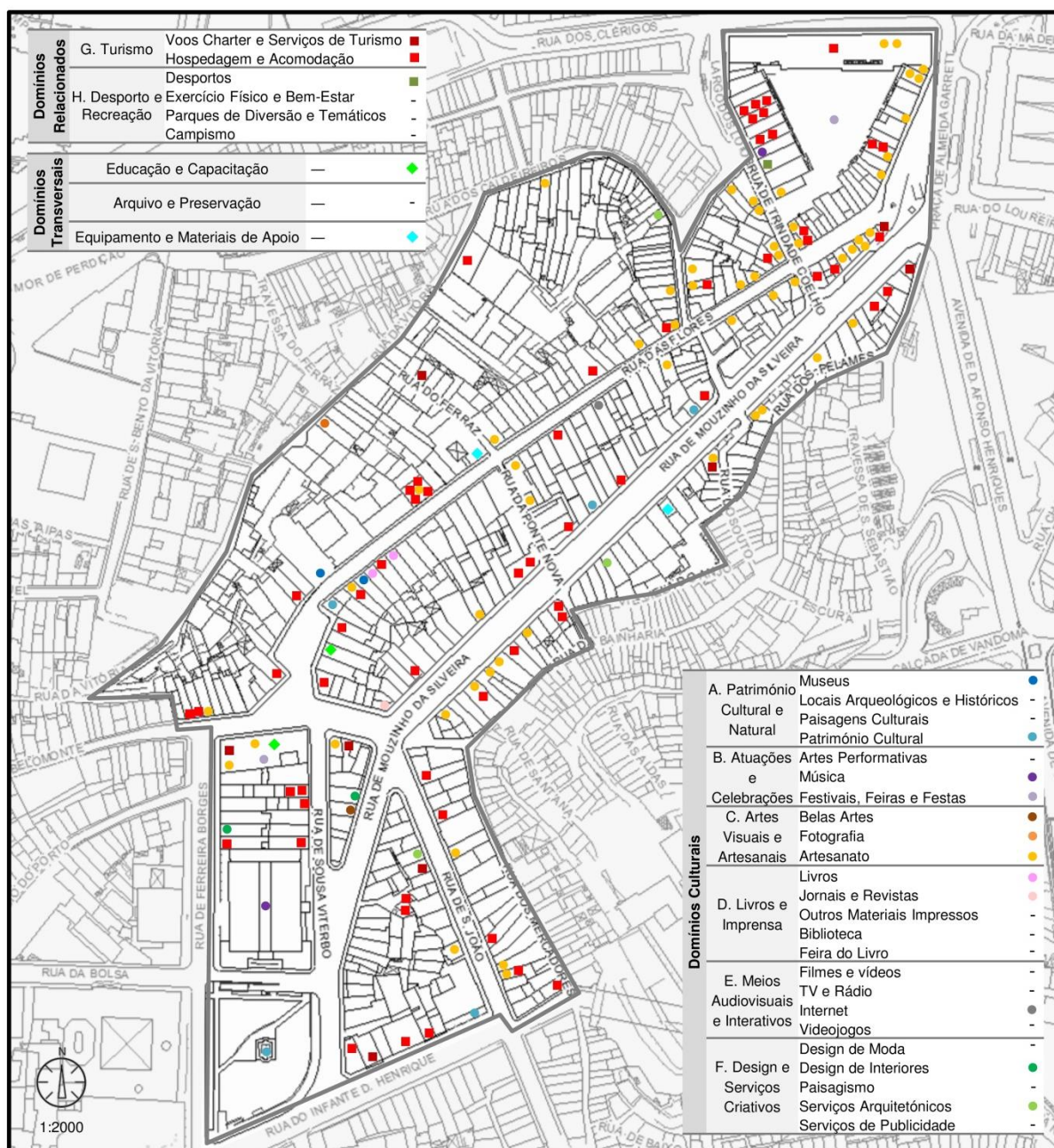


Fig. 38 – Distribuição espacial das atividades relacionadas com a economia cultural

Na Figura 38 é apresentada a distribuição espacial das atividades, onde se pode comprovar o claro domínio do *Artesanato*, presente essencialmente nas Ruas Mouzinho da Silveira e Flores, mas com maior destaque nos quarteirões mais próximos das estações de Metro e Comboios.

Em realce visível estão também os *Serviços de Hospedagem e Acomodação*, embora estes não possuam um carácter padronizado no território, já que se distribuem um pouco por todo o espaço.

Por seu turno, as atividades nas ruas limítrofes apresentam pouca relevância, em virtude das condições débeis do edificado e dos problemas de insegurança condicionarem a fixação de qualquer tipo de negócios.

Conclui-se, portanto, que o perfil das atividades relacionadas com a economia cultural indica que há uma reduzida diversificação, porquanto se afirma um domínio esmagador do *Artesanato* e dos *Serviços de Hospedagem* e uma representatividade reduzida de outras atividades.

3.5.2. PERCEÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS

Saber o entendimento dos agentes envolvidos no processo de regeneração permite compreender, através dos vários pontos de vista, em que medida as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU beneficiam a economia cultural.

Para tal, a realização de entrevistas aos proprietários ou funcionários das empresas e às instituições culturais identificadas aquando da elaboração do perfil funcional, assim como à Porto Vivo, SRU, é fundamental para recolher a perceção de cada entidade.

Assim, foram produzidas as matrizes dos inquéritos por entrevista – disponíveis no Anexo 3, estruturando-as por partes, tal como é apresentado no Quadro 20.

Quadro 20 – Estrutura dos inquéritos por entrevista

Porto Vivo, SRU (Anexo A3)	Tecido Empresarial (Anexo A3)	Tecido Institucional (Anexo A3)
i. Caracterização das atividades/ instituições culturais	i. Considerações gerais	i. Caracterização da instituição
ii. Os documentos estratégicos	ii. Caracterização da atividade	ii. Dinâmicas de localização
iii. A economia cultural segundo a UNESCO	iii. Dinâmicas de localização	iii. Porto Vivo, SRU e cooperação com outros agentes
iv. Operacionalização	iv. Porto Vivo, SRU e cooperação com outros agentes	iv. Perspetivas futuras
v. Processo de intervenção e situação atual	v. Perspetivas futuras	

Constituída por questões de resposta aberta e fechada, a entrevista à Porto Vivo, SRU pretende entender qual o parecer desta instituição acerca do que está atualmente a acontecer no Eixo Mouzinho/Flores. Será confrontada a informação existente nos documentos estratégicos, – que salienta a importância de reforçar as dinâmicas culturais, assim como o perfil funcional baseado nas atividades relacionadas com a economia cultural, de modo a que se possa questionar o porquê da reduzida diversificação de negócios.

Mencionar-se-ão também as parcerias com o intuito de se conhecer quais os principais atores envolvidos, mas também em que é que se traduz a coordenação entre a Porto Vivo, SRU e as empresas e instituições culturais.

Por último, abordar-se-á a situação atual no que diz respeito ao papel da Porto Vivo, SRU na revitalização do lugar, assim como os principais problemas que condicionam a promoção da economia cultural.

Relativamente ao tecido empresarial e institucional cultural, as questões também foram previamente estruturadas, de modo a que se possam obter resultados uniformes que possibilitem a comparação dos pontos de vista. Pretende-se compreender, por exemplo, quais as dinâmicas de localização, se houve

apoios à instalação e quais as principais vantagens e problemas da área. Além disso, almeja-se esclarecer em que é que se traduz a relação com a Porto Vivo, SRU e se existe real cooperação com outros agentes. De uma forma geral, procura-se saber em que medida o papel da Porto Vivo, SRU é importante no apoio, direto ou indireto, às atividades e instituições culturais.

Assim, depois da realização de um total de trinta entrevistas, vinte e seis realizadas ao tecido empresarial, três ao tecido institucional cultural e uma à Porto Vivo, proceder-se-á à apresentação dos resultados obtidos, pese embora, no caso do tecido empresarial, por a amostra possuir maior representatividade, recorrer-se-á à exibição dos dados em formato de gráfico para uma melhor leitura e interpretação da informação.

3.5.2.1. Entrevista à Porto Vivo, SRU

i. Caracterização das atividades / instituições culturais

A Porto Vivo, SRU refere que as atividades existentes no Eixo Mouzinho/Flores se dirigem a todos, nomeadamente aos turistas estrangeiros, a visitantes nacionais e aos locais, não identificando claramente o público-alvo.

Acerca de possíveis atividades que descaracterizem o lugar, é mencionado que há cada vez menos e que a tendência normal é que estas saiam por iniciativa própria.

É ainda reforçada a ideia de que a área tem potencial para albergar atividades de carácter criativo, turístico e cultural e que atualmente a oferta existente é suficiente para atender à procura, não havendo, portanto, carências a apontar.

Relativamente ao papel das instituições culturais, a Porto Vivo, SRU considera que estas contribuem para a dinamização do espaço envolvente através das iniciativas que desenvolvem, quer no interior dos edifícios, quer no espaço público.

ii. Os documentos estratégicos

No que se refere aos vários documentos estratégicos que salientam a existência de importantes dinâmicas a ser exploradas no Eixo Mouzinho/Flores, a Porto Vivo, SRU considera que as ideias propostas do Estudo Estratégico (potencial criativo, comercial e turístico; valências mistas [artes, formação, tecnologia, residência e serviços]) e do Plano de Gestão (potencial associado à criatividade; aposta em unidades hoteleiras, serviços e comércio; atração de residentes, jovens, turistas e visitantes) se repercutiram na sua totalidade no Eixo Mouzinho/Flores.

Por outro lado, o *Masterplan* (importância de atividades associadas ao artesanato e produtos regionais; rota de ouro; vinho do porto; *design*, decoração, moda e nova estética; feiras e mercados temáticos; hotéis) e o Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores (utilização da inovação e da criatividade; articulação entre a atividade empresarial e meios académico, artístico e cultural; polos de animação) apresentam propostas que não foram colocadas em prática.

Ainda neste contexto, relativamente ao Relatório de Monitorização do Plano de Gestão que aponta o decréscimo de espaços comerciais no Centro Histórico, a Porto Vivo, SRU explica que se trata mais de um problema de ordem física – emparcelamento ou edifícios em obras, do que de carácter económico, uma vez que há cada vez mais atividades e maior dinâmica.

Por fim, é salientado o carácter vantajoso de ligar a área com atividades criativas, espaços de cultura, património e turismo, mas a Porto Vivo, SRU refere que não é uma ação urgente.

iii. A economia cultural segundo a UNESCO

No que diz respeito ao perfil da economia cultural e reforçando a ideia da falta de diversificação das atividades, a Porto Vivo, SRU esclarece que nada pode fazer para contrariar a elevada representatividade do artesanato e das unidades de alojamento turístico, uma vez que afirma não ter competência para restringir a instalação de qualquer atividade que apresente os requisitos legalmente definidos para a sua fixação.

Porém, apresentando o quadro de referência da UNESCO e questionando quais seriam as atividades merecedoras de maior atenção, foram salientadas as Belas Artes, a Feira do Livro, o *Design* de Moda e o *Design* de Interiores.

Ainda neste sentido e referindo que a transformação do edificado degradado em unidades de alojamento turístico tem sido cada vez mais recorrente, questionou-se acerca do risco de haver descaracterização do lugar, em virtude de se apostar essencialmente na atração de turistas em detrimento dos moradores. A Porto Vivo, SRU concorda com esta ideia e afirma que é importante encorajar mecanismos de requalificação da instalação de unidades turísticas e de alojamentos locais, uma vez que há demasiado facilitismo nesse processo.

iv. Operacionalização

No que toca à promoção da economia cultural, as principais parcerias da Porto Vivo, SRU que ajudam a potenciar o aumento da atratividade para a instalação de empresas relacionadas com atividades culturais, criativas e turísticas, são sobretudo a Fundação da Juventude, a Porto Digital e a ADDICT.

A coordenação entre a Porto Vivo, SRU e as empresas e instituições culturais traduzem-se na criação de eventos/iniciativas e na divulgação de espaços para a instalação (aconselhamento).

v. Processo de intervenção e situação atual

A Porto Vivo, SRU refere que a regeneração física tem sido utilizada como estratégia para orientar o património para funções criativas, turísticas e culturais, através da regeneração do espaço público como acontece no caso da Rua das Flores. No entanto, no que diz respeito à utilização de talentos criativos para intervencionar edifícios, até agora não se registou qualquer operação, sendo, contudo, uma possibilidade a considerar.

Relativamente às principais ações que contribuíram para a revitalização do lugar, as intervenções no edificado e no espaço público apresentam-se como as primordiais. Todavia, no que se refere aos principais fatores que condicionam a promoção da economia cultural, a degradação/abandono do edificado e a subida dos valores no mercado de arrendamento são referidas pela Porto Vivo, SRU como as principais condicionantes.

Atualmente prevê-se a continuação da utilização das indústrias criativas, do turismo e da cultura como forma de impulsionar o desenvolvimento de novas dinâmicas no Eixo Mouzinho/Flores, sendo salientado que o aumento do número de eventos e a geração de ações partilhadas pelos comerciantes e instituições locais são fundamentais para atingir esse objetivo.

Finalizando e referindo o facto de haver necessidade em articular tais atividades com outros serviços e usos, de modo a que não haja excessiva dependência da presença de turistas, a Porto Vivo, SRU refere que é importante promover a re-habitação, devendo isto ser considerado numa lógica de regulação do licenciamento do alojamento local, para o qual uma mera ação de inscrição no *site* do Instituto do Turismo transforma uma normal habitação num espaço para acolhimento de turistas/residentes de curta duração.

3.5.2.2. Entrevista ao Tecido Empresarial

i. Considerações gerais

Os proprietários/funcionários das atividades inquiridas encontram-se essencialmente na faixa etária 25-34 anos (35%), mas o grupo dos 35-44 anos (27%) tem também elevada representatividade, ao contrário daquele com <25 anos, que regista 0%.

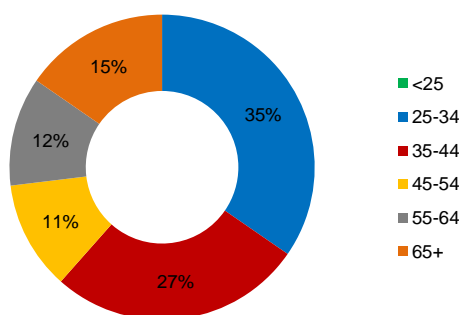


Gráfico 2 – Grupo etário (%)

As habilitações literárias são elevadas. O ensino superior é o nível de escolaridade dominante (50%), seguido de perto pelo secundário (42%). De notar que apenas se registaram três níveis de escolaridade, sendo que o menos representativo é o básico – 1º ciclo (8%).

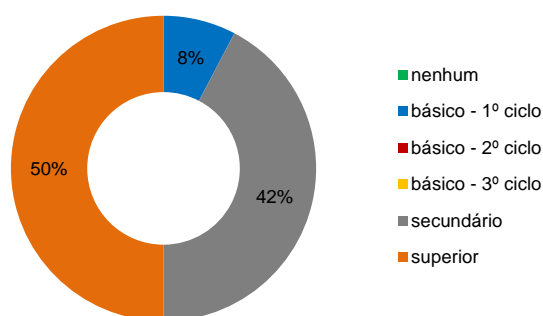


Gráfico 3 – Nível de escolaridade (%)

Ainda neste contexto, verificou-se que a maioria dos inquiridos é apenas funcionário da empresa (62%). De salientar que 23% realiza dupla função, sendo proprietário e funcionário.

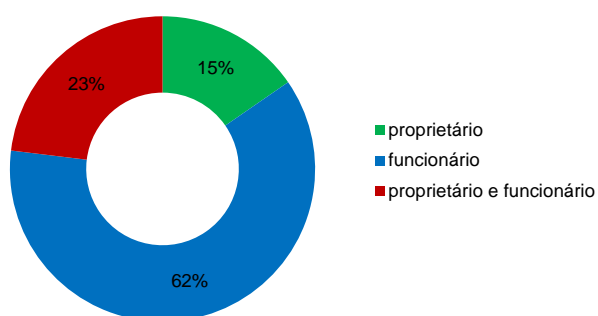


Gráfico 4 – Função (%)

ii. Caracterização da atividade

Relativamente ao ano de instalação das atividades, 73% fixaram-se depois de 2010, o que indica que a maioria das empresas é recente.

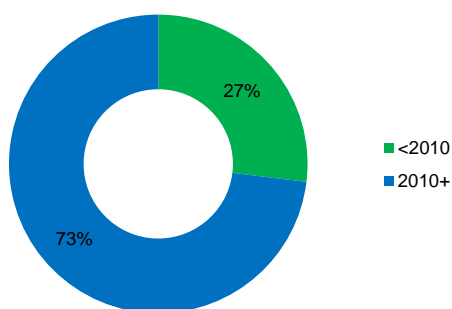


Gráfico 5 – Ano de instalação da atividade (%)

O horário de funcionamento tem um padrão semelhante, normalmente entre as 10:00 e as 19:00.

O público-alvo é nitidamente o turista estrangeiro (73%), sendo este também o que mais contribuiu para o volume de negócios (86%).

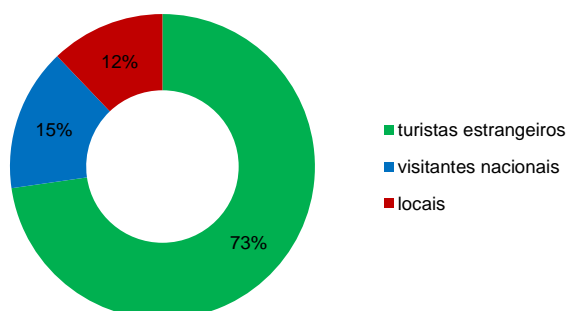


Gráfico 6 – Público-alvo (%)

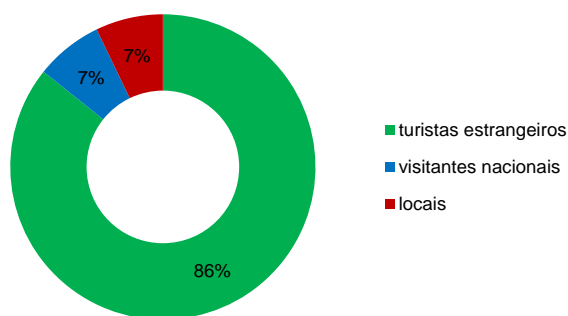


Gráfico 7 – Principais contribuintes para o volume de negócios (%)

De reforçar que os visitantes nacionais e os locais têm uma reduzida representatividade no Eixo Mouzinho/Flores, o que reforça a dependência de público estrangeiro para o lucro das atividades.

iii. Dinâmicas de localização

A instalação das atividades faz-se sobretudo através do arrendamento (81%). No entanto, 65% indica não ter tido qualquer suporte financeiro para a sua fixação, 31% revela não ter conhecimento dos procedimentos e 4% refere que beneficiou de apoios.

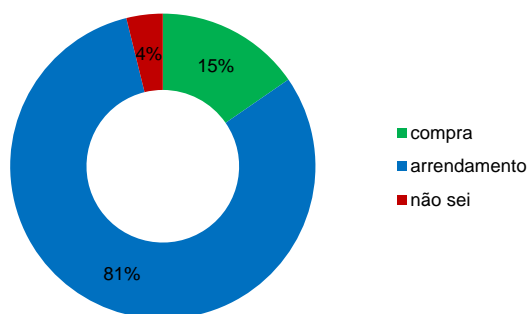


Gráfico 8 – Instalação da atividade (%)

Relativamente às vantagens de localização da atividade naquele lugar, a tendência de crescimento do turismo é apontada como o principal fator (49%). A requalificação do Centro Histórico também tem elevada representatividade (28%), enquanto a proximidade a transportes públicos (9%), a centralidade do lugar (7%) e a marca 'Património Mundial' (7%) são as características menos significativas.

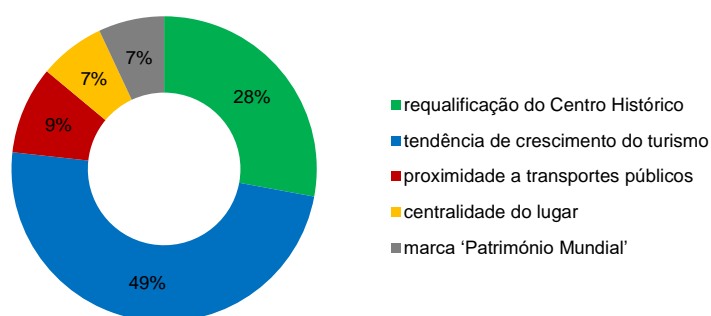


Gráfico 9 – Principais vantagens de localização na área (%)

Por outro lado, a falta de estacionamento e o tráfego automóvel é indicado como o principal problema (41%). Seguem-se a degradação/abandono do edificado e a subida dos valores no mercado de arrendamento, apresentando respetivamente o peso de 18% e 19%.

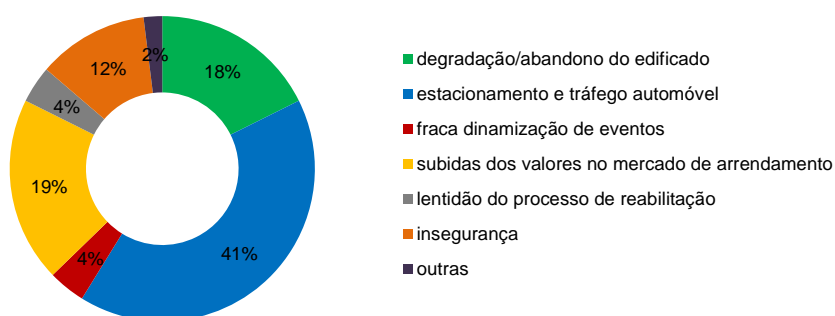


Gráfico 10 – Principais problemas que permanecem (%)

Além dos problemas indicados, 2% refere outros, mencionando o caso dos constrangimentos com a conservação/manutenção dos edifícios, no que se refere às limitações a que estão sujeitos.

iv. Porto Vivo, SRU e cooperação com outros agentes

A maioria dos inquiridos (35%) afirma possuir um fraco conhecimento acerca das iniciativas de reabilitação urbana na Baixa Portuense, ainda que 54% saiba o que é a Porto Vivo, SRU.

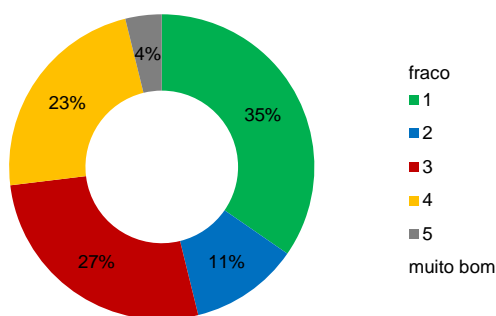


Gráfico 11 – Grau de conhecimento acerca das iniciativas de reabilitação urbana na Baixa Portuense (%)

Quando questionados pelos benefícios das intervenções da Porto Vivo, SRU na sua atividade, 46% afirma que não beneficiou, uma vez que muitas ações não tiveram impacte e outras contribuíram para a diminuição do rendimento do negócio.

No entanto, analisando as intervenções em todo o Eixo Mouzinho/Flores, os inquiridos referem que a intervenção do espaço público (47%) foi o principal contributo para a revitalização do lugar. Por outro lado, a presença de âncoras culturais é indicada como a menos importante (8%).

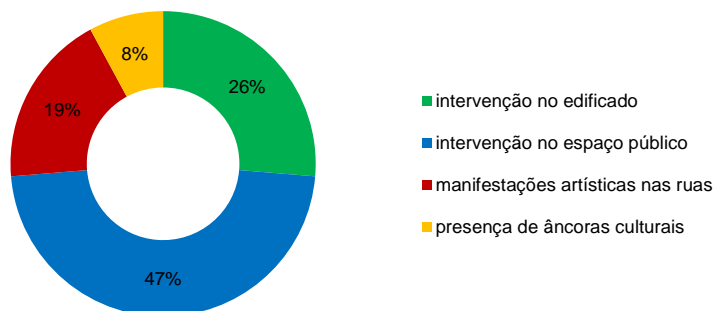


Gráfico 12 – Principais ações que contribuíram para a revitalização do lugar (%)

85% dos inquiridos indica que a empresa não possui qualquer relação com a Porto Vivo, SRU e 92% afirma que também não existe cooperação com outras empresas ou instituições locais envolvendo iniciativas e projetos.

Quando questionados acerca da importância do papel da Porto Vivo, SRU no apoio, direto ou indireto, à sua atividade, 23% afirma que é muito importante e 12% refere que é pouco relevante.

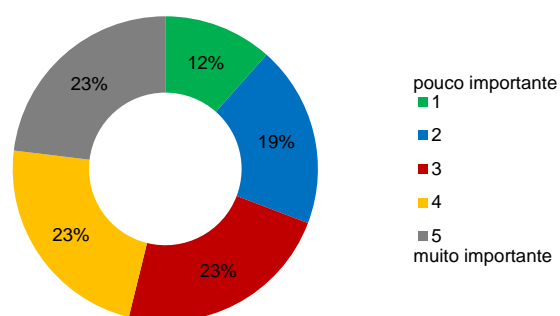


Gráfico 13 – Grau de importância do papel da Porto Vivo, SRU no apoio (direto ou indireto) à atividade (%)

v. Perspetivas futuras

Apesar dos problemas que persistem e que afetam a atividade, 100% dos inquiridos afirma que a empresa se irá manter no Centro Histórico. Porém, 44% refere que podem surgir condicionantes desestabilizadoras, nomeadamente a subida dos valores do mercado de arrendamento (42%), as obras de reabilitação (25%), a falta de estacionamento (17%), o aumento da concorrência (8%) e a saída da população local (8%).

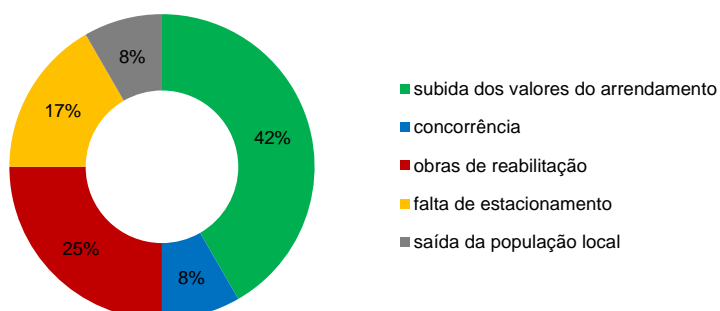


Gráfico 14 – Principais condicionantes da continuidade da atividade (%)

Apesar disto, 88% considera que a área possui características atrativas que contribuirão para que futuramente se instalem mais atividades e que as manifestações artísticas nas ruas (45%) devem ser ações tidas em consideração para impulsionar o crescimento da atividade.

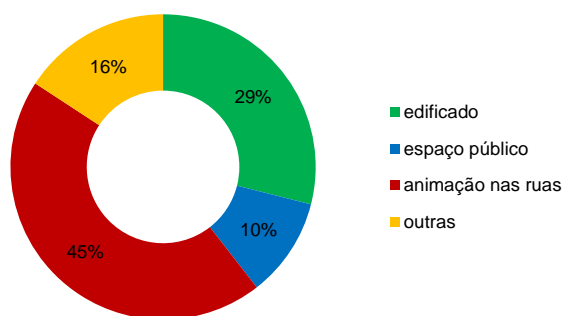


Gráfico 15 – Principais ações benéficas para o crescimento da atividade (%)

No entanto, 11% dos inquiridos mencionam outras medidas que consideram importantes, nomeadamente o aumento do policiamento, associado a questões de insegurança e de organização do tráfego, a necessidade de estacionamento mais barato, a diversificação dos negócios, o alargamento e efetivação das vias pedonais, a limpeza do espaço público e ainda a necessidade de atrair a população para residir na área.

3.5.2.3. Entrevista ao Tecido Institucional

i. Caracterização da instituição

O início da atividade das instituições inquiridas é variável, havendo aquelas que se instalaram no século passado e outras mais recentemente. Porém, os objetivos para quais foram criadas são semelhantes, salientando-se a promoção da cultura, da criatividade, da juventude e da formação.

O público-alvo é também diversificado, abrangendo os turistas estrangeiros, os visitantes nacionais e os locais.

ii. Dinâmicas de localização

O apoio financeiro para a instalação/modernização é pouco relevante, uma vez que apenas uma instituição refere ter sido apoiada por organismos como a CCDR-N e ainda pelo Programa Operacional ON.2 do Eixo Mouzinho/Flores.

Relativamente às vantagens de localização na área, mencionam-se diferentes características, tais como a requalificação do Centro Histórico, a proximidade a transportes públicos, a centralidade do lugar e a marca 'Património Mundial'.

No entanto, a subida dos valores no mercado de arrendamento, a falta de estacionamento e o tráfego automóvel e a lentidão do processo de reabilitação são mencionadas como os principais problemas.

iii. Porto Vivo, SRU e cooperação com outros agentes

As opiniões dividem-se acerca dos benefícios das ações da Porto Vivo, SRU para a instituição, mas é referido que, de uma forma geral, o lugar favoreceu-se com as intervenções no edificado e no espaço público. O mesmo acontece acerca do tipo de relação que é tida com a Porto Vivo, SRU, sendo, em determinados casos, próxima, e noutros inexistente.

A cooperação com outras instituições, empresas ou população local envolvendo iniciativas também diverge. Ainda assim, mencionam-se parcerias, por exemplo, com a comunidade residente no Centro Histórico, o Centro Paroquial S. Nicolau, o Palácio das Artes – Fundação da Juventude e a Casa do Infante.

Uma das instituições refere que as parcerias com as instituições próximas situadas no Centro Histórico permitem aumentar a relação de proximidade com a comunidade local, uma vez que esta pode apoiar pontualmente ao nível do espaço, mas também colaborar em projetos artísticos. Refere ainda que as parcerias em eventos ocasionais que envolvem todo o Centro Histórico, nomeadamente no Dia dos Museus ou no Dia Nacional do Centro Histórico, são muito importantes.

De uma forma geral, os inquiridos consideram que o papel da Porto Vivo, SRU no apoio, direto ou indireto, à instituição é importante.

iv. Perspetivas futuras

Todas as instituições referem que a área possui características atrativas que contribuirão para que futuramente se instalem instituições de suporte à atividade cultural, criativa e turística.

Mencionaram ainda que a intervenção no edificado, espaço público e animação nas ruas seriam ações benéficas para o crescimento do sector cultural.

3.5.3. SÍNTESE

A determinação do perfil funcional das atividades relacionadas com a economia cultural no Eixo Mouzinho/Silveira, utilizando o quadro da UNESCO, revelou que as dinâmicas existentes se caracterizam por uma reduzida diversificação de negócios, onde sobressai, de forma destacada, os serviços de suporte ao turismo, nomeadamente o artesanato (lojas de *souvenirs*) e as unidades de hospedagem e acomodação (hotéis, *hostels*, alojamento local e proprietários que arrendam as suas habitações a turistas).

A Porto Vivo, SRU refere que as atividades existentes no Eixo Mouzinho/Flores se dirigem a todos, nomeadamente a turistas estrangeiros, a visitantes nacionais e a locais. Porém, as entrevistas realizadas ao tecido empresarial revelam que o público-alvo é nitidamente o turista estrangeiro, sendo este o que mais contribui para o volume de negócios.

Adicionalmente, a informação recolhida evidencia que a maioria das atividades se instalou recentemente, depois de 2010. Os valores do mercado de arrendamento, a demora do processo de reabilitação e outras circunstâncias que não contribuem para o lucro do negócio, nomeadamente a elevada concorrência e a massiva chegada de turistas com reduzida capacidade financeira – utilizadores das companhias aéreas de baixo custo, que possuem limites restritos definidos para a bagagem, – são, segundo os inquiridos, características pouco abonatórias para o desenvolvimento próspero das atividades.

Detetou-se também que as atividades dirigidas aos locais são as mais prejudicadas devido, essencialmente, à falta de estacionamento, uma vez estas perdem para os grandes centros comerciais, onde qualquer pessoa se pode deslocar com maior facilidade. Nestes casos, a intervenção no espaço público é vista pelos comerciantes como um entrave, uma vez que a diminuição de lugares de estacionamento e o aumento das vias pedonais apenas são consideradas favoráveis aos negócios dirigidos aos turistas.

Ademais, confrontando a Porto Vivo, SRU com a informação produzida nos documentos estratégicos e com o que realmente existe, esta refere a não concretização de alguns aspetos. No que diz respeito ao perfil da economia cultural – que evidencia a reduzida diversificação das atividades, a instituição descarta responsabilidades, argumentando não poder restringir a instalação de qualquer atividade que apresente os requisitos legalmente definidos.

Ainda assim, a Porto Vivo, SRU está ciente da crescente dependência da presença de turistas, mas refere que nada pode fazer para contrariar a situação, em virtude do trabalho desta entidade se resumir à regeneração do espaço público e do edificado.

No que se refere às relações entre os vários agentes, a maioria dos inquiridos revela que possui um fraco conhecimento acerca das iniciativas de reabilitação urbana na Baixa Portuense e cerca de metade diz nem saber o que é a Porto Vivo, SRU, pelo que a cooperação é praticamente inexistente. Além disso, as entrevistas revelam que a coordenação entre as empresas e as instituições locais praticamente não existe, situação à qual a Porto Vivo, SRU refere ter conhecimento, sugerindo a realização de ações partilhadas.

Relativamente aos benefícios oriundos das intervenções da Porto Vivo, SRU, uma grande proporção das empresas refere que de nada usufruiu, uma vez que muitas ações não tiveram impacto e outras contribuíram para a diminuição do rendimento do negócio. No entanto, em termos gerais, os inquiridos mencionam que a intervenção do espaço público no Eixo Mouzinho/Flores foi o principal contribuinte para a revitalização do lugar e que, de uma forma geral, o papel da Porto Vivo, SRU é muito importante.

Deste modo, tudo indica que o Eixo Mouzinho/Flores está a transformar-se numa área com características que a direcionam para a atividade turística, havendo carências ao nível da cultura e da criatividade, às quais se soma também o problema relacionado com a progressiva descaracterização do lugar, uma vez que a população e o comércio local tendem a deslocar-se. Acresce que o facto da relação da Porto Vivo, SRU com empresas e instituições praticamente não existir, contraria as ideias expostas nos documentos estratégicos, onde se salienta a importância de cooperação para a promoção da economia cultural.

3.6. ANÁLISE CRÍTICA DO CASO DE ESTUDO

O caso de estudo tem o objetivo primordial de contribuir para compreensão da relação entre a economia cultural e as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU no centro da cidade do Porto.

Inicialmente, a análise documental permitiu verificar as intenções das estratégias da Porto Vivo, SRU a várias escalas, ao longo dos anos. A economia cultural, temática central neste trabalho, é realmente mencionada e revela ser uma vertente muito importante do pensamento estratégico. Além disso, o carácter abrangente das estratégias leva a que, direta ou indiretamente, todas as fontes documentais beneficiem a economia cultural.

Porém, apesar da área de intervenção ser alargada, entende-se que as estratégias incidem em espaços mais específicos, associando as ruas a determinadas atividades. Verificou-se também que a quase totalidade das estratégias possui como ponto comum a coordenação realizada pela Porto Vivo, SRU e o apoio, definido previamente, de possíveis agentes públicos e privados de carácter social e económico que se envolvem nos projetos, enquanto outras se suportam em parcerias que determinam as ações.

De um modo geral, detetou-se que existe concordância entre o quadro de referência da UNESCO e as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU, uma vez que nestas é também enaltecida, por exemplo, a necessidade de aproveitamento do património cultural, de reforço da animação urbana e de promoção do comércio cultural. Acresce que a classificação da UNESCO também considera importantes os serviços criativos e as atividades ligadas ao turismo, como é o caso do alojamento turístico, tal como a Porto Vivo, SRU reforça nas suas estratégias.

Posteriormente, analisando os relatórios que revelam os resultados das estratégias, identificaram-se mudanças significativas no território, associadas sobretudo ao crescimento de serviços de suporte à atividade turística –, apesar de determinados indicadores apontarem a necessidade de mais esforços para colmatar as debilidades existentes, relacionadas normalmente com problemas de financiamento.

Relativamente à área de estudo, no Eixo Mouzinho/Flores, onde se pretendia determinar as dinâmicas existentes do ponto de vista da economia cultural, o levantamento funcional das atividades, – utilizando o quadro da UNESCO, revelou que as dinâmicas atuais se caracterizam por uma reduzida diversificação de negócios, uma vez que o artesanato e os serviços de hospedagem e acomodação se evidenciam amplamente. Entende-se, portanto, que as atividades existentes são essencialmente para assistir o turista, havendo, deste modo, a desvalorização da população local, dado a economia cultural criada não se dirigir ao usufruto de todos.

Através das entrevistas, a Porto Vivo, SRU não assumiu que servir o turista estrangeiro seja o maior interesse, ainda que as dinâmicas existentes revelem as suas intenções e o tecido empresarial tenha como público-alvo maioritário precisamente o turista estrangeiro.

Assim, relativamente à reduzida diversificação de negócios, a Porto Vivo, SRU descarta responsabilidades, argumentando que não pode restringir a instalação de qualquer atividade que apresente os requisitos legalmente definidos, o que contraria inevitavelmente todo o discurso existente nas estratégias, onde se salienta a importância e necessidade de dinâmicas associadas a atividades culturais, criativas e turísticas. Na realidade esta instituição não move efetivamente esforços para que os objetivos se realizem. Os inquiridos revelaram, quase na totalidade, que não tiveram incentivos à fixação, nem as relações com Porto Vivo, SRU são de proximidade, o que comprova a existência de uma fraca coordenação entre esta instituição e os agentes indagados.

Portanto, o trabalho da Porto Vivo, SRU visa regenerar o espaço público e o edificado criando condições para atrair atividades, mas estas podem orientar-se ou não para funções culturais. Não há restrições ou limitações. Deste modo, no Eixo Mouzinho/Flores assiste-se atualmente à crescente dependência da presença de turistas. Ainda que a Porto Vivo, SRU esteja disso ciente, afirma nada lhe ser possível fazer para contrariar a situação.

Em termos gerais, os inquiridos referem que a intervenção do espaço público foi o mais relevante contributo para a revitalização do lugar e que o papel da Porto Vivo, SRU é muito importante, ainda que persistam problemas que precisam ser obstaculizados. Porém, uma grande parte das empresas refere que de nada alguma vez usufruiu, uma vez que muitas ações não tiveram impacto e outras contribuíram para a diminuição do rendimento do negócio.

Ainda assim, a Porto Vivo, SRU afirma convictamente que está a agir convenientemente, mas como tencionará cumprir as propostas dos documentos estratégicos se, na prática, não faz mais do que intervir no edificado e no espaço público?

O caso exemplificativo analisado evidencia que está a criar-se o fenómeno de turistificação no Eixo Mouzinho/Flores, uma vez que as atividades turísticas estão a produzir efeitos determinantes no território, na medida em que impõem transformações espaciais, sociais e económicas, alterando a dinâmica do espaço.

Tudo indica que apenas se estão a considerar os turistas, levando a que o comércio tradicional esteja inevitavelmente a desaparecer e que a população local também se vá deslocando. O perigo prende-se com o facto de daqui a alguns anos não haver turistas nem residentes.

Por outro lado, a existência de turistas traz movimento e vida, contrariando a forma desoladora como o comércio tem vindo a definhando ao longo dos anos. No entanto, a solução não pode estar apenas centrada no turismo, baseado em lojas de *souvenirs* e unidades de alojamento turístico, uma vez que é importante a diversificação funcional e a existência de diferentes tipologias de ocupação que possam atrair os portuenses.

Além disso, considerando as opiniões dos agentes inquiridos, o facilitismo do registo de um alojamento local, realizado através de uma plataforma virtual que permite licenciar a atividade e promover o rápido crescimento do sector, constatando-se uma acelerada transformação de habitações em alojamentos turísticos, bem como a proliferação do arrendamento de apartamentos publicitados em *sites online*. Como tal, face à procura estrangeira, esta dinâmica contribui para a subida dos valores no mercado de arrendamento que, tal como referem os inquiridos, é um dos principais problemas da área. A par disso, a natureza da oferta cultural interessa cada vez menos aos residentes, quando as intenções deviam ser preservar o edificado e valorizar o património humano.

Entende-se que é preferível assistir à recuperação de habitações e de edifícios devolutos para fins turísticos, do que se verificar a continuidade do definhamento. Todavia, a perda da identidade assume-se como o principal problema. Os turistas procuram autenticidade, mas a tendência dirige-se para a uniformização, comprometendo a personalidade da cidade.

Ademais, o Eixo Mouzinho/Flores pode tornar-se uma área com perda de equilíbrio das classes económicas. Atualmente, apenas as famílias com elevada capacidade financeira têm possibilidade de residir naqueles quarteirões, o que contraria também as intenções destacadas nos documentos estratégicos da Porto Vivo, SRU, onde se exalta a necessidade de atração de população jovem, que, considerando as circunstâncias atuais, não têm capacidade financeira para arrendar uma habitação no centro da cidade.

Assim, apesar das estratégias de atuação da Porto Vivo adotarem visões que se acercam da economia cultural definida no quadro de referência da UNESCO, o caso do Eixo Mouzinho/Flores, tendo a função exemplificativa de demonstrar o que está a acontecer numa determinada área do Centro Histórico, evidenciou a existência de uma economia essencialmente turística. Tal facto determina que a economia cultural não exista, uma vez que as atividades não são diversificadas nem dirigidas a todos.

4.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1. CONCLUSÕES

No conceito de regeneração urbana cabem vários tipos de intervenção. Contudo, atualmente as estratégias de dinamização local têm-se destacado na literatura internacional, pelo facto de estarem cada vez mais no topo da agenda das políticas urbanas.

Como tal, o objetivo da presente dissertação pretende demonstrar a relação entre a economia cultural e a intervenção institucional na regeneração de áreas centrais. Assim, tendo por base o caso da Porto Vivo, SRU, a intenção passa por entender em que medida a valorização dos recursos endógenos e da criatividade individual, aliados à promoção do turismo, fazem parte das estratégias desta entidade.

Com efeito, apesar de se ter verificado que a economia cultural é parte integrante das estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU e de efetivamente, de acordo com as fontes documentais, terem-se produzido mudanças significativas no território, interessa confrontar as ideias debatidas na revisão de literatura com os resultados obtidos posteriormente na investigação própria.

Neste sentido, detetou-se que as estratégias fazem uso do contexto da cidade, uma vez que aproveitam a singularidade do espaço que, do ponto de vista patrimonial, possui especificidades que determinam as ações delineadas. Por isso, tal como foi referido na revisão de literatura, são as dinâmicas existentes que criam o modelo de intervenção, o que, no caso de estudo, está grandemente associado ao facto do Centro Histórico possuir um rico e diversificado património cultural.

Contudo, o quadro de referência da UNESCO, ferramenta primordial no caso de estudo, permitiu apurar que, apesar dos vários documentos estratégicos salientarem a existência de importantes dinâmicas culturais a ser exploradas, os resultados da investigação própria revelaram que as atividades relacionadas com a economia cultural se caracterizam pela homogeneidade, marcada pelo interesse em servir o turista estrangeiro.

Assim, entende-se que o papel da Porto Vivo, SRU se revela pouco significativo do ponto de vista da regeneração urbana sustentável, uma vez se está focar nas vantagens económicas, proporcionando condições para o aparecimento de atividades direcionadas essencialmente para o turista, sem olhar às consequências sociais e ambientais de tais ações. Nesta medida, considera-se que, na prática, não existe uma visão holística, uma vez que as dinâmicas existentes evidenciam que a atenção se prende essencialmente com a recuperação do edificado e do espaço público para a instalação de atividades de suporte ao turismo.

Além disso, se a revisão de literatura assume que a evolução das políticas de regeneração urbana evidencia que a participação dos cidadãos se tem tornado fundamental na conceção e implementação

das políticas urbanas, comprovou-se, de facto, que as empresas e instituições locais inquiridas não possuem uma relação próxima com a Porto Vivo, SRU. Contrariam-se, assim, as ideias defendidas na literatura, onde é referida a importância de criar uma visão mais abrangente no planeamento através da diversificação de opiniões. Esta situação conduz, portanto, a uma falta de equilíbrio entre os interesses dos atores envolvidos, direta ou indiretamente, no processo de regeneração, sendo, por isso, importante obstar ao facto das conveniências económicas se sobreporem às da população.

Ademais, o Eixo Mouzinho/Flores detém características associada ao fenómeno de turistificação, relacionado com a dotação do lugar para o turismo e, consequentemente, com a diminuição de atividades que se dirijam ao usufruto de todos. Como tal, no que diz respeito à relação entre o trabalho da Porto Vivo, SRU e a promoção da economia cultural, esta apresenta um sentido único, uma vez que consiste essencialmente em satisfazer as necessidades do turista.

De facto, é indiscutível que o turismo tem atualmente muita importância para economia da cidade, contribuindo também para a reabilitação do edificado degradado. Contudo, defende-se que a regeneração sustentável não se pode alcançar somente através do embelezamento e da criação de condições para receber o turista, dado que se revela igualmente indispensável conservar a identidade por via da manutenção da população local e da diversificação da oferta cultural.

4.2. RECOMENDAÇÕES

A homogeneidade do perfil funcional das atividades relacionadas com a economia cultural demonstra a importância da criação de diversidade, de modo a que todos, quer sejam locais, visitantes nacionais ou turistas estrangeiros, possam usufruir da cidade.

Assim, para contrariar a problemática registada, a Porto Vivo, SRU necessita da visão daqueles que trabalham no local, uma vez que essa coordenação pode contribuir para que o espaço projetado mantenha a familiaridade do lugar e satisfaça, simultaneamente, as necessidades de todos.

Entende-se que seria mais interessante que a cidade do Porto fosse um destino de qualidade em vez de quantidade, onde o turismo fosse mais qualificado, equiparando-se a outras cidades europeias. Porém, a estratégia atualmente vigente é muito dirigida para os empreendimentos turísticos, baseados em hotéis, *hostels*, alojamentos locais e arrendamento de apartamentos, e para a instalação de artesanato, as designadas lojas de *souvenirs*.

Face ao exposto, defende-se que seria pertinente suspender temporariamente a concessão de licenças de empreendimentos associados ao turismo (hotéis e outros) e dificultar o licenciamento do alojamento local, uma vez que, segundo a Porto Vivo, SRU, é um processo demasiadamente simples, rápido e realizado *online*. Ademais, seria conveniente que se proibisse a utilização de imóveis habitacionais para outras finalidades sem que exista alteração do uso, devendo ser claramente determinado quais são as habitações para residir e para arrendar a turistas.

Ademais, o centro da cidade, que devia ser diversificado funcionalmente e com diferentes tipologias de ocupação suscetíveis de atrair os portuenses, está hoje marcado pela saída das lojas tradicionais, em virtude da população local também estar a deslocar-se. Por isso, seria interessante definir os estabelecimentos intocáveis, de modo a que o lugar seja um espaço rotineiro e das pessoas, por forma a que, simultaneamente, se mantenha a identidade do lugar.

Adicionalmente, a massiva presença de lojas de *souvenirs* indica que é importante condicionar ou limitar o número destes estabelecimentos, de modo a abrir espaço à heterogeneidade de negócios.

É, então, urgente encontrar o equilíbrio entre os negócios direcionados para o turismo e a autenticidade de um Centro Histórico que é Património Mundial da Humanidade, assumindo a entidade gestora responsável por alcançar a harmonia do lugar um papel crucial. A título ilustrativo, refira-se que produzir os documentos estratégicos, tendo por base o quadro da UNESCO, pode ser uma das soluções.

Além disso, julga-se que seria importante que se empreendessem mudanças estruturais nas políticas municipais, de modo a que a economia cultural apresente um carácter diversificado, sustentado e dirigido a várias faixas etárias e estratos socioeconómicos, a fim de servir os que vivem, estudam, trabalham e visitam a cidade.

Como já se salientou, considera-se que a economia cultural pode contribuir para a regeneração urbana, mas esta deve ser sustentável, o que só sucederá quando a Porto Vivo, SRU realmente tiver uma palavra a dizer acerca da instalação das atividades, uma vez que apenas se incumbe de criar condições para o seu aparecimento, não tendo, na prática, qualquer autoridade relativamente às atividades que se podem ou não instalar.

Em suma, o potencial regenerador da cultura nas cidades é grande, mas é importante que a visão das instituições promotoras da regeneração urbana seja sustentável, considerando, além dos aspetos económicos, as vertentes social e ambiental. Note-se que também as políticas culturais não se devem produzir separadamente do planeamento urbano.

Por fim, relativamente a desenvolvimentos futuros, sugere-se que a investigação aumente a área de estudo e se eleve o número de inquéritos para que a amostra seja mais representativa daquilo que está a acontecer no território. Propõe-se ainda a realização de um estudo comparativo com outra cidade de semelhantes características, igualmente detentora de um Centro Histórico Património Mundial e com uma sociedade de reabilitação urbana encarregue do processo de regeneração, de modo a que se possa confrontar as formas de atuação e, eventualmente, importar soluções que acorram às fragilidades identificadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Americans for the Arts. 2005. *Creative Industries 2005: The Congressional Report*. Washington DC: Americans for the Arts.
- Assembleia da República. Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto. Diário da República, 1.ª série (157): 4452-4483. Lisboa: INCM
- Arbaci, S. e T. Tapada-Berteli. 2012. "Social inequality and urban regeneration in Barcelona city centre: reconsidering success". *European Urban and Regional Studies* 19 (3):287-311.
- Atkinson, R. e S. Blandy. 2005. "Introduction: International perspectives on the new enclavism and the rise of gated communities". *Housing Studies* 20 (2):177-186.
- Auerbach, G. 2013. "Urban politics and public policy – Looking back and going forward: “Project Renewal” in one Israeli city". *Cities* 31:197-207.
- Barreto, R. 2010. "O centro e a centralidade urbana: Aproximações teóricas de um espaço em mutação". *Cadernos do Curso de Doutorado em Geografia* 2:23-41.
- Blanco, I., J. Bonet e A. Walliser. 2011. "Urban governance and regeneration policies in historic city centres: Madrid and Barcelona". *Urban Research & Practice* 4 (3):326-343.
- Bontje, M. e S. Musterd. 2009. "Creative industries, creative class and competitiveness: Expert opinions critically appraised". *Geoforum* 40 (5):843-852.
- Breda-Vázquez, I., P. Conceicao e R. Fernandes. 2009. "Partnership diversity and governance culture: evidence from urban regeneration policies in Portugal". *Urban Studies* 46 (10):2213-2238.
- Breda-Vázquez, I., P. Conceição e P. Mória. 2010. "Learning from urban policy diversity and complexity: Evaluation and knowledge sharing in urban policy". *Planning Theory & Practice* 11 (2):209-239.
- Breda-Vázquez, I., C. Oliveira. 2012. "Creativity and Social Innovation: What Can Urban Policies Learn from Sectoral Experiences?". *International Journal of Urban and Regional Research* 36 (3):522-538.
- Brocaneli, P. 2012. "HafenCity: Mobilidade, acessibilidade e espaços públicos em Hamburgo, Alemanha". *Revista LABVERDE* 5:198-228.
- Brunetta, G. e O. Caldarice. 2014. "Self-organisation and retail-led regeneration: A new territorial governance within the Italian context". *Local Economy* 29 (4-5):334-344
- Butler, T. 2007. "Re-urbanizing London Docklands: Gentrification, Suburbanization or New Urbanism?". *International Journal of Urban and Regional Research* 31 (4):759-781.
- Cabral, Clara. 2016. *Património Cultural Imaterial – Convenção da Unesco e Seus Contextos*. Leya.
- Cheshire, P. 2009. "Policies for Mixed Communities Faith-Based Displacement Activity?". *International Regional Science Review* 32 (3):343-375.
- Coca-Stefaniak, J. A., C. Parker, S. Quin, R. Rinaldi e J. Byrom. 2009. "Town centre management models: A European perspective". *Cities* 26 (2):74-80.
- Codecasa, G. e D. Ponzini. 2011. "Public-Private Partnership: A Delusion for Urban Regeneration? Evidence from Italy". *European Planning Studies* 19 (4):647-667.

- Colomb, C. 2011. "Urban regeneration and policies of" social mixing" in British cities: a critical assessment". *ACE: Architecture, City and Environment* 6 (17):223-244
- Comunian, Roberta. 2010. "Rethinking the creative city: the role of complexity, networks and interactions in the urban creative economy". *Urban Studies* 48 (6):1157-1179.
- Comunian, R. e O. Mould. 2014. "The weakest link: Creative industries, flagship cultural projects and regeneration". *City, Culture and Society* 5 (2):65-74.
- Cook, I. R. 2009. "Private sector involvement in urban governance: The case of Business Improvement Districts and Town Centre Management partnerships in England". *Geoforum* 40 (5):930-940.
- Couch, Chris, Charles Fraser e Susan Percy. 2003. *Urban Regeneration in Europe*. Blackwell Science Ltd.
- Couch, C. e A. Dennemann. 2000. "Urban regeneration and sustainable development in Britain: The example of the Liverpool Ropewalks Partnership". *Cities* 17 (2):137-147.
- Couch, C., O. Sykes e W. Börstinghaus. 2011. "Thirty years of urban regeneration in Britain, Germany and France: The importance of context and path dependency". *Progress in Planning* 75 (1):1-52.
- Cunningham, S. 2002. "From cultural to creative industries: theory, industry and policy implications." *Media International Australia incorporating Culture and Policy* 102 (1):54-65.
- Dargan, L. 2009. "Participation and local urban regeneration: The case of the new deal for communities (NDC) in the UK". *Regional Studies* 43 (2):305-317.
- DCMS. 2001. *Culture and Creativity: The Next ten Years*. Department for Culture Media and Sport. London.
- Deakin, M. 2009. "A community-based approach to sustainable urban regeneration". *Journal of Urban Technology* 16 (1):91-112.
- Degen, M. e M. García. 2012. "The transformation of the 'Barcelona model': an analysis of culture, urban regeneration and governance ". *International Journal of Urban and Regional Research* 36 (5):1022-1038.
- Dinham, A. 2005. "Empowered or over-powered? The real experiences of local participation in the UK's New Deal for Communities". *Community Development Journal* 40 (3):301-312.
- Ertan, T. e Y. Eğercioğlu. 2016. "The Impact of UNESCO World Heritage List on Historic Urban City Centers and its Place in Urban Regeneration: The Case of Melaka, Malaysia and Tire, Turkey". *Procedia-Social and Behavioral Sciences* 216:591-602.
- ESSnet CULTURE. 2012. *European Statistical System Network on Culture*. Luxembourg.
- Comissão Europeia. 2007. *Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias sustentáveis*. Adotada na reunião informal dos Ministros responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano 24.
- Comissão Europeia. 2010. *Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Comunicação da Comissão.
- Comissão Europeia. 2011. *Cidades de Amanhã: Desafios, Visões e Perspectivas*. Bruxelas: União Europeia.
- Comissão Europeia. 2013. *Política de Coesão 2014-2020: Dinâmica em evolução*. Panorama.

- Evans, Graeme e Phyllida Shaw. 2004. *The contribution of culture to regeneration in the UK: a review of evidence*. London: DCMS.
- Evans, J. e P. Jones. 2008. "Rethinking sustainable urban regeneration: ambiguity, creativity, and the shared territory". *Environment and Planning* 40 (6):1416.
- Evans, G. 2009. "Creative cities, creative spaces and urban policy". *Urban Studies* 46 (5-6):1003-1040.
- Ferrão, J. 2011. *O ordenamento do território como política pública*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, A. 2013. "Turismo, Cultura e Regeneração Urbana". *Revista Turismo e Desenvolvimento* (20):31-39.
- FEUP. 2004. *Estudo Estratégico para o Enquadramento de Intervenções de Reabilitação Urbana na Baixa do Porto*. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto.
- Flew, T. e S. Cunningham. 2010. "Creative industries after the first decade of debate". *The Information Society* 26 (2):113-123.
- Florida, R. 2003. "Cities and the creative class". *City & Community* 2 (1):3-19.
- Foord, J. 2009. "Strategies for creative industries: an international review". *Creative Industries Journal* 1 (2):91-113.
- Galloway, S. e S. Dunlop. 2007. "A critique of definitions of the cultural and creative industries in public policy". *International Journal of Cultural Policy* 13 (1):17-31.
- García, B. 2004. "Cultural policy and urban regeneration in Western European cities: lessons from experience, prospects for the future". *Local Economy* 19 (4):312-326.
- García, M., R. Rodríguez e R. Moreno. 2016. "Urban Regeneration Policy from the Integrated Urban Development Model in the European Union: an Analytical Approach Based on the Study of Spanish Cities". *Local Government Studies* 42 (2):267-286.
- Gezici, F., e E. Kerimoglu. 2010. "Culture, tourism and regeneration process in Istanbul." *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research* 4 (3):252-265.
- González, S. 2011. "Bilbao and Barcelona 'in motion'. How urban regeneration 'models' travel and mutate in the global flows of policy tourism". *Urban Studies* 48 (7):1397-1418.
- Hemphill, L., S. McGreal, J. Berry e S. Watson. 2006. "Leadership, power and multisector urban regeneration partnerships". *Urban Studies* 43 (1):59-80.
- Hesmondhalgh D. (2002) *The Cultural Industries*. London: Sage.
- Henderson, S. 2014. "Urban regeneration companies and their institutional setting: Prevailing instabilities within the West Midlands, England". *Local Economy* 29 (6-7):635-656
- Howkins, J. 2001. *The creative economy: How people make money from ideas*. London: Penguin.
- Jessen, J. 2008. "Regional Governance and Urban Regeneration: The Case of the Stuttgart Region, Germany". *Sustainable City Regions* 7: 227-245. Springer Japan.
- Kana, K. 2012. "An experiment in urban regeneration using culture and art in Senba, Osaka's historic urban center, with a focus on the regeneration of urban space". *City, Culture and Society* 3 (2):151-163.

- Kaza, N. 2006. "Tyranny of the median and costly consent: A reflection on the justification for participatory urban planning processes". *Planning Theory* 5 (3):255-270.
- KEA European Affairs. 2006. *The economy of culture in Europe*. European Commission.
- Kepaptsoglou, K., M. Karlaftis, I. Gkotsis, E. Vlahogianni e A. Stathopoulos. 2015. "Urban Regeneration in Historic Downtown Areas: An Ex-Ante Evaluation of Traffic Impacts in Athens, Greece". *International Journal of Sustainable Transportation* 9 (7):478-489.
- Kokx, Anita. 2011. "Partnerships in Urban Restructuring: Building Long-term Relationships or a Pragmatic Managerial Tool? The Dutch Experience". *International Journal of Urban and Regional Research* 35 (5):1026-1047.
- Koppenjan, J. e B. Enserink. 2009. "Public-private partnerships in urban infrastructures: reconciling private sector participation and sustainability". *Public Administration Review* 69 (2):284-296.
- Kort, M. e E. Klijn. 2013. "Public-Private Partnerships in Urban Regeneration: Democratic Legitimacy and its Relation with Performance and Trust". *Local Government Studies* 39 (1):89-106.
- Landezine. 2011. "Parque Emscher". *Landschaftspark Duisburg Nord*. Acedido a 13 de abril de 2016. <http://www.landezine.com>
- Landry, Charles. 2006. *The art of city-making*. Routledge.
- Landry, Charles. 2012. *The creative city: A toolkit for urban innovators*. Earthscan.
- Lang, T. 2005. "Insights in the British debate about urban decline and urban regeneration". *Erkner, Leibniz – Institute for Regional Development and Structural Planning* 25.
- Laurent Kronental. 2015. "Grand Ensembles". *The Fading "Grands Ensembles" of Paris*. Acedido a 13 de abril de 2016. www.fastcodesign.com
- Lawless, P., M. Foden, I. Wilson e C. Beatty. 2010. "Understanding area-based regeneration: the New Deal for Communities Programme in England". *Urban Studies* 47 (2):257-275.
- Lawton, P., E. Murphy e D. Redmond. 2013. "Residential preferences of the 'creative class'?" *Cities* 31:47-56.
- LCCD. 2009. "Docklands de Londres". *The London Docklands Development Corporation*. Acedido a 13 de abril de 2016. <http://www.lddc-history.org.uk/>
- Lees, L. 2008. "Gentrification and social mixing: towards an inclusive urban renaissance?". *Urban Studies* 45 (12):2449-2470.
- Liebmann, H. e T. Kuder. 2012. "Pathways and Strategies of Urban Regeneration—Deindustrialized Cities in Eastern Germany". *European Planning Studies* 20 (7):1155-1172.
- Lombardi, R., L. Porter, A. Barber e C. Rogers. 2011. "Conceptualising sustainability in UK urban regeneration: A discursive formation". *Urban Studies* 48 (2):273-296.
- Lupton, R. e R. Tunstall. 2008. "Neighbourhood regeneration through mixed communities: a 'social justice dilemma'?" *Journal of Education Policy* 23 (2):105-117.
- McAteer, B. e S. Stephens. 2011. "Town centre management: a solution to the challenges facing urban centres in Ireland?" *Journal of Place Management and Development* 4 (3):264-271.
- Mendes, L. 2013. "A Regeneração Urbana na Política de Cidades: inflexão entre o fordismo e o pós-fordismo". *Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana* 5 (1):33-45.

- Ministério das Obras Publicas, Transporte e Habitação. 2004. Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de maio. Diário da República, 1ª série (107):2920-2929. Lisboa: INCM.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. 2009. Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. Diário da República, 1ª série (206):7956-7975. Lisboa: INCM.
- Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. Diário da República, 1ª série (173):4809-4860. Lisboa: INCM.
- Montgomery, J. 2003. "Cultural quarters as mechanisms for urban regeneration. Part 1: Conceptualising cultural quarters". *Planning, Practice & Research* 18 (4):293-306.
- Moore, I. 2014. "Cultural and Creative Industries Concept – A Historical Perspective". *Procedia-Social and Behavioral Sciences* 110:738-746.
- Musterd, Sako, Marco Bontje, Caroline Chapain, Zoltán Kovács, Alan Murie. (2007). *Accommodating creative knowledge. A literature review from a European perspective*. Amsterdam Institute for Social Science Research.
- NESTA. 2006. *Creating Growth – How the UK Can Develop World Class Creative Business*. London.
- Neto, L., N. Pinto e M. Burns. 2010. "The impacts of urban regeneration companies in Portugal – The case of Porto Vivo SRU". *Advances in Urban Rehabilitation and Sustainability*: 104-112.
- Nienhuis, I., T. Dijk e G. Roo. 2011. "Let's collaborate! But who's really collaborating? Individual interests as a leitmotiv for urban renewal and regeneration strategies". *Planning Theory & Practice* 12 (1):95-109.
- Parés, M., J. Bonet-Martí e M. Martí-Costa. 2011. "Does participation really matter in urban regeneration policies? Exploring governance networks in Catalonia (Spain)". *Urban Affairs Review* 48 (2): 238-271.
- Parés, M., M. Martí-Costa e I. Blanco. 2014. "Geographies of governance: How place matters in urban regeneration policies". *Urban Studies* 51 (15):3250-3267.
- Peck, J. 2005. "Struggling with the creative class". *International Journal of Urban and Regional Research* 29 (4):740-770.
- Peyroux, E., R. Pütz e G. Glasze. 2012. "Business Improvement Districts (BIDs): the internationalization and contextualization of a 'travelling concept'". *European Urban and Regional Studies* 19 (2):111-120.
- Petrić, L. e D. Mikulić. 2009. "The Role of Cultural Tourism in the Process of Urban Regeneration". *Acta Turistica Nova* 3 (1):5-26.
- Portal de Informação Geográfica da CMP. s/data. "Planta de Localização Simples". Acedido a 19 de fevereiro de 2016. <http://sigweb.cm-porto.pt/mipwebportal/>
- Portas, N., A Domingues e J. Cabral. 2003. *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Porto Vivo, SRU. 2005a. *Masterplan para a Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2005b. *Masterplan para a Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto – Síntese Executiva*. Porto Vivo, SRU. Porto.

- Porto Vivo, SRU. 2008. *Estudo de Desenvolvimento Estratégico para a UGAU CH*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2010a. *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial*". Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2010b. *Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial – Síntese Executiva*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU (2011). *Relatório de Monitorização*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2012. *Relatório de Monitorização, 2011*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2013. *Relatório de Monitorização, 2012*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2014a. *Mouzinho/Flores – Um Eixo de Mudança para o Centro Histórico*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2014b. *10 Anos – Porto Vivo, SRU: Reabilitar para Revitalizar*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Porto Vivo, SRU. 2014c. "Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé_CH.1". Acedido a 19 de fevereiro de 2016. <http://www.portovivosru.pt/>
- Porto Vivo, SRU. 2014d. "Programa de Acção para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores_CH.2". Acedido a 23 de fevereiro de 2016. <http://www.portovivosru.pt/>
- Porto Vivo, SRU. 2014e. "Área de Atuação". Acedido a 8 de fevereiro de 2016. <http://www.portovivosru.pt/>
- Porto Vivo, SRU. 2015. *Morro da Sé: um passado para o futuro*. Porto Vivo, SRU. Porto.
- Pratt, A. 2010. "Creative cities: Tensions within and between social, cultural and economic development: A critical reading of the UK experience". *City, Culture and Society* 1 (1):13-20.
- Pratt, A. 2011. "The cultural contradictions of the creative city". *City, Culture and Society* 2 (3):123-130.
- Presidencia Española. 2010. *Reunión Informal de Ministros de Desarrollo Urbano: Declaración*. Toledo.
- Raco, M. 2003. "Remaking place and securitising space: urban regeneration and the strategies, tactics and practices of policing in the UK". *Urban Studies* 40 (9):1869-1887.
- Raco, M, Steven Henderson e Sophie Bowlby. 2008. "Sustainable Urban Regeneration in a Global City – The Regeneration of Paddington Basin". *Cities between Competitiveness and Cohesion* 93: 187-203. Dordrecht: Springer Netherlands.
- Rio Fernandes, J. A. 2006. "O planeamento urbano e a coesão social: a perspectiva europeia e o caso de Portugal". *Cidades* 3 (5):11-36.
- Rio Fernandes, J. A. 2011. "Area-based initiatives and urban dynamics. The case of the Porto city centre". *Urban Research & Practice* 4 (3):285-307.
- Rio Fernandes, J. A. e P. Chamusca. 2014a. "Urban policies, planning and retail resilience". *Cities* 36:170-177.
- Rio Fernandes, J. A. e P. Chamusca. 2014b. "O neotradicional, a elitização e a turistificação: o triunfo do neoliberalismo visto desde o centro da cidade do Porto". Comunicação apresentada em XIV

Colóquio Ibérico de Geografia: 11 a 14 de Novembro, Universidade do Minho, Campos de Azurém, Guimarães, Portugal. 1466-1471.

Roberts, Peter e Hugh Sykes. 2000. *Urban Regeneration: A handbook*. SAGE Publications.

Rousseau, M. 2009. "Re-imaging the City Centre for the Middle Classes: Regeneration, Gentrification and Symbolic Policies in 'Loser Cities'". *International Journal of Urban and Regional Research* 33 (3):770-788.

Sasaki, M. 2010. "Urban regeneration through cultural creativity and social inclusion: Rethinking creative city theory through a Japanese case study". *Cities* 27:S3-S9.

Schenkel, W. 2015. "Regeneration Strategies in Shrinking Urban Neighbourhoods—Dimensions of Interventions in Theory and Practice". *European Planning Studies* 23 (1):69-86.

Scott, A. J. 2006. "Creative cities: conceptual issues and policy questions". *Journal of Urban Affairs* no. 28 (1):1-17.

Sepe, M., e G. Trapani. 2010. "Cultural tourism and creative regeneration: two case studies." *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research* 4 (3):214-227.

Shaw, K. e F. Robinson. 2010. "Centenary paper: UK urban regeneration policies in the early twenty-first century: Continuity or change?". *Town Planning Review* 81 (2):123-150.

Smith, N. 2002. "New globalism, new urbanism: gentrification as global urban strategy". *Antipode* 34 (3):427-450.

Stevenson, N. 2013. "The complexities of tourism and regeneration: The case of the 2012 Olympic Games". *Tourism Planning & Development* 10 (1):1-16.

Stojanovic, M., N. Petkovic e P. Mitkovic. 2012. "Culture and Creativity as Driving Forces for Urban Regeneration in Serbia". *World Academy of Science, Engineering and Technology, International Journal of Social, Behavioral, Educational, Economic, Business and Industrial Engineering* 6 (7):1854-1859.

Testoni, C. e A. Boeri. 2015. "Smart Governance: urban regeneration and integration policies in Europe. Turin and Malmö case studies". *International Journal of Scientific & Engineering Research* 6 (3):527-533.

Throsby, D. 2001. *Economics and Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

Trillo, C. 2014. "Urban regeneration and new partnerships among public institutions, local entrepreneurs and communities". *Advanced Engineering Forum* 11:303-313

Trueman, M., N. Cornelius, T. Franks, J. Lawler, R. Woolrych e J. Sixsmith. 2013. "Placing well-being and participation within processes of urban regeneration". *International Journal of Public Sector Management* 26 (3):216-231.

Turcu, C. 2012. "Local experiences of urban sustainability: Researching Housing Market Renewal interventions in three English neighbourhoods". *Progress in Planning* 78 (3):101-150.

Ulldemolins, J. R. 2014. "Culture and authenticity in urban regeneration processes: Place branding in central Barcelona ". *Urban Studies* 51 (14):3026-3045.

UNCTAD. 2008. *Creative Economy – The Challenge of Assessing the Creative Economy: towards informed Policy-making*. United Nations.

UNESCO. 1972. *Convenção para a protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris.

- UNESCO. 2009. *The 2009 UNESCO framework for cultural statistics*. Canada: UNESCO Institute for Statistics.
- Usero, B. e J. A. Brío. 2011. "Review of The 2009 UNESCO framework for cultural statistics". *Cultural Trends* 20 (2):193-197.
- Van Melik, R. e P. Lawton. 2011. "The role of public space in urban renewal strategies in Rotterdam and Dublin". *Planning Practice and Research* 26 (5):513-530.
- Vecco, M. 2010. "A definition of cultural heritage: From the tangible to the intangible". *Journal of Cultural Heritage* 11 (3):321-324.
- Ward, K. 2007. "Business improvement districts: policy origins, mobile policies and urban liveability". *Geography Compass* 1 (3):657-672.
- Wiesand, Andreas e Söendermann, Michael. 2005. *The "Creative Sector" – An Engine for Diversity, Growth and Jobs in Europe*. European Cultural Foundation.
- Wilson, D. e R. Keil. 2008. "The real creative class". *Social & Cultural Geography* 9 (8):841-847.
- Winston, N. 2009. "Urban regeneration for sustainable development: the role of sustainable housing?". *European Planning Studies* 17 (12):1781-1796.
- Winston, N. 2010. "Regeneration for sustainable communities? Barriers to implementing sustainable housing in urban areas". *Sustainable Development* 18 (6):319-330.
- WIPO (2003) *Guide on Surveying the Economic Contribution of the Copyright-based Industries*. Geneva.
- Wise, N. 2016. "Outlining triple bottom line contexts in urban tourism regeneration". *Cities* 53:30-34.
- Ysa, T. 2007. "Governance forms in urban public-private partnerships". *International Public Management Journal* 10 (1):35-57.

ANEXO 1.

POTENCIAIS PARCEIROS E PARCERIAS DA PORTO VIVO, SRU NAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO BASEADAS NA ECONOMIA CULTURAL

Quadro A1.1 – Potenciais parceiros do *Masterplan* para a Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto

PARCERIAS	EIXOS DE ATUAÇÃO	ATORES
Parceria para a Baixa Tecnológica		
Parceira para a Baixa Energética e Ambiental		
PARCERIA PARA A BAIXA SOCIAL E ECONÓMICA	Regenerar o sector da residência e os serviços de apoio de proximidade	FENACHE Universidade do Porto Empresas promotoras imobiliárias do sector Juntas de Freguesia Promotores e gestores de condomínios comerciais e de serviços
	Modernizar e revitalizar o comércio tradicional	Direção Geral da Empresa / IAPMEI Associação de Comerciantes STCP METRO Empresas concessionárias de parques de estacionamento APEMI Empresas mecenas
	Criar condições para o incentivo à instalação de serviços e empresas	APEMI IEFP Governo Civil do Porto
	Potenciar as fileiras e as concentrações de atividades	ANJE Faculdade de Arquitetura Faculdade de Belas Artes Cooperativa ÁRVORE Associação de galeristas CULTURPORTO Fundação de Serralves Comissão do Vinho Verde Instituto do Vinho do Porto e Douro Empresas comerciais de tradição em produtos DOC Casa da Música Conservatório Porto Cidade de Ciência Universidades
	Potenciar a marca turística do Porto	ADETURN DGEMN IPPAR CMP – DM Património Cultural IEFP
	Sistematizar a animação recreativa e cultural	CULTURPORTO Fundação Serralves Casa da Música
Parceria para a Baixa da Mobilidade		
Parceria para a Reabilitação Física		

Quadro A1.2 – Potenciais parceiros do Estudo Estratégico para a Unidade de Gestão da Área Urbana do Centro

PROJETOS	ATORES
Centro Histórico – Espaço de Aprendizagem ao Vivo	Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro Casa Museu Guerra Junqueiro Igreja de São Lourenço e Museu de Arte Sacra Fundação da Juventude Palácio da Bolsa Casa do Infante Porto Lazer
Histórias de Motivação e Autoestima	Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) Entidades com atividade relevante na área do apoio social à comunidade local, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Junta de Freguesia da Sé ▪ Centro Social da Sé Catedral do Porto ▪ Fundação da Juventude - Comunidade de Inserção Engº Paulo Valada
Os Contadores de Histórias da Sé	Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) Entidades com atividade relevante na área do apoio social à comunidade local, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Junta de Freguesia da Sé ▪ Centro Social da Sé Catedral do Porto ▪ Fundação da Juventude - Comunidade de Inserção Engº Paulo Valada
Documentário	WIDESCREEN Entidades com atividade relevante na área do trabalho com a comunidade local: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Junta de Freguesia da Sé ▪ Centro Social da Sé Catedral do Porto ▪ Fundação da Juventude - Comunidade de Inserção Engº Paulo Valada ▪ União Desportiva da Sé
Empreendedorismo	Porto Digital / Cidade das Profissões Fundação da Juventude – Palácio das Artes Fábrica de Talentos Entidades do sector financeiro Agências imobiliárias
Sinalética e Mobiliário Urbano	Urban Land Institute Portugal Patrocinadores privados
Curso de Especialização Turística	Porto Tours – Liderança Comunidade científica e instituições de ensino superior Associação de Bares da Zona Histórica do Porto
Formação Turística para Agentes Locais	Associação de Bares da Zona Histórica do Porto Associação dos Comerciantes do Porto Instituições locais
Concurso Curtíssimas não Sonoras	Instituto Multimédia do Porto Porto Digital – disponibiliza equipamento vídeo e áudio ESAP Fundação da Juventude – PAFT – Palácio das Artes Fábrica de Talentos Patrocinadores dos prémios e das despesas de organização do concurso
Arte Urbana no edificado	Escolas artísticas e das áreas da criatividade; Proprietários de edifícios degradados; Patrocinadores para projetos concretos; Órgãos de comunicação social.
Plano de Gestão do Porto Património da Humanidade	Direções Municipais; Equipa de consultores externos Porto Vivo, SRU

Quadro A1.3 – Potenciais parceiros do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial

EIXOS DE INTERVENÇÃO		ATORES
PATRIMÓNIO	Porto Vivo, SRU	Fundação da Juventude
	Câmara Municipal do Porto	Santa Casa da Misericórdia do Porto
	IGESPAR	Agência de Desenvolvimento de Indústrias Criativas
	Junta de Freguesia	Igreja de Santa Clara
	Proprietários	Associação dos Comerciantes do Porto
	Comerciantes	Promotores
	Associação Comercial	Escola Superior Artística do Porto
	Associação dos Bares da Zona Histórica	Instituto de Vinho do Porto
	Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto	Estado Português/Ministério da Cultura
	Associação Porto Digital	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
	NOVOPCA Imobiliária	Inquilinos
	WIDESCREEN Audiovisuais	Empresas de Construção
	Estabelecimentos de Ensino	Instituições Bancárias
Comunidade		
TURISMO	Câmara Municipal do Porto	Turismo de Portugal
	Porto Vivo, SRU	Instituto dos Museus e Conservação
	Companhias de teatro do CHP	Hard Club
	Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte	Associação Comercial do Porto
	Turismo local	Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo
	Instituições locais e envolvimento da comunidade	Conservatória de Música do Porto
	Apoio de especialistas de diferentes áreas temáticas	Fundação da Juventude
	Juntas de Freguesia	Escola Superior de Arte e Design
	Paróquias	Valentim de Carvalho
	Universidade do Porto	Associação de Bares da Zona Histórica do Porto
	Área Metropolitana do Porto	Ballet Teatro
	Escola de Hotelaria do Porto	Árvore – Cooperativa de Atividades Artísticas
	Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo	CRL - Cooperativa de Atividades Artísticas
	Porto Tours	Porto Lazer
INDÚSTRIAS CRIATIVAS	Câmara Municipal do Porto	Escolas do ensino básico e secundário do Centro Histórico do Porto
	Porto Vivo, SRU	Escola Superior Artística do Porto
	Agência de Desenvolvimento de Indústrias Criativas	Fundação da Juventude
	Organizações culturais e respetivos serviços educativos, Escolas e Empresas das Indústrias Criativas	
	Serviços educativos de entidades com trabalho reconhecido nesta área	
Rio Douro		

Quadro A1.4 – Parcerias do Programa de Ação Para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé

ATORES
Câmara Municipal do Porto
Porto Vivo, SRU
Associação Porto Digital
NOVOPCA IMOBILIÁRIA, S.A

Quadro A1.5 – Parcerias do Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores

ATORES
Câmara Municipal do Porto
Porto Vivo, SRU
Fundação da Juventude
Associação Porto Digital
TRENMO Engenharia, S.A.

ANEXO 2.

ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DO QUADRO DE REFERÊNCIA DA UNESCO

CULTURAL DOMAINS		
Domain	Productive activities	Goods and services
	Description	Description
A. Cultural and Natural Heritage	Creative, arts and entertainment activities	Postage or revenue stamps, stamp-postmarks, first day covers, postal stationery (stamped paper) and the like; collections and collectors pieces of zoological, botanical, mineralogical, anatomical, historical, ethnographic or numismatic interest; antiques
	Museums activities and operation of historical sites and buildings	Museum services except for historical sites and buildings Preservation services of historical sites and buildings
	Botanical and zoological gardens and nature reserves activities	Botanical and zoological garden services Nature reserve services including wildlife preservation services
	Retail sale of second-hand goods	Non-specialized store retail trade services
B. Performance and Celebration	Creative, arts and entertainment activities	Performing arts event promotion and organization services Performing arts event production and preservation services Performing arts facility operation services Other performing arts and live entertainment services Services of performing artists Cultural and recreational associations (other than sports or games)
	Manufacture of musical instruments	Pianos and other keyboard stringed musical instruments Other string musical instruments Wind musical instruments (including pipe organ, accordions and brass-wind instruments) Musical instruments, the sound of which is produced, or must be amplified, electrically Other musical instruments (including percussion instruments, musical boxes and fairground organs); decoy calls; whistles; call horns and other mouth-blown sound signalling instruments Parts and accessories of musical instruments; metronomes, tuning forks and pitch pipes
	Sound recording and music publishing activities	Music, printed or in manuscript Musical audio disks, tapes or other physical media Sound recording services Live recording services Sound recording originals Musical audio downloads Licensing services for the right to use entertainment, literary or acoustic originals
C. Visual Arts and Crafts	Retail sale of music and video recordings in specialized stores	Specialized store retail trade services Radio and television equipment and recorded audio and video disks and tapes
	Creative, arts and entertainment activities	Paintings, drawings and pastels; original engravings, prints and lithographs; original sculptures and statuary, in any material
	Photographic activities	Portrait photography services Advertising and related photography services Event photography and event videography services Specialty photography services Restoration and retouching services of photography Other photographic services Photography processing services Photographic plates and film, exposed and developed, other than cinematographic film Photographic plates, film, paper, paperboard and textiles, exposed but not developed
	Other publishing activities	Printed pictures, designs and photographs
	Manufacture of jewellery and related articles	Cultured pearls, precious or semi-precious stones, and reconstructed precious or semi-precious stones (except industrial diamonds)~ Jewellery, other articles of precious metal/metal clad with precious metal; articles of natural or cultured pearls or precious or semi-precious stones Pearls, natural or cultured and unworked
	Research and experimental development on social sciences and humanities	Research and experimental development services in other humanities

CULTURAL DOMAINS		
Domain	Productive activities	Goods and services
	Description	Description
D. Books and Press	Library and archives activities	Library services Archive services
	Book publishing	Educational textbooks, in print General reference books, in print Professional, technical and scholarly books, in print Children's books, in print Other books n.e.c., in print Maps, similar charts and wall Maps and hydrographic or similar charts (including wall maps, topographical plans and maps for globes), printed, other than in book-form Printed or illustrated postcards; printed cards bearing personal greetings or messages, with or without envelopes or trimmings Audio books on disk, tape or other physical media Text-based disks, tapes or other physical media On-line books Publishing, on a fee or contract basis
	Publishing of newspapers, journals and periodicals	Newspapers, journals and periodicals, appearing at least four times a week General interest newspapers and periodicals, other than daily, in print Business, professional or academic newspapers and periodicals, other than daily, in print Other newspapers and periodicals, other than daily, in print On-line newspapers and periodicals
	Other publishing activities	Other on-line content n.e.c.
	Retail sale of books, newspapers and stationary in specialized stores	Specialized store retail trade services, of books, newspapers, magazines and stationery Non-specialized store retail trade services, of books, newspapers, magazines and stationery Other non-store retail trade services, of books, newspapers, magazines and stationery Retail trade services on a fee or contract basis, of books, newspapers, magazines and stationery Mail order retail trade services, of books, newspapers, magazines and stationery
	News agency activities	News agency services to newspapers and periodicals
	Other information service activities n.e.c.	Other information services
	Wholesale of other household goods	Wholesale trade services on a fee or contract basis, of books, magazines and stationery Wholesale trade services, except on fee or contract basis, of books, newspapers, magazines and stationery

CULTURAL DOMAINS		
Domain	Productive activities	Goods and services
	Description	Description
E. Audio-visual and Interactive Media	Creative arts and entertainment activities	Services of authors, composers, sculptors and other artists, except performing artists Original works of authors, composers and other artists except performing artists, painters and sculptors
	Software publishing	Software cartridges for video game consoles Computer game software, packaged On-line games
	Motion picture, video and television programme production activities	Motion picture film, exposed and developed, whether or not incorporating sound track or consisting only of sound track Films and other video content on disks, tape or other physical media Films and other video downloads Streaming video content Motion picture, videotape and television programme production services Motion picture, video and television programme production activities Motion picture, videotape, television and radio programme originals
	Motion picture, video and television programme postproduction activities	Audio-visual editing services Transfers and duplication of masters services Colour correction and digital restoration services Visual effects services Animation services Captioning, titling and subtitling services Other post-production services
	Motion picture, video and television programme distribution Activities	Motion picture, videotape, television and radio programme distribution services
	Sound recording and music publishing activities	Sound editing and design services Other non-musical audio disks and tapes Streamed audio content
	Motion picture projection activities	Motion picture projection services Videotape projection services
	Radio broadcasting	Radio broadcast originals Radio channel programmes Radio programme production services
	Television programming and broadcasting activities	Television broadcast originals Television channel programmes Broadcasting (programming and scheduling) services Home programme distribution services, basic programming package Home programme distribution services, discretionary programming package Home programme distribution services, pay-per-view
	Web portals	Web search portal content
	Renting of video tapes and disks	Leasing or rental services concerning videotapes and disks
	News agency activities	News agency services to audiovisual media
	Retail sale of music and video recordings in specialized stores	Retail trade services of radio and television equipment and recorded audio and video disks and tapes Specialized store retail trade services, of radio and television equipment and recorded audio and video disks and tapes
	Retail sale via mail order houses or via Internet	Mail order or internet retail trade services, of radio and television equipment and recorded audio and video disks and tapes

CULTURAL DOMAINS		
Domain	Productive activities	Goods and services
	Description	Description
F. Design and Creative Service	Specialized design activities	Interior design services Other specialty design services Design originals
	Architectural and engineering activities and related technical consultancy	<i>Plans and drawings for architectural, engineering, industrial, commercial, topographical or similar purposes, being originals drawn by hand; handwritten texts; photographic reproductions and carbon copies of the foregoing</i> Architectural advisory services Architectural services for residential building projects Architectural services for non-residential building projects Historical restoration architectural services Landscape architectural advisory services Landscape architectural services Licensing services for the right to use other intellectual property products
	Advertising	Full service advertising Other advertising services

RELATED DOMAINS		
Domain	Productive activities	Goods and services
	Description	Description
G. Tourism	<i>Passenger rail transport, interurban</i> <i>Other passenger land transport</i> Sea and coastal passenger water transport Passenger air transport	Sightseeing services by rail Sightseeing services by land, except rail Sightseeing services by water Sightseeing services by air
	Short-term accommodation activities	Room or unit accommodation services for visitors, with daily housekeeping services Room or unit accommodation services for visitors, without daily housekeeping services Room or unit accommodation services for visitors, in time-share Properties Accommodation services for visitors, in rooms for multiple occupancy
	Camping grounds, recreational vehicle parks and trailer parks	Camp site services Recreational vacation camp services
	Travel agency activities	Reservation services for air transportation Reservation services for accommodation Reservation services for cruises Reservation services for package tours
	Tour operator activities	Tour operator services
	Other reservation service and related activities	Reservation services for rail transportation Reservation services for bus transportation Reservation services for vehicle rental Other transportation arrangement and reservation services, n.e.c. Reservation services for event tickets, entertainment and recreational services and other reservation services Tourist guide services Tourism promotion services Visitor information services
	Camping grounds, recreational vehicle parks and trailer parks	Recreational vacation camp services
H. Sports and Recreation	Renting and leasing of recreational and sports goods	Leasing or rental services concerning pleasure and leisure equipment
	Operation of sports facilities	Sports and recreational sports facility operation services
	Activities of sports clubs	Services of sports clubs
	Other sports activities	Sports and recreational sports event promotion services Other sports and recreational sports services Services of athletes Support services related to sports and recreation
	Gambling and betting activities	On-line gambling services Other gambling and betting services
	Activities of amusement parks and theme parks	Amusement park and similar attraction services
	Other amusement and recreation activities n.e.c.	Other recreation and amusement services n.e.c. Coin-operated amusement machine services
	Other personal service activities n.e.c.	Physical well-being services
	Sports and recreation education	Sports and recreation education services

TRANSVERSAL DOMAINS			
Domain	Productive activities		Goods and services
	Description		Description
Cultural Education	Technical and vocational secondary education		Cultural education services
	Higher education		
	Cultural education		

ANEXO 3.

INQUÉRITOS POR ENTREVISTA

Objetivo: compreender a relação entre as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU e os benefícios para a economia cultural

i. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES/ INSTITUIÇÕES CULTURAIS

1. Qual é o público-alvo das atividades existentes no Eixo Mouzinho/Flores?

☐ turistas estrangeiros ☐ visitantes nacionais ☐ locais

2. Há atividades que descaracterizam o lugar?

☐ sim ☐ não

2.1. Se sim, como se soluciona o problema? _____

3. A área tem potencial para albergar atividades de carácter cultural, criativo e turístico?

☐ sim ☐ não

3.1. Atualmente, a oferta existente é suficiente para atender à procura?

☐ sim ☐ não

3.2. Quais são as carências? _____

4. De que modo as instituições, ou seja, as âncoras culturais, contribuem para a dinamização do espaço envolvente? _____

ii. OS DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS

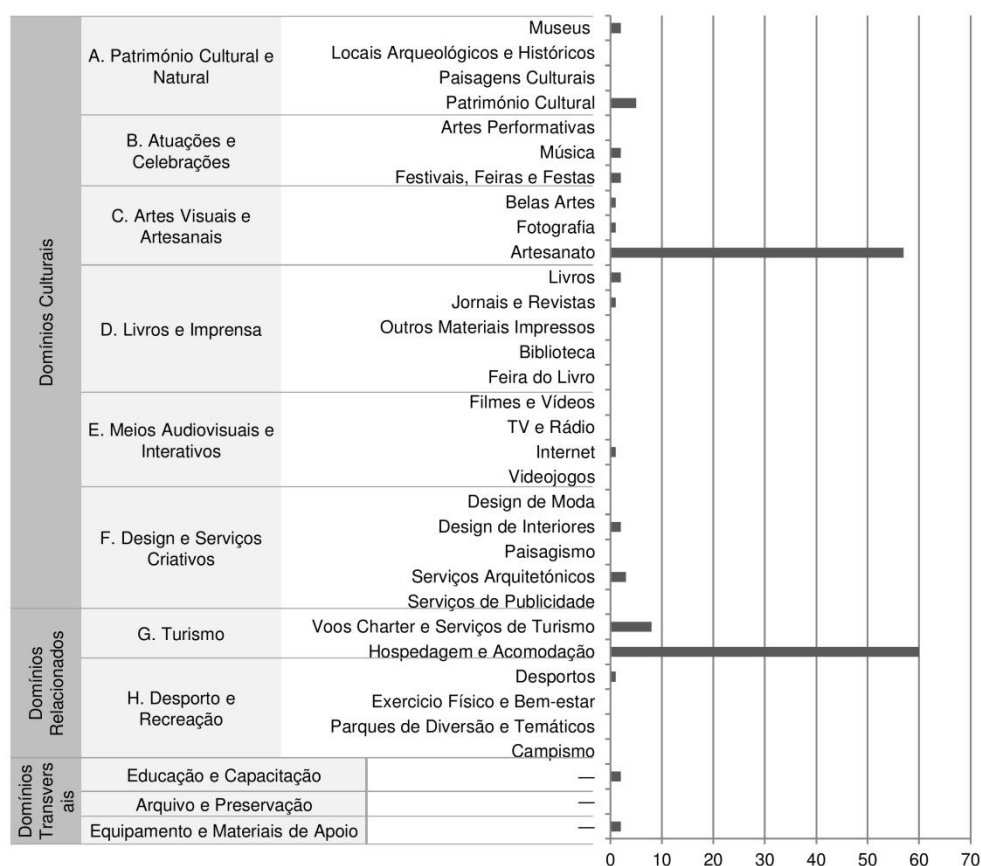
Vários documentos estratégicos salientam a existência de importantes dinâmicas culturais a ser exploradas na área Mouzinho/Flores, salientando determinados aspetos:

Documentos	Estudo Estratégico (2004)	Masterplan (2005)	Plano de Gestão (2010)	Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores	Relatório de Monitorização do Plano de Gestão (2012)
Ideias/propostas	<ul style="list-style-type: none"> ■ potencial criativo, comercial e turístico; ■ valências mistas (artes, formação, tecnologia, residência e serviços). 	<ul style="list-style-type: none"> ■ importância de atividades associadas: <ul style="list-style-type: none"> - artesanato e produtos regionais; - rota do ouro; - vinho do porto; - design-decoração moda-nova estética; - feiras e mercados temáticos; - hotéis. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ potencial associado à criatividade; ■ aposta em unidades hoteleiras, serviços e comércio; ■ atração de residentes, jovens, turistas e visitantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ utilização da inovação e da criatividade; ■ articulação entre a atividade empresarial e meios académico, artístico e cultural; ■ pólos de animação. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ decréscimo dos espaços comerciais no Centro Histórico.
5. Estas ideias/propostas repercutiram-se em Mouzinho/Flores?					
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se sim, porquê?

6. Entende-se que há urgência de ligar esta área com atividades criativas, espaços de cultura, património e turismo?

☐ sim ☐ não

iii. A ECONOMIA CULTURAL SEGUNDO A UNESCO



O perfil funcional das atividades relacionadas com a economia cultural no Eixo Mouzinho/Flores indica que o artesanato e as unidades de alojamento turístico, detetando-se uma reduzida diversificação dos negócios.

7. Quais são as atividades merecedoras de maior atenção? (assinalar até 8 opções)

Domínios Culturais	A. Património Cultural e Natural	Museus	
		Locais Arqueológicos e Históricos	
		Paisagens Culturais	
		Património Cultural	
	B. Atuações e Celebrações	Artes Performativas	
		Música	
		Festivais, feiras e festas	
	C. Artes Visuais e Artesanais	Belas Artes	
		Fotografia	
		Artesanato	
	D. Livros e Imprensa	Livros	
		Jornais e Revistas	
		Outros materiais impressos	
		Biblioteca	
		Feira do Livro	
	E. Meios Audiovisuais e Interativos	Filmes e vídeos	
		TV e Rádio	
		Internet	
		Videojogos	
	F. Design e Serviços Criativos	Design de moda	
		Design de interiores	
		Paisagismo	
		Serviços arquitetónicos	
		Serviços de publicidade	

Domínios Relacionados	G. Turismo	Voos Charter e Serviços de Turismo	
		Hospedagem e Acomodação	
	H. Desporto e Recreação	Desportos	
		Exercício físico e bem-estar	
		Parques de diversão e temáticos	
Domínios Transversais	Educação e Capacitação	—	
	Arquivo e Preservação	—	
	Equipamento e Materiais de Apoio	—	

Além disso, a transformação de edifício degradado em unidades hoteleiras é cada vez mais recorrente.

8. Não há o risco de haver descaraterização do lugar, em virtude de se apostar essencialmente na atração de turistas em detrimento dos moradores? _____

iv. OPERACIONALIZAÇÃO

9. Quais são as principais parcerias que apoiam ações que potenciam o aumento da atratividade para a instalação de empresas relacionadas com atividades culturais, criativas e turísticas? (assinalar até 4 opções)

- ☐ Câmara Municipal do Porto
 - ☐ Fundação da Juventude
 - ☐ ESAP
 - ☐ Santa Casa da Misericórdia do Porto
 - ☐ Porto Digital
 - ☐ ADDICT
 - ☐ TRENMO Engenharia, S.A.
 - ☐ Proprietários
 - ☐ População local
 - ☐ Outras. Quais? _____
-

9.1. Se há coordenação entre a Porto Vivo, SRU e empresas/instituições culturais, essas parcerias traduzem-se em:

- ☐ criação de eventos/iniciativas
- ☐ apoio financeiro
- ☐ outras. Quais? _____

v. PROCESSO DE INTERVENÇÃO E ATUAL SITUAÇÃO

10. De que forma a regeneração física tem sido utilizada como estratégia para orientar o património para funções culturais e criativas? _____

11. Algum edifício degradado foi intervencionado por artistas?

- ☐ sim ☐ não

11.1. Se não, a Porto Vivo, SRU considera essa possibilidade?

- ☐ sim ☐ não

12. Quais as principais ações que contribuíram para a revitalização do lugar? (assinalar até 2 opções)

- ☐ intervenção no edifício
- ☐ intervenção no espaço público
- ☐ manifestações artísticas nas ruas
- ☐ outras. Quais? _____

13. Quais os principais fatores que condicionam a promoção da economia cultural? *(assinalar até 4 opções)*

- ☐ degradação/abandono do edificado
- ☐ subidas dos valores no mercado de arrendamento
- ☐ estacionamento e tráfego automóvel
- ☐ lentidão do processo de reabilitação
- ☐ falta de investimento
- ☐ fraca dinamização de eventos
- ☐ insegurança
- ☐ outros. Quais? _____

14. Prevê-se a continuação da utilização da cultura, do turismo e das indústrias criativas como forma de impulsionar o desenvolvimento de novas dinâmicas em Mouzinho/Flores?

- ☐ sim ☐ não

14.1. Se sim, que tipo de intervenções poderão ajudar a atingir esse objetivo?

14.2. Haverá a preocupação em articular essas atividades com outros serviços e usos, de modo a que Mouzinho/Flores não seja excessivamente dependente da presença de turistas? _____

Objetivo: compreender a relação entre as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU e os benefícios para a economia cultural

i. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1. Idade:

☐ <25 ☐ 25-34 ☐ 35-44 ☐ 45-54 ☐ 55-64 ☐ 65+

2. Nível de escolaridade:

☐ nenhum ☐ básico - 1º ciclo ☐ básico - 2º ciclo ☐ básico - 3º ciclo
☐ secundário ☐ superior

3. Função:

☐ proprietário ☐ funcionário ☐ proprietário e funcionário

ii. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

4. Ano de início da atividade: _____

5. Horário de funcionamento: _____

6. Qual é o público-alvo?

☐ turistas estrangeiros ☐ visitantes nacionais ☐ locais

7. Quem mais contribui para o volume de negócios?

☐ turistas estrangeiros ☐ visitantes nacionais ☐ locais

iii. DINÂMICAS DE LOCALIZAÇÃO

8. Como se realizou a instalação da atividade?

☐ compra ☐ arrendamento ☐ outra situação. Qual? _____

9. Houve apoios, nomeadamente incentivos financeiros, que ajudaram à instalação da atividade?

☐ sim ☐ não ☐ não sei

9.1. Se sim, de onde surgiram essas ajudas? _____

10. Quais são as principais vantagens da localização nesta área? (assinalar até 2 opções)

- ☐ requalificação do Centro Histórico
- ☐ tendência de crescimento do turismo
- ☐ proximidade a transportes públicos
- ☐ centralidade do lugar
- ☐ marca 'Património Mundial'
- ☐ outras. Quais? _____

11. Quais são os principais problemas que permanecem? (assinalar até 3 opções)

- ☐ degradação/abandono do edificado
- ☐ estacionamento e tráfego automóvel
- ☐ fraca dinamização de eventos
- ☐ subidas dos valores no mercado de arrendamento
- ☐ lentidão do processo de reabilitação
- ☐ insegurança
- ☐ outros. Quais? _____

iv. PORTO VIVO, SRU E COOPERAÇÃO COM OUTROS AGENTES

12. Qual o grau de conhecimento acerca das iniciativas de reabilitação urbana na Baixa Portuense?

fraco 1 2 3 4 5 muito bom

13. Sabe o que é a Porto Vivo, SRU? ☐ sim ☐ não

14. A atividade beneficiou com as intervenções da Porto Vivo, SRU? ☐ sim ☐ não

A Porto Vivo, SRU tem a missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense em vários domínios: re-habitação; negócios; comércio; turismo, cultura e lazer; espaço público.

15. Quais as principais ações que contribuíram para a revitalização do lugar? (assinalar até 2 opções)

- ☐ intervenção no edificado
- ☐ intervenção no espaço público
- ☐ manifestações artísticas nas ruas
- ☐ presença de âncoras culturais (ex: Palácio das Artes e o *HardClub*)
- ☐ outros. Quais? _____

16. Que tipo de relação existe com a Porto Vivo, SRU?

- ☐ nenhuma ☐ próxima

17. Há cooperação com empresas/instituições locais envolvendo iniciativas e projetos?

- ☐ sim ☐ não

17.1. Se sim, de quem partiu a iniciativa? _____

18. Em que medida considera importante o papel da Porto Vivo, SRU no apoio (direto ou indireto) à sua atividade?

pouco importante 1 2 3 4 5 muito importante

v. PERSPETIVAS FUTURAS

19. A atividade irá manter-se no Centro Histórico? ☐ sim ☐ não

19.1. Prevê-se o aparecimento de condicionantes? ☐ sim ☐ não

Problemas que poderão impedir que a atividade continue a localizar-se no Centro Histórico (ex: realização de obras de reabilitação que afetem o negócio ou a subida dos valores de arrendamento).

19.2. Se sim, de que tipo? _____

20. A área possui características atrativas que contribuirão para que futuramente se instalem mais atividades?

- ☐ sim ☐ não

20.1. Que intervenções seriam benéficas para o crescimento do sector? (assinalar 2 opção)

- ☐ edificado
- ☐ espaço público
- ☐ animação nas ruas
- ☐ outras. Quais? _____

Objetivo: compreender a relação entre as estratégias de atuação da Porto Vivo, SRU e os benefícios para a economia cultural

i. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1. Ano de inauguração (e modernização, se for o caso): _____

2. Quais são os objetivos para os quais a instituição foi criada? Promoção:

- ☐ turismo
- ☐ cultura
- ☐ criatividade
- ☐ outros. Quais? _____

3. Qual é o público-alvo?

- ☐ turistas estrangeiros
- ☐ visitantes nacionais
- ☐ locais

ii. DINÂMICAS DE LOCALIZAÇÃO

4. Houve apoios, nomeadamente incentivos financeiros, que ajudaram à instalação/modernização da instituição?

- ☐ sim
- ☐ não

4.1. Se sim, de onde surgiram essas ajudas? _____

5. Quais as vantagens da localização nesta área? (assinalar até 2 opções)

- ☐ requalificação do Centro Histórico
- ☐ tendência de crescimento do turismo
- ☐ proximidade a transportes públicos
- ☐ centralidade do lugar
- ☐ marca 'Património Mundial'
- ☐ outras. Quais? _____

6. Quais são os problemas que permanecem? (assinalar até 3 opções)

- ☐ degradação/abandono do edificado
- ☐ estacionamento e tráfego automóvel
- ☐ fraca dinamização de eventos
- ☐ subidas dos valores no mercado de arrendamento
- ☐ lentidão do processo de reabilitação
- ☐ insegurança
- ☐ outros. Quais? _____

iii. PORTO VIVO, SRU E COOPERAÇÃO COM OUTROS AGENTES

7. A instituição beneficiou com as intervenções da Porto Vivo, SRU?

A Porto Vivo, SRU tem a missão conduzir o processo de reabilitação urbana da Baixa Portuense em vários domínios: re-habitação; negócios; comércio; turismo, cultura e lazer; espaço público.

- ☐ sim ☐ não

8. Quais as principais ações que contribuíram para a revitalização do lugar? (assinalar até 2 opções)

- ☐ intervenção no edificado
☐ intervenção no espaço público
☐ manifestações artísticas nas ruas
☐ presença de âncoras culturais (ex: Palácio das Artes e o *HardClub*)
☐ outros. Quais? _____

9. Que tipo de relação existe com a Porto Vivo, SRU?

- ☐ nenhuma ☐ próxima

10. A instituição coopera com outras instituições, empresas ou população local envolvendo iniciativas/projetos?

- ☐ sim ☐ não

10.1. Se sim, no âmbito iniciativas/projetos? _____

10.2. De quem partiu a ideia? _____

11. Que tipo de parcerias são importantes para a prossecução da atividade da instituição?

12. Em que medida considera importante o papel da Porto Vivo, SRU no apoio (direto ou indireto) à instituição?

pouco importante 1 2 3 4 5 muito importante

iv. PERSPETIVAS FUTURAS

13. A área possui características atrativas que contribuirão para que futuramente se instalem instituições de suporte à atividade cultural, criativa e turística?

- ☐ sim ☐ não

14. Que intervenções seriam benéficas para o crescimento da instituição? (assinalar até 2 opções)

- ☐ edificado
☐ espaço público
☐ animação nas ruas
☐ outras. Quais? _____